

DANILO MARCONDES E IRLEY FRANCO

A FILOSOFIA

O QUE É?
PARA QUE
SERVE?

EDITORA
PUC
RIO

 **ZAHAR**



Danilo Marcondes
Irley Franco

A FILOSOFIA: O QUE É? PARA QUE SERVE?



SUMÁRIO

Apresentação

1. O que é filosofia? Uma só pergunta e múltiplas respostas

2. Sobre a utilidade e o valor da filosofia

3. Os estilos literários da filosofia

O diálogo • O tratado • O ensaio • O poema • O aforismo • A confissão • A carta

4. Figuras do filósofo

A origem da palavra • O crítico • O metafísico • O mago • O cientista • O político • O comentador

5. A tradição filosófica e os diferentes modos de conceber a filosofia

Filosofia como sabedoria de vida • Filosofia como visão de mundo • Filosofia como atitude crítica e questionadora • Filosofia como sistema de pensamento • Filosofia como busca pelo autoconhecimento

6. A história da filosofia e sua periodização

O problema da periodização

7. A questão da origem

A influência da filosofia de Platão • A crítica à teoria das ideias • As áreas da filosofia

8. Os principais conceitos da filosofia em sua origem

Glossário de conceitos-chave

Anexo: Quadro cronológico da filosofia

Notas

Referências bibliográficas

APRESENTAÇÃO

Os céticos antigos contavam a história do jovem que, interessado em filosofia, vai para Atenas estudar e procurar um mestre. Seu primeiro contato é com a Academia de Platão, a que ele de imediato se filia, tornando-se um fervoroso discípulo. Mas lá alguém menciona o Liceu de Aristóteles, e ele, por curiosidade, resolve saber algo sobre essa escola. Ao ouvir as lições dos aristotélicos e suas críticas ao platonismo, rapidamente converte-se ao aristotelismo. Porém, mais uma vez, apontam-lhe a existência de uma outra escola, a do Pórtico, escola estoica, fundada por Zenão de Cítio, e o jovem, tomando conhecimento de seus ensinamentos, adere ao estoicismo. No Pórtico, ouve falar do Jardim dos epicuristas, e novamente sai em busca das lições dessa outra escola. E assim, o jovem que procurava um mestre que lhe ensinasse filosofia encontra não um, mas vários mestres e escolas, e não consegue optar por nenhuma, pois a cada momento aquela em que se encontra lhe parece a melhor. O objetivo dos céticos com essa parábola antiga era mostrar o conflito das doutrinas que competem entre si e se excluem, e o quanto não temos um critério independente de todas elas que nos permita fazer uma escolha imparcial.

Todo filósofo enfrentou ou enfrentará, em algum momento, dúvidas quanto ao sentido da filosofia: O que é? Qual escolher? Para que serve sua matéria? Qual o melhor caminho a seguir? Pois a filosofia enquanto pensamento crítico e reflexivo tem como característica colocar a si mesma em questão. Porém, como dizia o próprio Aristóteles, até para questionar o *logos* é preciso utilizá-lo.

Foram essas questões tão básicas quanto antigas que nos levaram a desenvolver aqui nossas reflexões, procurando mostrar que para a pergunta “o que é filosofia?” há múltiplas respostas e que, ao contrário do que ocorre com o jovem grego candidato a filósofo, no contexto contemporâneo, não mais vemos as diferentes respostas como excludentes ou como exigindo uma adesão total. Temos afinidades, simpatias, tomamos conhecimento de pensadores que nos permitem discutir melhor algumas questões do que outros, mas não julgamos que haja uma única corrente filosófica capaz de fornecer todas as respostas, que se imponha às demais, ou que deva merecer nossa absoluta aceitação. Vivemos em uma época de pluralismo das ideias, e isso nos permite examinar os vários caminhos que se abrem diante de nós, sem a mesma perplexidade do jovem em Atenas.

Foi com isso em mente que nos propusemos a examinar as múltiplas respostas que os filósofos deram a essa questão essencial que a filosofia levanta em torno do significado de seu próprio nome. E o fizemos sob as mais variadas perspectivas, explorando os pontos onde essa questão se desdobra em outras, a ela correlatas: sua utilidade prática, os diferentes estilos literários que um filósofo usa para exprimir seu pensamento, de que forma cada época via um filósofo (como crítico, ativista político, mago e pensador esotérico...), o ponto de vista histórico e as aproximações temáticas da filosofia... Sempre mostrando como todas essas questões, que estão no cerne da filosofia, passaram por grandes transformações, mas ainda se encontram entre nós. São questões fundamentais, que, como dizia Kant, a razão inevitavelmente levanta para si mesma, sem poder entretanto responder.

Finalmente gostaríamos de acrescentar que este livro é resultado de um trabalho conjunto, e acreditamos que não poderia ter sido feito de outra maneira. Foi essencial para o seu desenvolvimento – e para o modo como trabalhamos essa questão, enfatizando as múltiplas visões da filosofia – o diálogo entre nós, com frequência marcado por divergências. Isso nos forçou a explicitar melhor nossas posições e também a revê-las e reformulá-las. É algo desse aprendizado conjunto que gostaríamos de transmitir a nossos leitores, convidando-os a chegar também a suas próprias visões com base no amplo, diversificado e complexo mosaico que a filosofia continua nos apresentando.

OS AUTORES

1. O QUE É FILOSOFIA?

UMA SÓ PERGUNTA E MÚLTIPLAS RESPOSTAS

Sei e não sei o que pretendo com esse título, “Filosofia” ..., pois, quando e para que pensador, em toda a sua vida de filósofo, a filosofia deixou de ser um enigma?

EDMUND HUSSERL

NO DECORRER DA HISTÓRIA, muitas foram as definições de filosofia formuladas por filósofos. Não raro, na obra de um mesmo pensador encontramos concepções variadas, que podem ou não divergir entre si; algumas tornam-se centrais, outras secundárias e outras ainda são postas de lado, conforme o interesse do autor evolui. Às vezes essas concepções tomam rumos inesperados nas obras de outros escritores. Interpretadas à luz de um tempo posterior, as que eram centrais podem tornar-se secundárias e vice-versa, assim como as que foram descartadas podem ser retomadas e valorizadas, ganhando uma importância maior do que a pretendida originalmente. O que todas essas concepções têm em comum? O que dá a elas o direito de serem chamadas de “filosofia”?

Um bom exemplo dessa diversidade de significações é certamente a obra de Platão, filósofo a quem se costuma remontar a origem da própria filosofia – já que seus antecessores, os pré-socráticos, por estarem preocupados com questões relativas à natureza, eram físicos e não filósofos, como observa Aristóteles no Livro A da *Metafísica*. Em Platão, cujo pensamento abrange, às vezes indistintamente, também o de Sócrates (que jamais escreveu uma única linha), encontramos pelo menos de forma embrionária quase todas as possíveis definições de filosofia presentes na história. Mas foi a noção de que a filosofia é uma busca que se realiza na contemplação da verdade – verdade que só se atinge através da intuição intelectual de formas abstratas – que se tornou, por excelência, platônica. Desenvolvida por Platão – especialmente nos livros VI e VII da *República*, onde a separação metafísica dos mundos sensível e inteligível não é apenas mencionada, mas é pela primeira vez tematizada –, é essa a concepção platônica considerada fundadora do sentido ocidental de filosofia, isto

é, um saber que, dando-se exclusivamente através do intelecto e da razão, poderá alcançar verdades absolutas: “São filósofos”, diz Platão, na *República*, “aqueles que são capazes de atingir o que é eterno e imutável.”

Podemos considerar, embora com prováveis exceções, que do ponto de vista histórico a filosofia girou quase que completamente em torno de problemas que já haviam sido levantados pela filosofia de Platão. Daí a célebre afirmação do pensador americano A.N. Whitehead de que a tradição filosófica europeia não passa de “uma série de notas de pé de página a Platão”. No centro do pensamento platônico circulam os mais caros conceitos da filosofia: verdade, conhecimento, razão, intelecto, intuição, movimento, moral, sensação, opinião etc., e é em torno deles que se desenrolam as questões mais importantes da história da filosofia.

Obviamente, não poderíamos aqui dar conta de todos os detalhes desse processo, mas, tomando como base alguns de seus aspectos, e sem jamais desconsiderar o fato de que estão em geral interligados, talvez seja possível ilustrar alguns momentos tópicos da história do pensamento. A começar, por exemplo, pela etimologia da palavra grega *philosophia*, que significa amor à sabedoria: nossa primeira questão é identificar que sabedoria é essa e de que modo pode ser alcançada.

Uma posição claramente platônica em sua origem é justo aquela que entende a filosofia, e portanto a busca da sabedoria, como dependente do exercício puro da razão. Filiam-se a essa concepção todas as filosofias que opõem o pensamento racional às apreensões da sensibilidade, e que supõem que somente o intelecto é capaz de atingir a realidade verdadeira. Essa oposição do pensamento racional àquilo que é produto da sensação, como crenças e ilusões, já encontramos em Platão, quando ele distingue ciência (*episteme*) de opinião (*doxa*), em especial no *Mênon* e na *República* – embora Platão considere dois tipos de opinião, a falsa e a verdadeira, e conceda à última alguma dignidade intelectual, no *Banquete* e no *Teeteto*, por exemplo. Mas essa mesma distinção tomou outros rumos, ganhou novas formas à medida que foi sendo absorvida e recriada por filósofos e filosofias de outras épocas, como os denominados “racionalistas” (na modernidade, Descartes, Spinoza e Leibniz), que defendiam a tese de superioridade da razão sobre a sensação (*aisthesis*).

Um trecho de Descartes, em *Princípios da filosofia*, serve para ilustrar a desconfiança dos racionalistas em relação aos sentidos:

Agora, pois, como estamos empenhados na busca da verdade, duvidaremos antes de mais nada de que existam quaisquer coisas sensíveis ou imagináveis. Primeiro porque constatamos que os sentidos às vezes erram e é prudente nunca confiar em demasia naqueles que nos iludiram uma vez. Depois, porque,

todos os dias, em nossos sonhos, parece que sentimos ou imaginamos inúmeras coisas que não existem em lugar algum, e, a quem assim duvida, não se mostra sinal algum com que se distinga ao certo o sono da vigília.

A tese racionalista da superioridade da razão foi motivo de extenso debate no século XVII, quando uma série de filósofos, chamados de empiristas, decidiu mostrar o quanto o conhecimento depende de nossas experiências sensíveis. Dentre esses citamos Pierre Gassendi, John Locke e George Berkeley, os fundadores da escola empirista; Francis Bacon, considerado muitas vezes um dos iniciadores da ciência moderna; e Thomas Hobbes, um dos principais representantes do materialismo. Os empiristas enfatizavam o papel da experiência e da evidência, em especial da percepção sensorial, na formação das ideias.

Contra Descartes, particularmente – que, como Platão e Santo Agostinho, acreditava que a alma possuía ideias inatas –, Locke procura demonstrar que o conhecimento humano tem suas origens na sensação:

Não há nada na inteligência que não tenha estado primeiro nos sentidos. ... Suponhamos que no começo a alma é tábula rasa, vazia de tudo, sem nenhuma ideia seja ela qual for: de que modo ela vem a receber as ideias? Como adquire essa prodigiosa quantidade que a imaginação do homem sempre a ele apresenta com uma variedade quase infinita? De onde ela retira esses materiais que estão ao fundo de todos os raciocínios e de todos os conhecimentos? A isso respondo com uma única palavra: da experiência.¹

A compreensão da filosofia como busca da verdade teve sua origem em Sócrates, o primeiro filósofo a se preocupar com definições universais no âmbito da moral e que, à diferença de Platão, seu discípulo, acreditava que era possível chegar a esses universais através dos particulares, pois considerava que a essência das coisas estivesse nas próprias coisas e não fora delas. Por essa razão, Sócrates andava pelas ruas de Atenas, investigando e questionando tenazmente as opiniões dos cidadãos. Seu método de investigação era o diálogo, método de perguntas e respostas cujo principal efeito era a refutação das opiniões em geral infundadas do senso comum e a consequente demonstração da ignorância alheia: aquilo que o sujeito interrogado pensava saber, na verdade não sabia.

Como Sócrates, todos os filósofos céticos rejeitavam qualquer pretensão ao saber, preferindo suspender o juízo, ao invés de afirmar tê-lo alcançado, como faziam os dogmáticos. Os céticos se inspiraram no famoso “Só sei que nada sei” socrático e na discussão sobre a possibilidade do conhecimento encontrada em Platão e adotaram uma postura filosófica em que valorizavam a busca (*zêtesis*) do conhecimento e da verdade – que, no entanto, nunca podemos assegurar ter obtido em sentido definitivo. É o processo de indagação que é importante, e não o seu resultado, porque este pode ser sempre questionado e reformulado, já que

nunca será conclusivo.

Os cétricos contam a esse respeito a história que vimos na Apresentação, do jovem que vem para Atenas interessado em estudar filosofia. Com ela, apontam para a *diaphonia*, ou seja, o conflito das teorias, todas elas pretendendo ser verdadeiras. Porém, como o jovem percebe, não há um critério independente das teorias que permita decidir qual a mais correta.

Na atualidade, citamos a posição de Karl Jaspers:

O que é filosofar? Para aqueles que acreditam na ciência, um saber possível de se possuir, o pior da filosofia é que ela jamais fornece resultados apodícticos. As ciências conquistaram conhecimentos certos, que se impõem a todos; a filosofia, apesar de seus esforços milenares, jamais obteve um tal sucesso. É incontestável que em filosofia não há unanimidade no estabelecimento de um saber definitivo. Sempre que um conhecimento se impõe por razões apodícticas, ele se torna científico e cessa de ser filosófico, passando a pertencer a um domínio particular do conhecível. ... A palavra grega *philosophos*, filósofo, é formada por oposição a *sophos*, sábio. Ela designa aquele que ama a sabedoria e não aquele que, possuindo a sabedoria, intitula-se sábio. Esse sentido persiste ainda hoje: a essência da filosofia é a busca da verdade, não sua posse, mesmo se ela trai a si mesma, como acontece frequentemente, até degenerar-se em dogmática, em um saber colocado em fórmulas, definitivo, completo, transmissível pelo ensinamento. ... Fazer filosofia é estar a caminho. Em filosofia, as questões são mais essenciais do que as respostas, e cada resposta torna-se uma nova questão.²

As investigações éticas de Sócrates levaram diversas escolas filosóficas da Antiguidade a compreender a filosofia como um caminho para a felicidade. A razão e a inteligência, consideradas produtoras de virtudes, associavam o nome do filósofo à serenidade, à moderação, à coragem, às qualidades necessárias para a vida feliz; o amor à verdadeira filosofia resultava na saúde da alma, especialmente no que diz respeito às paixões, que deveriam ser evitadas. O conhecimento deveria ter uma ação libertadora, dissolvendo todas as perturbações provocadas pelas paixões – a ira, a inveja, a desconfiança, o medo etc.; através dele, o homem poderia aprender a reconhecer o que é evitável, como determinados desejos, e a aceitar o inevitável: seu destino e sua morte. Assim a filosofia foi compreendida por cirenaicos e cínicos, contemporâneos seguidores de Sócrates, por epicuristas, estoicos e cétricos, entre outros, do período helenista, e por pensadores posteriores a ele, tais como Lucrecio, Sêneca, Cícero e Marco Aurélio, seus herdeiros romanos. Para esses filósofos, buscar a vida feliz era mais fundamental do que buscar a verdade. O conhecimento e a verdade eram importantes, mas somente na medida em que poderiam fornecer critérios para a boa tomada de decisão, isto é, a que garantisse um bom resultado na vida prática. A felicidade seria, assim, consequência da tranquilidade que provém de uma realização pessoal, e esse seria o objetivo último da filosofia.

A felicidade não era, portanto, metafísica, nem para Sócrates nem para esses

filósofos; ela era o bem humano supremo, o *telos* para o qual deveriam convergir todas as nossas ações: “O bem é a finalidade de todas as nossas ações”, diz Sócrates no *Górgias*, “e é em vista dele que todas as outras coisas devem ser feitas, e não o contrário, ele em vista de todas as outras coisas.” E no *Banquete*, onde sugere que o desejo de felicidade é axiomático: “É, com efeito, por meio da posse das coisas boas que os felizes são felizes, e não há por que perguntar com que finalidade o que quer ser feliz quer ser feliz. A resposta já é final.”³

A seguir, um trecho do livro *De rerum natura*, de Lucrecio, acerca de Epicuro, mostra o quanto a felicidade, para esses filósofos, ligava-se a uma força interior, exclusivamente humana, que negava o divino e as forças sobrenaturais por considerá-los fontes do mal:

Enquanto a vida humana jazia na terra, mísera de ver-se, oprimida sob o peso da religião, que estendia o pescoço pelas regiões do céu, atemorizando os mortais com o seu horrível aspecto, um homem da Grécia, o primeiro entre os mortais, ousou erguer o seu olhar contra ela e afrontá-la: nem a fama dos Deuses, nem os raios, nem o céu com o seu atemorizante fragor, não lhe reduziram, antes lhe excitaram ainda mais o generoso valor da sua alma no desejo de quebrar pela primeira vez os cerrados baluartes das portas da natureza. Portanto a vívida força de sua alma venceu; e saiu a percorrer ao longe os flamejantes muros do mundo e todo o infinito com a inteligência e com o ânimo, de maneira que, vitorioso, ele nos conta o que pode nascer e o que não pode, e por que razão cada ser possui um poder limitado e um termo fixado na profundidade das coisas. Assim a superstição, pisoteada, é humilhada e a vitória, por sua vez, eleva-nos até o céu.

Na mesma direção dessa compreensão de filosofia como engrandecedora da alma humana, há também os que a entenderam como um modo de prevenir o espírito contra os males sociais: uma arma contra os mitos, os preconceitos, os conformismos e a cegueira humana de um modo geral, pois ela habitua a inteligência a refletir com rigor e precisão sobre as questões mais fundamentais da vida humana, tornando-a autônoma, livre das forças materiais que cada vez mais a pressionam.^a

Em *Os problemas da filosofia*, diz Bertrand Russell:

O valor da filosofia deve de fato ser procurado em sua própria incerteza. O homem que não tem nenhum conhecimento de filosofia atravessa a vida aprisionado aos preconceitos provenientes do senso comum, das crenças habituais de seu tempo e de sua nação, e das convicções que cresceram em sua mente sem a cooperação ou o consentimento deliberado de sua razão. Para um tal homem, o mundo tende a tornar-se definitivo, finito, óbvio; os objetos comuns não lhe trazem questões e as possibilidades desconhecidas são desdenhosamente rejeitadas. Ao contrário, tão logo começamos a filosofar, descobrimos que mesmo as coisas mais cotidianas nos trazem problemas para os quais só podemos dar respostas muito incompletas. A filosofia, embora incapaz de nos dizer com certeza qual é a resposta verdadeira para as dúvidas que ela própria levanta, é capaz de sugerir muitas possibilidades que ampliam nossos pensamentos e os libertam da tirania do hábito. Assim, ao mesmo tempo que diminui nosso sentimento de certeza com relação ao que as coisas são, ela aumenta grandemente nosso conhecimento com relação ao que elas poderiam ser; ela remove o dogmatismo arrogante daqueles que nunca viajaram até as regiões da dúvida libertadora; e ela mantém vivo nosso sentimento de admiração, ao mostrar aspectos

nada familiares nas coisas que nos são absolutamente familiares.

Analogamente, a filosofia é vista por alguns como um escudo contra nossos próprios sofrimentos. Para Jean de La Bruyère, ensaísta e moralista do século XVI, em *Caracteres*:

A filosofia convém a todo mundo ... sua prática é útil para todas as idades, todos os sexos e para todas as condições sociais: ela nos consola da felicidade do outro ... de nossos fracassos, do declínio de nossas forças ou de nossa beleza; ela nos arma contra a pobreza, a velhice, a doença, a morte, contra os ignorantes e as pessoas maliciosas; ela nos permite viver sem mulher, ou nos permite suportar aquela com quem vivemos.

A filosofia também pode ser considerada uma espécie de terapia conceitual. Em *Cultura e valor*, Ludwig Wittgenstein observa: “Pensamentos que estejam em paz: eis pelo que anseia todo filósofo.” Para ele, “a filosofia não é uma teoria, mas uma atividade. Uma obra filosófica consiste essencialmente em elucidações. O resultado da filosofia não são ‘proposições filosóficas’, mas tornar proposições claras. Cumpre à filosofia tornar claros e delimitar precisamente os pensamentos, antes como que turvos e indistintos.” (*Tractatus logico-philosophicus*, 4.112). Nas *Investigações filosóficas* ele afirma que não há um método único, já que o método a ser adotado depende dos problemas a serem elucidados, mas há diferentes métodos, como “diferentes terapias”. Os problemas filosóficos não são resolvidos – não devemos buscar melhores soluções para os mesmos problemas tradicionais –, mas sim *dissolvidos*, mostrando-se através do método elucidativo que esses problemas se originavam apenas de equívocos e falsas analogias a que somos levados pela linguagem.

Por sua vez, a célebre concepção aristotélica de filosofia como a ciência dos primeiros princípios e das causas, como uma ciência desinteressada, irá, por um lado, distanciar a filosofia de qualquer sentido prático, e por outro fazer dela a ciência das ciências, inaugurando assim toda uma tradição que compreenderá a filosofia como teoria pura e fundamento de todas as ciências:

É pois evidente que a sabedoria (*sophia*) é uma ciência sobre certos princípios e causas. E, já que procuramos essa ciência, o que deveríamos indagar é de que causas e princípios é ciência a sabedoria. Se levarmos em conta as opiniões que temos a respeito do sábio, talvez isso se torne mais claro. Pensamos, em primeiro lugar, que o sábio sabe tudo, na medida do possível, sem ter a ciência de cada coisa particular. Em seguida, consideramos sábio aquele que pode conhecer as coisas difíceis, e não de fácil acesso para a inteligência humana (pois o sentir é comum a todos e por isso é fácil, e nada tem de sábio). Ademais, àquele que conhece com mais exatidão e é mais capaz de ensinar as causas, consideramo-lo mais sábio em qualquer ciência. E, entre as ciências, pensamos que é mais sabedoria a que é desejável por si mesma e por amor ao saber do que aquela que se procura por causa dos resultados, e pensamos que aquela destinada a mandar é mais sabedoria que a subordinada. Pois não deve o sábio receber ordens, porém dá-las, e não é ele que há de obedecer a outro, porém deve obedecer a ele o menos sábio.

Tais são, por sua qualidade e seu número, as ideias que temos acerca da sabedoria e dos sábios.⁴

Sob a influência de Aristóteles, vários filósofos passarão a pensar a filosofia como raiz de todo o conhecimento. Por exemplo a concepção cartesiana e sua imagem da árvore do conhecimento, conforme expressa em seu prefácio a *Princípios da filosofia* – muito embora, nesse mesmo livro, Descartes faça uma série de críticas a Aristóteles.

Desejaria, primeiramente, explicar o que é filosofia, começando pelas coisas mais comuns: essa palavra “filosofia” significa o estudo da sabedoria, e por sabedoria não entendemos somente a prudência nos negócios, mas um perfeito conhecimento de todas as coisas que o homem pode saber, tanto para a conduta de sua vida quanto para a conservação de sua saúde e a invenção de todas as artes; e que, a fim de que esse conhecimento seja tal, é necessário que ele seja deduzido das primeiras causas, de modo que para adquiri-lo, que se chama propriamente filosofar, é preciso começar pela busca dessas primeiras causas, isto é, dos princípios. Esses princípios devem obedecer a duas condições: a primeira é que sejam tão claros e tão evidentes que o espírito humano não possa duvidar de sua verdade ao considerá-los com atenção; a segunda é que o conhecimento das outras coisas deles dependa, de modo que possam ser conhecidos sem elas, mas não elas sem eles.

...

Assim toda a Filosofia é como uma árvore, cujas raízes são a Metafísica, o tronco a Física, e os galhos que saem desse tronco são todas as outras ciências, que se reduzem a três principais, a saber, a Medicina, a Mecânica e a Moral. Por moral entendo a mais alta e perfeita moral, aquela que, pressupondo o inteiro conhecimento das outras ciências, é o último grau da sabedoria. Ora, assim como não se colhem frutos nem das raízes nem dos troncos das árvores, mas somente da extremidade de seus galhos, assim também a principal utilidade da filosofia depende das partes que só se aprendem por último.

Na *Crítica da razão pura*, Immanuel Kant mostra que a filosofia crítica se caracteriza exatamente pelo reconhecimento dos limites da razão no entendimento. Segundo ele, não conhecemos a realidade tal como ela é, a coisa-em-si, mas apenas o objeto, isto é, o que resulta de nossa relação cognitiva com o real, a qual por sua vez depende de nossas faculdades do entendimento (as categorias mais gerais) e da sensibilidade (a forma da percepção espaço-temporal). No entanto, o reconhecimento desses limites é exatamente o que valida e torna legítimo o conhecimento, uma vez que conhecemos efetivamente o objeto a partir de nosso entendimento e sensibilidade. Kant distingue assim o conhecimento como resultado do uso legítimo da razão, por um lado, daquilo que podemos pensar, embora sem pretensão a conhecimento, por outro, por exemplo o uso especulativo da razão que não visa a conhecer o real e no qual não há um objeto correspondente.

Embora a filosofia tenha construído uma tradição mais voltada para a contemplação (*theoria*) do que para a ação (*praxis*), houve momentos em que as teorias filosóficas procuraram servir à vida prática, especialmente à política. Da Antiguidade, o melhor exemplo é ainda Platão, ao idealizar uma cidade justa em

sua *República*, visando a implantar seu sistema político em Siracusa. Depois dele, Aristóteles e suas teorias políticas e morais no livro *E da Metafísica*, que não envolviam entretanto a noção de “filosofia primeira”, puramente teórica, conforme sua divisão das ciências. E, como vimos, também os filósofos helenistas, embora estes cultivassem as virtudes para fins pessoais e não políticos, já que em sua época a *polis* grega havia desaparecido e, em consequência, a política perdera seu lugar de destaque.

A filosofia como teoria política tem também sua expressão durante o Renascimento, nas obras de Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes. Maquiavel, por exemplo, é considerado o iniciador da ciência política moderna. Sua principal obra filosófica, *O príncipe*, é um tratado político, onde defende que “os fins justificam os meios”, ideia que se tornou célebre embora tenha adquirido um sentido bastante negativo.

Outros filósofos, como Montesquieu, Jean-Jacques Rousseau e Augusto Comte, utilizaram-se da filosofia como meio político. Mas o ápice da filosofia assim entendida só se dará com Karl Marx, que fundou a doutrina comunista moderna, adotada, como é sabido de todos, por diversos países do Leste europeu, durante o século XX. É conhecida a frase em que ele, ao mesmo tempo em que se queixa dos filósofos cujas filosofias se restringem a teorizar, define a tarefa do filósofo como ação: “Os filósofos não fizeram outra coisa senão interpretar o mundo de diversas maneiras: o que importa é transformá-lo.”

O marxismo nasceu em parte de certas categorias do pensamento hegeliano, em particular a do caráter formador e liberador da ação: “a filosofia é a história da filosofia”, uma posição que se tornou tradicional na história do pensamento. Ao criticar Kant, Hegel modifica profundamente a concepção de razão. O conhecer e o agir, faculdades respectivamente teórica e prática da razão, distinguidas por Kant, são reunidas por Hegel em uma única concepção: “A Razão é Espírito.” O poder da razão é a ação através da qual, apropriando-se do mundo, ela o eleva à verdade e toma consciência de si. A concepção de história de Hegel é debitária dessa crítica. Para ele, Kant, na *Crítica da razão pura*, parte de uma concepção de subjetividade e de consciência puramente formais, isto é, de uma subjetividade universal, abstrata; Kant jamais se pergunta sobre a origem do sujeito e sobre seu processo de formação. A subjetividade, segundo Hegel, não pode ser tomada como dada, mas deve ser entendida como um processo de formação em que a consciência individual interage com outras consciências e com o mundo. E a consciência que cada sujeito pode ter é necessariamente resultado da sociedade de que faz parte e do momento histórico em que essa sociedade se encontra. Por isso, para Hegel, entender um conceito deve envolver

também entender a história desse conceito. Só assim, isto é, se examinar as origens dos conceitos que formula e seu processo de formação, que é essencialmente histórico, a filosofia poderá ser, como queria Kant, autenticamente crítica:

O ponto de vista geral da história filosófica não é abstratamente geral, mas concreto e eminentemente atual, porque é o Espírito que permanece eternamente junto de si mesmo e ignora o passado. À semelhança de Mercúrio, o condutor das almas, a Ideia é, na verdade, o que conduz os povos e o mundo, e é o Espírito, em sua vontade razoável e necessária, que orienta e continuará a orientar os acontecimentos do mundo.⁵

Um dos nomes mais marcantes da história da filosofia é Friedrich Nietzsche, filósofo alemão do século XIX que influenciou substancialmente filósofos e não filósofos do mundo contemporâneo. Nietzsche é um crítico radical de toda a tradição filosófica, expressão espiritual da cultura ocidental, entendida por ele como história da metafísica (a palavra “metafísica” é usada como alternativa à palavra “filosofia”), isto é, como uma história dos sentidos e dos valores que tem seu início com o dualismo de Platão: “Metafísica é uma posição de oposição; sua crença medular é a crença na antinomia dos valores”, diz ele em *Para além do bem e do mal*. Para Nietzsche, é preciso que a filosofia deixe de ser metafísica e seja uma “genealogia”, que o filósofo desça à origem dos sentidos e dos valores e se pergunte “de onde eles provêm?”, “que tipo de força ou de desejo os inventou?”, pois somente assim alcançará a crítica demolidora e total de uma filosofia “a marteladas”, expressão nietzschiana que exprime a violência necessária para a realização do que ele entende por pensamento. Pensar, para ele, não é o exercício de uma faculdade, conforme observa Gilles Deleuze, em *Nietzsche e a filosofia*: “O pensamento não pensa sozinho e por si mesmo. ... Pensar depende das forças que se apoderam do pensamento.”

Eis um dos muitos textos em que Nietzsche deixa claro que todo pensamento, e portanto toda filosofia, é o sintoma de uma vontade:

Percebe-se sempre nos escritos de um eremita o eco do deserto, o tom sussurrado e tímido da solidão; em suas palavras mais fortes, mesmo em seu grito, ressoa ainda uma nova e mais perigosa espécie de silêncio e ocultação. Aquele que solitário travou com sua alma, dia após dia, ano após ano, um duelo e um diálogo secretos, e em sua caverna – que pode ser um labirinto ou uma jazida de ouro – tornou-se um urso das cavernas ou um caçador de tesouros ou um guardador de tesouros e dragão, descobre que seus próprios conceitos finalmente adquirem uma cor crepuscular característica, um odor das profundezas e um bafo de mofo, algo de incomunicável e relutante que sopra lufadas de frio em todos os que passam à sua volta. O eremita não acredita que um filósofo – supondo-se que um filósofo tenha sido sempre primeiramente um eremita – chegue a expressar suas próprias e últimas opiniões em livros: não é precisamente para ocultar o que se tem dentro de si que se escrevem livros? – na verdade, ele chegará mesmo a duvidar que um filósofo possa ter opiniões “verdadeiras e finais”, e que atrás de cada uma dessas cavernas não haja necessariamente uma outra caverna e ainda mais profunda – um mundo mais

estranho e vasto, para além da superfície, um abismo por trás de cada chão, abaixo de todo fundamento. Toda filosofia é uma filosofia de fachada – eis um juízo de eremita: “Existe algo de arbitrário no fato de ele ter parado, olhado para trás, olhado em volta, de não ter cavado mais fundo aqui, deixado sua pá de lado ali – e há também algo de suspeito em tudo isso.” Toda filosofia esconde uma outra filosofia, toda opinião é também um esconderijo e toda palavra é sempre uma máscara.⁶

É como genealogista que Nietzsche irá investigar conceitos centrais da filosofia. Considerado por si mesmo um “destruidor de ídolos”, ele faz observações rascantes à filosofia e aos filósofos, em diversos pontos de sua obra. Logo na abertura de *Sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral*, ele apresenta sua opinião sobre o valor do intelecto e do conhecimento humanos:

Em algum remoto canto daquele universo que se derrama em um sem-número de sistemas solares cintilantes, havia uma vez um astro, sobre o qual animais espertos inventaram o conhecimento. Esse foi o minuto mais arrogante e mais mentiroso de toda a história do universo: e foi, entretanto, somente um minuto. Passados alguns poucos fôlegos da natureza, esfriou e congelou-se o astro, e os animais inteligentes tiveram de morrer. – Assim poderia alguém inventar uma fábula e nem por isso lograr ter ilustrado adequadamente o quão lamentável, fantasmagórico e fugaz, o quão sem finalidade e arbitrário parece o intelecto humano diante da natureza. Durante eternidades ele sequer existiu; e quando de novo houver passado, nada terá acontecido. Pois não há para esse intelecto nenhuma missão adicional que o conduza para um além da vida humana. Ao contrário, ele é humano, e somente seu possuidor e genitor o considera de modo tão pateticamente solene, como se os gonzos do mundo girassem dentro dele. Mas, se pudéssemos nos comunicar com uma mosca, perceberíamos então que também ela boia no ar com esse mesmo *pathos*, sentindo a si mesma como centro voante deste mundo. Não há nada tão desprezível e insignificante na natureza que ela não possa imediatamente explodir como a um saco ao mais leve sopro desse poder de conhecimento. E assim como todo transportador de carga quer ter seu admirador, assim também o mais orgulhoso dos homens, o filósofo, supõe estar vendo por todos os lados os olhos do universo telescopicamente focados sobre sua ação e pensamento.

E mais adiante, ainda nesse mesmo livro, ele se pergunta sobre o sentido e o valor da verdade:

O que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias e antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram engrandecidas, transpostas, e poética e retoricamente embelezadas, e que, após longo uso, parecem sólidas, canônicas e obrigatórias a um povo: as verdades são meras ilusões, das quais esquecemos que isso é o que elas são; metáforas que se tornaram gastas e sem força sensual, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas.

Certos aspectos da filosofia de Nietzsche, a crueza de suas críticas à cultura ocidental, sua sinceridade, sua ousadia, seu espírito revoltado, sua grande erudição e seu tom visionário, criaram uma classe de seguidores que se apropriaram de sua filosofia de modo tendencioso. Nietzsche é até hoje amado por “adeptos” fanáticos, que se dizem “nietzschanos” mas que muitas vezes sequer leram sua obra, e é também odiado por aqueles que erroneamente supõem que sua filosofia possa ter servido como fundamento para o nazismo, para o

nacionalismo ou para o antifeminismo. Sua filosofia do super-homem, sua proposta de transvaloração de todos os valores e sobretudo sua famosa declaração, em seu livro mais famoso e difícil, *Assim falou Zaratustra*, de que “Deus está morto”, provocaram inúmeros mal-entendidos e fizeram de Nietzsche o filósofo mais controverso de todos os tempos. Ele próprio, como um profeta, previu e abominou aquilo em que o futuro poderia transformá-lo:

Conheço minha sina. Um dia, meu nome será ligado à lembrança de algo tremendo – de uma crise como jamais houve sobre a Terra, da mais profunda colisão de consciências, de uma decisão conjurada contra tudo o que até então foi acreditado, santificado, requerido. Eu não sou um homem, sou dinamite. ... Tenho um medo pavoroso de que um dia me declarem santo: perceberão por que publico este livro antes, ele deve evitar que se cometam abusos comigo.⁷

A filosofia como genealogia influenciou uma série de filósofos no século XX. Dentre esses destaca-se em especial o revolucionário pensador francês Michel Foucault. Como Nietzsche, Foucault não acreditava na objetividade da história e, em consequência, negava o quadro temporal tradicional, que compreende os fenômenos culturais a partir de categorias decorrentes de um contínuo espiritual único e homogêneo. De acordo com Foucault, para se compreender os fenômenos culturais é preciso que se reconstitua o campo epistemológico em que surgiram. Um campo epistemológico, ou simplesmente episteme, é uma estrutura, um espaço independente, descontínuo, dentro do qual se produzem determinados saberes e noções através de uma série de articulações que podem ultrapassar as fronteiras do que está sendo produzido. Assim, em *A história da loucura*, por exemplo, para examinar as condições que permitiram a emergência da psiquiatria como um saber médico e legítimo sobre a loucura, não basta a análise do desenvolvimento da ideia de loucura, mas é preciso considerar os discursos e as práticas relativas ao “louco”, e a relação entre esse acontecimento e uma determinada trajetória do binômio razão/desrazão.

Os exemplos aqui citados, e que poderiam se multiplicar indefinidamente, servem apenas para ilustrar a impossibilidade de se alcançar uma caracterização precisa de filosofia, pois quantos forem os filósofos tantas serão as filosofias e suas definições e interpretações. Por essa razão, que nos seja permitido comparar a trajetória dos que estudam filosofia à daqueles que entram em um labirinto, com caminhos que obstinadamente se bifurcam, ou em uma biblioteca, como a do conto “A biblioteca de Babel”, de Jorge Luis Borges, que abriga um número infundável de livros, distribuídos em prateleiras de longas estantes em número sempre invariável e igual, por infundáveis galerias hexagonais, que desembocam em outras e mais outras galerias hexagonais. Uma escada em espiral mostra que a biblioteca também “se abisma e se eleva ao infinito”; e a luz emitida pelos

hexágonos “é insuficiente”:

Afirmo que a Biblioteca é interminável. Os idealistas argüem que as salas hexagonais são uma forma necessária do espaço absoluto ou, pelo menos, de nossa intuição do espaço. Alegam que é inconcebível uma sala triangular ou pentagonal. (Os místicos pretendem que o êxtase lhes revele uma câmara circular com um grande livro circular de lombada contínua, que siga toda a volta das paredes; mas seu testemunho é suspeito; suas palavras, obscuras. Esse livro cíclico é Deus.) Basta-me, por ora, repetir o preceito clássico: A Biblioteca é uma esfera cujo centro cabal é qualquer hexágono, cuja circunferência é inacessível.

Há sempre, é claro, aqueles que supõem a existência de um livro dos livros, de um livro-solução de todos os enigmas, mas ele não existe; os textos não se decifram, os textos remetem a textos, que remetem a outros textos, como em um *mise en abîme*, como mostram as imagens que se projetam infinitamente em espelhos. Estamos assim condenados pelo tempo, pela impossibilidade de alcançar o absoluto e de obter uma resposta.

Também sabemos de outra superstição ...: a do Homem do Livro. Em alguma estante de algum hexágono (raciocinaram os homens) deve existir um livro que seja a cifra e o compêndio perfeito de todos os demais: algum bibliotecário o consultou e é análogo a um deus. ... Muitos peregrinaram à procura d’Ele. Durante um século trilharam em vão os mais diversos rumos. Como localizar o venerado hexágono secreto que o hospedava? Alguém propôs um método regressivo: para localizar o livro A, consultar previamente um livro B, que indique o lugar de A; para localizar o livro B, consultar previamente um livro C, e assim até o infinito... Em aventuras como essas, prodigalizei e consumi meus anos. Não me parece inverossímil que em alguma prateleira do universo haja um livro total; rogo aos deuses ignorados que um homem – um só, ainda que tenha sido há milhares de anos! – o tenha examinado e lido. Se a honra, a sabedoria e a felicidade não são para mim, que sejam para outros. Que o céu exista, ainda que meu lugar seja o inferno. Que eu seja ultrajado e aniquilado, mas que em um instante, em um ser, Tua enorme Biblioteca se justifique.

^a Assim, por exemplo, em texto recente publicado no Relatório da Real Comissão de Investigação sobre o Ensino da província de Québec, em favor da inclusão da filosofia no currículo escolar, lemos: “Aquele que for iniciado em filosofia será mais consciente e mais livre; habituado a refletir e a reexaminar os problemas, não cederá facilmente às propagandas, aos movimentos coletivos impensados, mas saberá se situar no mundo, na sociedade Saberá tomar decisões com maior lucidez e liberdade”

2. SOBRE A UTILIDADE E O VALOR DA FILOSOFIA

O inferno são os outros.

JEAN-PAUL SARTRE

“A FILOSOFIA HOJE” – queixava-se, em 1966, o poeta e ensaísta americano Kenneth Rexroth – “é um método complicado que serve para evitar todos os problemas importantes da vida.” Quem procuraria um filósofo quando o que está em questão é algo crucial em sua vida? Diz ainda o poeta, no mesmo ensaio: “Se a mãe de um estudante de filosofia morre, se sua namorada engravida, se ele é acometido de uma doença abominável e fatal, ou se decidiu tornar-se um pacifista convicto que se recusa a lutar na guerra, será que procuraria seu professor de filosofia para se aconselhar?” A resposta é obviamente “não”.

Recentemente, o historiador americano William James Durant (tão famoso nos Estados Unidos que uma de suas frases é citada na abertura do filme *Apocalíptico*, de Mel Gibson) declarou que a filosofia está morta. Segundo ele, ninguém mais pensaria hoje em condenar à morte um filósofo por expressar suas ideias, como fizeram com Sócrates e Giordano Bruno por exemplo, “não porque os homens tenham se tornado mais sensíveis quanto a matar alguém, mas porque não há nenhuma necessidade de matar os que já estão mortos”. Um escritor anônimo, concordando com Durant, diz o seguinte:

Em um mundo de guerras e mudança de princípios, armado com bombas e tecnologias que carecem de princípios, o mais alarmante não é o que os filósofos dizem, mas o que deixam de dizer. Quando a razão é derrotada, paixões cegas tornam-se violentas, questões urgentes se acumulam, os homens procuram a orientação de cientistas, psiquiatras, sociólogos, ideólogos, políticos, historiadores, jornalistas – quase todos, exceto seu tradicional guia, o filósofo. Ironicamente, os teólogos, que até pouco tempo eram distantes, estão mais próximos dos interesses imediatos e intensos da humanidade do que a maior parte dos filósofos, que hoje se tornaram técnicos acadêmicos obscuros.⁸

Em *American Philosophy Today and Other Philosophical Studies*, o filósofo norte-americano Nicholas Rescher, citando esse ensaio, comenta que “vários veículos da opinião pública – da *Time Magazine* ao *New York Times* – têm se queixado ultimamente da irrelevância da filosofia contemporânea para os problemas relativos à condição humana, e da absorção narcísica, por parte dos

filósofos, de tecnicismos lógicos e linguísticos que tornaram a disciplina irrelevante também para problemas e interesses de não especialistas”. A lista de queixas relacionadas a essa inutilidade pode se estender longamente, sobretudo se nos concentramos na opinião pública norte-americana, que submete não só a filosofia mas todo e qualquer saber a seu ponto de vista exageradamente pragmático.

Durant, no mesmo texto em que afirmou que a filosofia está morta, refere-se à admiração que os filósofos já mereceram dos homens: por exemplo, Aristóteles foi tutor de Alexandre o Grande, Agostinho foi considerado santo e Voltaire foi confidente de reis. Não é incomum encontrar na biografia de outros grandes filósofos situações correlatas. Platão, durante algum tempo, foi professor de Dioniso II, rei de Siracusa – até ser vendido como escravo, depois de ter se desentendido com esse mesmo rei –, e Descartes era amigo da princesa Elisabete da Boêmia, sendo as cartas que para ela escreveu consideradas parte de sua obra. No século XVIII, mais do que tutor ou amigo dos governantes, o filósofo foi de certa forma rei: em 1793, ano II da Revolução Francesa, foi criado um baralho revolucionário que ressuscitava a velha utopia da *República* de Platão reivindicando o lugar de rei para os filósofos: o rei de paus, por exemplo, era Jean-Jacques Rousseau; o de ouros, Voltaire. Era um modo de mostrar que a sociedade deveria ser governada não por nobres, mas pela razão.

Alguns filósofos são celebrados em selos postais, notas e moedas. Platão, Aristóteles e Demócrito estão em moedas gregas, e Voltaire em uma cédula francesa. Kant e Schopenhauer aparecem em selos alemães, assim como Marx, que figura também em um selo russo. Bertrand Russell estampa um selo indiano, Comte, um francês. Entretanto, reconhecimento público, sucesso e poder não podem ser critérios de avaliação do filósofo e de sua filosofia. O tipo de reconhecimento que se dá ao filósofo não é equivalente por exemplo àquele de um ator de Hollywood, quando sai na capa de uma revista famosa e isso lhe traz fama e dinheiro, aliás, o binômio mais amado do mundo atual. Como diz o ditado popular: a barba não faz o filósofo.

Difícilmente o pensamento filosófico produz resultados práticos imediatos para o próprio filósofo ou para a sociedade; seu objetivo não é a produção de determinados efeitos. Como disse Nietzsche, o filósofo se esforça por compreender o que seus contemporâneos se contentam em viver. A compreensão do filósofo é anterior à dos homens de seu próprio tempo, e esse é um dos motivos por que a maioria dos filósofos só é reconhecida postumamente. A lista de filósofos não reconhecidos em vida é, talvez, bem mais extensa que a dos bem-sucedidos.

Exemplo máximo dessa verdade é o próprio Nietzsche. Hoje considerado um dos maiores filósofos da história do Ocidente, ele morreu na obscuridade, totalmente incompreendido por seus contemporâneos; seu insucesso era tal que ele se autodenominou “póstumo”. Também Arthur Schopenhauer, o filósofo do mundo e da vontade, o “cavaleiro solitário” que influenciou profundamente a filosofia de Nietzsche, só teve reconhecimento no fim de sua vida. Alguns de seus trabalhos foram totalmente rejeitados pela Academia. Um deles, *Sobre o fundamento da moral*, provocou escândalo por conter insultos a Hegel e Fichte e, embora tenha sido o único concorrente a um prêmio da Academia de Copenhague, não foi premiado. Na passagem abaixo, ao mesmo tempo em que ataca, Schopenhauer reclama do sucesso de Hegel, que era na época um dos mais reputados professores da Universidade de Berlim:

Hegel? Um excrementador que provoca náuseas, um charlatão descarado, um *nouveau-riche* da cultura, um triste senhor... Atendem a suas produções: o que é que elas são para além de um vazio, fútil e enjoativo amontoado de palavras? E, contudo, quão brilhante se apresenta a carreira desta filosófica criatura ministerial! Para tanto bastaram uns poucos compadrios aviltantes que proclamaram a glorificação desse pseudofilósofo vil, tendo tais vozes ecoado de tal modo nos crânios vazios de milhares de cretinos que ainda hoje se estão propagando – assim se conseguiu transformar em grande filósofo um cérebro mais do que mediano, aliás, um charlatão de baixo nível.

O filósofo francês Henri Bergson, cuja obra foi considerada a principal ameaça à visão mecanicista da natureza e que, segundo alguns, antecipou aspectos da teoria da relatividade de Einstein e as modernas teorias científicas da mente, ganhou o prêmio Nobel de literatura em 1927, obtendo portanto, durante a sua vida, sucesso, mas isso não impediu que morresse na miséria.

Karl Marx, o pai do comunismo, teve inúmeros seguidores – para citar alguns, dentre os mais famosos: Georg Lukács, Theodor Adorno, Louis Althusser, Walter Benjamin, Antonio Gramsci, Herbert Marcuse e Jean-Paul Sartre –, mas apenas postumamente. Em sua época mesmo, Marx não teve discípulos. Ao contrário, foi odiado por muitos, graças às suas teses revolucionárias, conforme mostram as palavras de seu amigo Friedrich Engels, ao prestar ao filósofo sua última homenagem:

A luta era seu elemento. E ele lutou com uma tenacidade e um sucesso com que poucos puderam rivalizar. ... Como consequência, Marx foi o homem mais odiado e mais caluniado de seu tempo. Governos, tanto absolutistas como republicanos, deportaram-no de seus territórios. Burgueses, quer conservadores ou ultrademocráticos, porfiavam entre si ao lançar difamações contra ele.

E há ainda uma história, muito significativa para esse contexto, sobre o filósofo húngaro Georg Lukács, contada por seu conterrâneo István Mészáros, em *Para além do “Capital”*: Lukács, considerado por Jürgen Habermas como

um dos fundadores da filosofia contemporânea, junto com Martin Heidegger e Ludwig Wittgenstein, foi, em determinado momento de sua vida, acometido por uma doença rara. O médico que o atendeu disse que poderia operá-lo, desde que ele concordasse que a operação fosse assistida por seus alunos residentes, ao que Lukács respondeu que sim, porque só assim ele seria objeto de estudo na Academia. Lukács, aliás, só não foi executado pelo governo contrarrevolucionário húngaro porque alguns intelectuais europeus de suma importância, dentre os quais o escritor Thomas Mann, intervieram a seu favor.

Ao afirmar que os filósofos não mais são condenados à morte por suas ideias, Durant não considera o fato de que atualmente são as ideias que são condenadas à morte, e não os filósofos. Quando não corresponde aos padrões de sucesso preestabelecidos pela sociedade, o pensamento filosófico é relegado à mais absoluta invisibilidade pelos meios mais elevados do poder e da mídia. Como Nietzsche – cuja obra só se tornou conhecida porque sua irmã, Elizabeth Förster Nietzsche, a entregou aos nazistas (o que Nietzsche jamais faria, tendo em vista sua assumida repulsa pelo antissemitismo) –, quantos e quantos filósofos não são diariamente silenciados pela gigantesca máquina utilitarista que move o mundo atual!

Contudo, o problema da utilidade e relevância da filosofia é bem mais antigo do que imaginamos, pois desde a Antiguidade o filósofo é visto pelo não filósofo como um sujeito alienado, alheio aos problemas da vida prática. O que, por exemplo, pode ser mais irrelevante do que medir a altura do salto de uma pulga ou descobrir se o zumbido de um mosquito sai “por sua tromba ou por seu traseiro”? Pois é através dessas atividades, em que Sócrates e seus discípulos aparecem empenhados, logo no início da comédia *As nuvens*, que Aristófanes, o maior comediógrafo da Antiguidade, retrata o filósofo e a filosofia. Na peça, as Nuvens são as novas deusas da filosofia – o que faz de Sócrates alguém que pode literalmente andar nas nuvens.

No *Teeteto*, de Platão, encontramos uma anedota, possivelmente popular na época, cujo objetivo é exatamente criticar a atitude alienada do filósofo. Conta ele que Tales de Mileto, o primeiro filósofo, andando a esmo em uma noite clara, observava atentamente as estrelas, e de tal modo concentrado no céu que tropeçou em algo no chão e caiu dentro de um poço. Uma escrava trácia que estava por perto, ouvindo os gritos do filósofo, ajudou-o a sair do poço, mas não sem comentar gracejando que se tratava ali de um homem “que estuda as longínquas estrelas, mas não consegue ver o chão que está sob seus pés”.

Outra anedota que corria na Antiguidade e que não tem outro objetivo senão o de também demonstrar a falta de utilidade prática do filósofo e da filosofia é

contada por Aristoxeno, aluno de Aristóteles, acerca de uma conferência pública que Platão teria proferido em sua Academia e cujo título, “Sobre o bem”, teria atraído uma grande quantidade de pessoas. A maioria delas, esperando ouvir sobre alguns dos bens reconhecidamente humanos, como riqueza, saúde, força, felicidade etc., ficou desapontada ao ouvi-lo falar sobre números, matemática, astronomia e, finalmente, sobre a unidade do Bem. Em vista disso, alguns trataram o fato com desdém e outros, com censura.

E a opinião do leigo não mudou muito desde então. Um exemplo atual veiculando as mesmas ideias que circulavam na Antiguidade pode ser encontrado no esquete cômico “Futebol dos filósofos”, que o famoso grupo inglês Monty Python criou em 1972. O esquete alude a um jogo de futebol ocorrido no *Olympiastadion*, durante as Olimpíadas de Munique, mas, em vez dos verdadeiros jogadores, são os mais célebres filósofos da história da filosofia que são colocados no campo.⁹

De fato, muitos quiseram, direta ou indiretamente, responder à questão acerca da utilidade da filosofia, porque a consideraram relevante. Porém todas as respostas argumentam não em defesa da utilidade prática da filosofia, no sentido de ser ela capaz ou não de oferecer soluções para a vida cotidiana, mas de seu valor para a vida humana.

Para alguns filósofos antigos, que compreendiam a filosofia como um caminho para o conhecimento verdadeiro, uma questão central, quando se trata de discutir o valor da filosofia, era certamente distinguir os vários níveis do conhecimento humano. Assim, por exemplo, Platão, que em diversos lugares de sua obra opõe conhecimento a opinião – mas em especial no Livro VI da *República*, em uma passagem conhecida por diagrama da linha dividida. Nessa passagem,¹⁰ Platão hierarquiza os objetos do conhecimento segundo seus graus de realidade e inteligibilidade, atribuindo a cada tipo de realidade um modo de apreensão. Os objetos mais inteligíveis e reais – as ideias – só podem ser apreendidos pela intuição intelectual (*noesis*), modo de apreensão daqueles que praticam a dialética, o método filosófico por excelência. Somente os filósofos, portanto, teriam acesso à compreensão dos mais altos objetos do conhecimento e poderiam, a partir dessa compreensão, captar inteligivelmente toda a realidade do mundo.

Como Platão, também Aristóteles parece acreditar que a filosofia é a mais alta das ciências, pois somente ela é capaz de ter uma sabedoria das causas e dos princípios da realidade.

À diferença de Platão, entretanto, para quem o conhecimento é inato, sendo a dialética um método de rememoração (*anamnese*) das ideias originalmente

contempladas pela alma, Aristóteles mostra que toda ciência começa pela experiência (*empeiria*) sensível. Nos homens, a memória gera a experiência e esta gera a arte (*techne*) e a ciência (*episteme*). A arte surge quando, da “experiência articulada”, isto é, da ligação entre fatos repetidas vezes experimentados e gravados na memória, produz-se em nós um juízo universal. A arte é distinta da ciência – isto é, a filosofia –, pois esta última não é um mero acúmulo de experiências, um saber de determinadas coisas através do hábito, visando à obtenção de resultados práticos, mas é um saber das causas e dos princípios das coisas. A ciência é, além disso, um saber teórico e livre, um saber pelo saber, que tem em si mesmo o seu próprio fim.

Encontramos uma posição contemporânea bastante interessante acerca do valor da filosofia no filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein. Em seu *Tractatus logico-philosophicus*, que se dedica a questões centrais da filosofia que dizem respeito às relações entre mundo, pensamento e linguagem, ele apresenta uma “solução” (o termo é usado pelo próprio Wittgenstein) para esses problemas fundamentada na lógica e na natureza da representação. O mundo – totalidade dos fatos e não das coisas –, segundo Wittgenstein, é representado pelo pensamento (figuração lógica dos fatos); este é um espelho da estrutura lógica do mundo, e a linguagem é uma espécie de mapa da realidade. Essa isomorfia da linguagem com a realidade deixa à filosofia o papel limitado de apenas investigar o esqueleto lógico da linguagem. A filosofia não pode ir além dos limites da linguagem, e, por essa razão, não é, segundo Wittgenstein, uma ciência, mas uma atividade cujo objetivo é o esclarecimento de proposições tendo por ferramenta a análise lógica.¹¹

Resposta também relevante para a questão é a do francês Gilles Deleuze, em *O que é filosofia?*. No trecho abaixo ele defende a tese de que a filosofia ordena o pensamento:

Pedimos somente um pouco de ordem para nos proteger do caos. Nada é mais doloroso, mais angustiante do que um pensamento que escapa a si mesmo, ideias que fogem, que desaparecem apenas esboçadas, já corroídas pelo esquecimento ou precipitadas em outras, que também não dominamos. São variabilidades infinitas cuja desapareição e aparição coincidem. São velocidades infinitas, que se confundem com a imobilidade do nada incolor e silencioso que percorrem, sem natureza nem pensamento. É o instante que não sabemos se é longo demais ou curto demais para o tempo. Recebemos chicotadas que latem como artérias. Perdemos sem cessar nossas ideias. É por isso que queremos tanto agarrarmo-nos a opiniões prontas ..., como a uma espécie de “guarda-sol” que nos protege do caos.

...

Mas a arte, a ciência, a filosofia exigem mais: traçam plano sobre o caos. Essas três disciplinas não são como as religiões, que invocam dinastias de deuses, ou a epifania de um deus único, para pintar sobre o guarda-sol um firmamento A filosofia, a ciência e a arte querem que rasguemos o firmamento e que mergulhemos no caos.

Finalmente citamos uma das posições mais originais com relação à utilidade da filosofia: a do filósofo alemão Martin Heidegger, em sua *Introdução à metafísica*:

É inteiramente correto e absolutamente justo dizer que não se pode fazer coisa alguma com filosofia. O único erro é acreditar que com essa frase o julgamento da filosofia tenha chegado ao fim. Pois um pequeno epílogo emerge, sob a forma de uma outra questão: se não se pode fazer coisa alguma com filosofia, será que a filosofia não pode fazer algo naqueles que com ela se envolvem?

Segundo Heidegger é da essência da filosofia não tornar as coisas mais fáceis, mas, ao contrário, torná-las mais difíceis. O objetivo dela não é criar visões de mundo ou sistemas coerentes dentro dos quais poderíamos ordenar todas as coisas, mas interrogar os entes, deixando-os falar por si mesmos. Essa interrogação, que ao invés de formular soluções se dispõe a ouvir o “outro”, altera toda e qualquer relação do homem com o mundo. É nesse sentido que se pode dizer que a filosofia transforma aqueles que com ela se envolvem.

3. OS ESTILOS LITERÁRIOS DA FILOSOFIA

Há tantas auroras que não brilharam ainda!

Rig-Veda, citado por Nietzsche em *Aurora*

É UMA QUESTÃO GENUINAMENTE FILOSÓFICA perguntarmo-nos se é possível escrever filosofia através de qualquer estilo literário ou se algum deles se presta mais do que outros a esse fim. Trata-se aqui, sem dúvida, da antiga discussão acerca das implicações entre forma e conteúdo: a forma é determinante na expressão do conteúdo, ou este se expressa independentemente dela?

É fato que encontramos diferentes estilos de texto filosófico e que o uso de cada um deles parece desempenhar um papel fundamental na expressão do pensamento de cada filósofo. Apresentamos aqui somente os mais conhecidos:

1. o diálogo
2. o tratado
3. o ensaio
4. o poema
5. o aforismo
6. a confissão
7. a carta

Antes de passarmos à exposição desses estilos, é preciso, entretanto, observar que nem sempre a filosofia se fez por meio da escrita, mas, com frequência, através de debates e discussões, por exemplo e principalmente na época áurea da democracia em Atenas, com Sócrates e com os sofistas, embora a estes últimos tenha sido negada a denominação de filósofos. Sócrates, como já dissemos, jamais escreveu uma linha; tudo o que dele sabemos nos foi transmitido por terceiros, sendo Platão, seu mais célebre discípulo, o escritor Xenofonte e o comediógrafo Aristófanes as principais fontes de informação a seu respeito. Seu modo de filosofar era dialógico, isto é, dava-se como uma “conversa”, através de perguntas e respostas dirigidas aos mais diversos interlocutores: jovens atenienses, cidadãos, políticos, poetas etc. Por meio dessa conversa, Sócrates questionava as opiniões alheias a fim de desmascarar a ignorância daqueles que

se supunham sábios, mostrando as contradições e a insuficiência de suas teses.

Por sua vez, os sofistas, que na época de Sócrates eram conhecidos e malvistas como educadores profissionais porque trocavam seu saber por dinheiro, eram mestres, estrangeiros (*barbaroi*) e itinerantes, que ensinavam sobretudo as artes da retórica e da oratória. Eles não pertenciam a nenhuma escola, mas tentavam responder às questões levantadas pelas mais variadas correntes de pensamento da época. Nem todos eram subjetivistas e individualistas, como quase sempre se supõe, havia os que repeliam essas posições. Eles eram homens de grande cultura e argúcia, que discursavam às vezes para pequenos círculos – geralmente em casa de pessoas ricas, conforme o testemunho do diálogo *Górgias*, de Platão –, às vezes em espaços públicos, onde também cobravam uma taxa para serem ouvidos, e que ensinavam sofisticadas técnicas argumentativas, em especial àqueles que pretendiam seguir a carreira política. Embora a eles tenha sido negada a denominação de filósofos, tanto por Platão quanto por Xenofonte, e posteriormente por Aristóteles, foram esses homens que, juntamente com Sócrates, incrementaram as discussões políticas e morais, iniciando, em Atenas, uma verdadeira revolução intelectual. As teses sofísticas, e seu grande conhecimento das técnicas retóricas, contribuíram muitíssimo para o avanço do estudo da linguagem. Pode-se dizer que sobretudo Aristóteles deve a eles muito da argumentação desenvolvida em sua *Retórica*.

À diferença de Sócrates, os sofistas redigiram textos, dos quais infelizmente só restaram fragmentos, todavia suficientes para mostrar que eles faziam uso dos mais variados estilos discursivos para expressar seu pensamento. No *Górgias*, por exemplo, encontramos o elogio (*encomion*), que era um discurso em louvor de alguém ou de alguma coisa; a oração fúnebre, que celebra o herói ou o cidadão ilustre em seu funeral; a apologia, um discurso em defesa de alguém ou de alguma coisa; e um tratado, onde se desenvolve uma argumentação especulativa sem os ornamentos frequentes da retórica. Um texto anônimo, intitulado *Dissoi logoi* (Discursos duplos, antagônicos), que aparece no fim dos manuscritos de Sexto Empírico, filósofo grego que viveu entre os séculos II e III, talvez exemplifique a técnica discursiva de Protágoras. Os *dissoi logoi* eram exercícios argumentativos, adotados provavelmente como material pedagógico pelos sofistas quando desejavam ensinar técnicas de argumentação; através deles os alunos aprenderiam a desenvolver argumentos antagônicos acerca de um mesmo assunto.

No *Banquete*, cujo tema central é o amor, Platão, através de pastiches, apresenta cinco discursos “não filosóficos”, sob a forma de *encomion*, e critica o modo como esse estilo é usado pelos oradores presentes: eles se contentam em

elogiar os efeitos de Eros, isto é, suas disposições e maneira de ser, em vez de relacionar esses efeitos às causas que os produzem. O uso excessivo de ornamentos e de figuras da linguagem apenas retóricas também é criticado, pois mostra que esses discursos não filosóficos se preocupam principalmente com a aparência e não com a verdade. Tais discursos, além disso, são apresentados em um clima erístico, isto é, eles disputam o lugar de melhor discurso, mas o critério da competição é a beleza, o que os opõe diametralmente ao discurso socrático, que, segundo o próprio Sócrates, não visa a competir, mas a dizer a verdade.

1. O diálogo

Foi o modo socrático de filosofar que inspirou Platão a escrever sob a forma de diálogo, de onde ele derivou o nome de seu método, a dialética, que em grego quer dizer justamente “conversação”. A maioria dos diálogos platônicos tem Sócrates como personagem central.

Platão viu na forma dialógica o único meio de expressão da filosofia, como uma imitação da forma oral, pois abominava a escrita, a qual ele critica em diversos lugares de sua obra. Duas passagens, entretanto, são as mais populares. “A escrita”, diz ele no *Fedro*, “produz esquecimento nas almas dos que aprendem.” Ela conduz à negligência da memória, já que os que nela acreditam usam-na para lembrar a partir do que é externo, e não a partir de si mesmos. A sabedoria que se adquire através da escrita é meramente aparente, “pois recebendo uma grande quantidade de informação, sem instrução adequada, os que estão aprendendo acreditarão ser muito sábios, quando, na verdade, são em grande parte ignorantes e, além disso, difíceis de se lidar, tendo se tornado sábios em aparência, ao invés de sábios de verdade”.¹² E mais adiante, na mesma passagem, comparando o discurso escrito e o oral, Platão argumenta que o discurso escrito é um discurso morto, que não exprime nenhuma reflexão, pois não pode nem perguntar nem responder; se a ele se pergunta alguma coisa, a resposta é sempre a mesma: o silêncio. Comparado à palavra viva e animada de um homem que possua sabedoria, a escrita é apenas uma sombra.

Na *Carta VII*, Platão declara que jamais escreveria sobre o que de mais fundamental há no seu pensamento, o que levou diversos estudiosos a supor que ele possuísse uma doutrina metafísica oral, uma doutrina dos primeiros princípios da realidade, conforme é mencionado por Aristóteles nos livros M e N da *Metafísica*, que Platão revelava apenas a alguns poucos escolhidos. Abaixo um trecho da passagem que deu margem a esse tipo de interpretação:

Uma coisa, entretanto, eu posso afirmar: no que diz respeito a todos aqueles que escreveram ou escreverão e que dizem conhecer as coisas às quais eu me dedico, quer tenham ouvido de mim ou de terceiros sobre elas, quer as tenham descoberto por si mesmos, todos esses, na minha opinião, nada podem entender sobre o assunto. Sobre isso, não existe, e não existirá nunca, um livro escrito por mim, pois trata-se aí de um saber que não pode absolutamente ser formulado como os outros saberes.¹³

Toda a obra de Platão é escrita sob a forma de diálogos, possivelmente porque o drama é, dentre todos os estilos, o que mais se aproxima da palavra viva, como observa a filósofa francesa Monique Dixsaut, em *Le naturel philosophe*:

O diálogo integra à palavra todos os efeitos possíveis da palavra: a compreensão e a incompreensão, a admiração, a cólera, o riso, o acordo, a objeção, a recusa a entrar no jogo, a paralisia, enfim todos os efeitos possíveis já estão nele produzidos, todos os modos de resistência inventariados, e todos os desvios previstos. Nele, a palavra está, portanto, liberada de seus efeitos. Não é mais preciso temê-los, ou desejá-los, porque eles estão lá integrados a ela, inseparáveis dela. E ela dialoga também com eles, não mais para produzi-los, mas para reduzi-los. Que essa redução seja ou não efetuada, do seu sucesso ou do seu fracasso tampouco escapam os que não estão dentro do diálogo: aqueles que releem, se quiserem e puderem, poderão usá-la, como fazem com tantas outras indicações.

Como observou Ferrater Mora, em seu *Dicionário de filosofia*, no verbete “Diálogo”, o diálogo filosófico não é como um diálogo qualquer: “ele responde a um modo de pensar que é essencialmente não dogmático, isto é, que procede dialeticamente. Por essa razão, há uma estreita relação entre a estrutura dialógica e a estrutura dialética do pensar.” Seguindo o modelo platônico, outros escolheram o diálogo como expressão filosófica e também científico-filosófica. Dentre eles, destacam-se: Santo Agostinho, Cícero, Galileu, George Berkeley e David Hume. Com frequência, o diálogo pretende exatamente apresentar as questões de que trata como um embate entre diferentes concepções, como uma polêmica entre visões em conflito, por exemplo nos *Diálogos sobre os dois grandes sistemas do mundo, o ptolomaico e o copernicano*, de Galileu Galilei, que opõe a física aristotélica e a nova ciência protagonizada por Copérnico.

Como estilo de se fazer filosofia, o diálogo tem um caráter dinâmico e mesmo dramático em sua formulação, contrapondo duas ou mais posições. Contudo, na maioria das vezes, consiste apenas em uma forma de o autor defender sua posição e refutar a do seu adversário, sempre apresentada através da interpretação do autor, e não num diálogo genuíno, reproduzindo uma discussão que teria efetivamente ocorrido. É assim em diversos diálogos de Platão com relação à posição dos sofistas, seus adversários históricos – notoriamente no *Górgias*, cujo personagem-título, um sofista, é apresentado sob uma luz bastante negativa, como um indivíduo sem escrúpulos, manipulador das opiniões de seus interlocutores.

2. O tratado

Aristóteles, o mais importante discípulo de Platão, durante muito tempo escreveu igualmente diálogos – os quais, entretanto, se perderam na Antiguidade. Seus textos que sobreviveram, e que eram provavelmente notas de aulas, influenciaram o estilo do tratado. Dá-se esse nome ao gênero literário que se caracteriza por uma exposição formal e sistemática acerca dos princípios de um determinado assunto – filosofia, ciência, arte, arquitetura... Em um tratado, a exposição das ideias, conceitos etc. é explicativa, às vezes didática, sendo uma de suas principais características o uso da linguagem lógico-discursiva, isto é, que faz encadeamentos causais e necessários, que articula e relaciona entre si os argumentos, de modo a demonstrar a correção ou incorreção de certas teses ou noções. A linguagem lógico-discursiva supostamente torna o discurso mais claro e objetivo. É talvez devido a ela que o tratado é o gênero preferido dos filósofos e dos cientistas. Ele toma como ponto de partida determinados conceitos básicos e formula teses, procurando depois desenvolvê-las argumentativamente, constituindo assim um saber sistemático. Um dos melhores exemplos são os tratados biológicos de Aristóteles, como a *História dos animais* e as *Partes dos animais*, que tiveram uma grande influência na Antiguidade, sistematizando praticamente todo o saber da época sobre esses temas. Foram contudo seus textos na área das ciências naturais, como *Física*, os que mais se tornaram influentes enquanto estilo. E são inúmeros os filósofos que o adotaram: David Hume, por exemplo, intitulou uma de suas obras mais célebres *Tratado sobre a natureza humana*; John Locke escreveu *Dois tratados do governo civil*; René Descartes, um *Tratado do mundo* e um livro sobre música nesse estilo, *Compêndio musical*.

3. O ensaio

No Renascimento, encontramos uma nova forma de estilo filosófico, o ensaio. O primeiro a assim denominar seus escritos foi Michel de Montaigne, cujos *Ensaio*s foram publicados em 1580. Literalmente um exercício de pensamento, consiste em um texto geralmente curto, com um tratamento bastante livre, em estilo pessoal, em que o autor desenvolve suas reflexões a respeito de um tema. Estas são de caráter crítico, mas sem uma preocupação mais sistemática ou argumentativa, tendo como objetivo motivar o leitor a pensar sobre o assunto e

desenvolver suas próprias ideias.

No prefácio “Ao leitor”, diz Montaigne: “Desejo que me vejam em minha maneira simples, natural e comum, sem esforço, nem artifício, pois é a mim mesmo que eu pinto... Portanto, leitor, sou eu mesmo a matéria de meu livro.” E ele insiste no caráter fluido de suas reflexões, que podem ser constantemente retomadas: “Não consigo fixar meu objeto. Ele vai confuso e cambaleante, com uma embriaguez natural. Tomo-o nesse ponto, como ele é no instante em que dele me ocupo.”

O ensaio tornou-se um importante gênero literário, permitindo que o autor trate de um modo pessoal os temas mais variados, inclusive fazendo suas considerações de forma muitas vezes inconclusiva. Acabou sendo menos comum na filosofia e mais frequente, por exemplo, nos estudos literários, mas ainda assim encontramos vários filósofos utilizando um estilo semelhante ao de Montaigne, como Francis Bacon, cujos *Ensaio*s são de 1597, e David Hume, já no século XVIII.

4. O poema

Alguns dentre os primeiros filósofos – que, como já dissemos, eram na verdade mais físicos do que filósofos – escreviam sob a forma poética. Como a maior parte de seus textos não chegou até nós na íntegra, mas apenas por meio de citações em obras de outros pensadores, deles nada podemos saber com certeza, uma vez que o sentido de seus escritos é sempre uma reconstrução com base nesses fragmentos. Dentre aqueles que expressaram seu pensamento através da poesia estão Parmênides, que escreveu um poema em hexâmetros (versos de seis pés), Xenófanes, de quem restaram alguns poucos fragmentos em versos elegíacos e outros também em hexâmetros, e Empédocles, cujos fragmentos são mais extensos que os de qualquer outro pré-socrático e de quem restaram três poemas e um total de sete mil versos, todos em hexâmetros. Foi, contudo, o *Poema*, de Parmênides, que mais influenciou os pensadores antigos (embora tanto antigos quanto modernos estejam de acordo em seu reduzido apreço aos dotes de Parmênides como escritor).¹⁴ O próprio Empédocles, aliás, tenta se igualar a Parmênides, pois nos fragmentos que envolvem questões metafísicas e cosmológicas em seu *Sobre a natureza* ele não só acompanha detalhadamente o pensamento de Parmênides, ora concordando, ora não, como chega ao ponto de adotar os mesmos procedimentos verbais. E o próprio Platão foi influenciado por Parmênides, embora Aristóteles não o mencione na famosa passagem da

Metafísica (A, 6, 987 a29-b14) em que faz um histórico da trajetória filosófica de Platão. Ainda na Antiguidade, destacamos um outro filósofo que elegeu a poesia como forma de expressão de seu pensamento. Trata-se do romano Tito Lucrécio, que escreveu um poema intitulado *De rerum natura* (*Sobre a natureza das coisas*), onde defende as teses do atomista Demócrito.

Ainda que hoje não mais encontremos o poema como uma forma comumente adotada para se fazer filosofia, essa foi a opção de Friedrich Nietzsche em *Assim falou Zaratustra*, seu livro mais importante e também o mais polêmico. Cabe comentar essa escolha. O objetivo de Nietzsche ao compor uma narrativa poética (pois *Zaratustra* não está escrito em versos) não é, conforme esclarece Roberto Machado, renovar os conceitos filosóficos, e sim, “do ponto de vista da expressão, libertar a palavra da universalidade do conceito construindo um pensamento filosófico através da palavra poética”.¹⁵ Segundo Machado, *Zaratustra* não é portanto um poema a serviço de conceitos filosóficos já existentes, mas é ele mesmo, enquanto poema, a condição de criação ou de expressão de um novo pensamento. Através da palavra poética, o filósofo teria podido expressar com radicalidade sua crítica à Razão, escapando da própria Razão à qual está subordinada toda linguagem conceitual.

Que Nietzsche tenha alcançado esse objetivo, eis aí uma dúvida aparentemente expressa por Martin Heidegger, quando diz que “*Zaratustra* é um pensamento em busca de uma palavra”, querendo com isso dizer que Nietzsche não conseguiu expressar plenamente o que pretendia: o pensamento do eterno retorno do mesmo, principal pensamento do qual *Zaratustra* é o porta-voz. E em seu ensaio “Quem é o *Zaratustra* de Nietzsche?” (em *Ensaaios e conferências*), querendo mostrar o quanto o subtítulo de *Zaratustra* se tornou realidade, porém no sentido inverso, afirma que a palavra “ninguém” refere-se hoje a todos os curiosos que se embriagam com trechos isolados ou frases destacadas do livro “e que se extasiam com a linguagem meio cantante, meio gritante, ora prudente ora enlevada ..., ao invés de se engajar no caminho do pensamento que aqui procura o seu verbo”. Mas a questão de Heidegger com Nietzsche não tem absolutamente nada a ver com a antiga controvérsia entre a filosofia e a poesia, uma controvérsia que remonta a Heráclito, já no século VI a.C., e a Platão, no século IV a.C. Heidegger estava tão convencido de que havia uma conexão natural entre o pensador e o poeta que extraiu muitas vezes dos “dizeres essenciais” de poetas (por exemplo, Sófocles, Friedrich Hölderlin, Rainer Maria Rilke, Georg Trakl, dentre outros) o fio condutor de seu pensamento. O problema de Heidegger com Nietzsche dizia respeito a um projeto comum desses dois filósofos: a superação da filosofia enquanto metafísica. Para

Heidegger, os conceitos centrais da filosofia nietzschiana são ainda metafísicos, o que significa dizer que ele supunha que Nietzsche estivesse aprisionado àquilo que queria ultrapassar, embora ele se refira ao pensamento do eterno retorno do mesmo (ideia em torno da qual gravitam todas as principais noções da filosofia de Nietzsche) como tendo uma natureza superior e revolucionária, descrita por ele como “um abalo do Ser em sua totalidade”.

5. O aforismo

Um outro meio importante de expressão filosófica é o aforismo. Diferentemente dos demais estilos filosóficos, ele tem como característica a forma breve, concisa e compacta (podendo às vezes ser uma única máxima ou sentença), mas densa e concentrada, por meio da qual o pensamento expresso aparenta uma “autonomia” em relação a qualquer afirmação fora de si mesmo.

Essa “autonomia” é possível pela própria forma de apresentação do aforismo. Sendo uma unidade que guarda o início, o meio e o fim de seu sentido, o aforismo revela sua pretensão de validade e de verdade por si mesmo, mostrando seu fechamento, sua completude. Esse “isolamento” é o que lhe dá um caráter de incomensurabilidade, pois o aforismo tem um valor singular, o que faz com que a interpretação de seu sentido seja potencialmente inesgotável.

Frequentemente em tom incisivo e mesmo provocativo, ele procura, através da força expressiva das palavras, surpreender o leitor e levá-lo a pensar sobre o que é nele proposto, mas o autor do aforismo não elabora nem argumenta em favor de suas ideias, antes busca causar um impacto em seu interlocutor.

Nietzsche foi um dos principais pensadores a utilizar esse estilo, em várias de suas obras. Em *Crepúsculo dos ídolos*, diz ele: “O aforismo, a sentença na qual tenho sido o mestre entre os alemães, consiste em aspirar às formas da eternidade. Orgulho-me do fato de dizer em dez frases o que qualquer outro não diz em um livro.”

Ainda que seja mais frequentemente utilizado no tratamento de questões morais (em Nietzsche ou Schopenhauer, por exemplo), não se deve considerar o conteúdo moral como característico do aforismo, pois outros filósofos, como Wittgenstein no *Tractatus logico-philosophicus*, também recorreram ao seu poder de expressão para tratar de outras questões.

Um exemplo do estilo aforístico pode ser encontrado contemporaneamente em *Minima moralia*, de Theodor Adorno. Pensador da Escola de Frankfurt,

Adorno reflete aí, em textos breves e críticos, sobre as mais diversas questões da vida cotidiana e da sociedade de nosso tempo, apontando para a fragmentação moral e a alienação dos indivíduos, sobretudo no contexto europeu do pós-guerra.

6. A confissão

O estilo confessional de caráter autobiográfico, em que o filósofo expressa na primeira pessoa do singular suas meditações, em grande parte com base em sua experiência pessoal, é também uma das principais formas de texto filosófico. O primeiro grande exemplo encontramos nas *Confissões*, de Santo Agostinho, obra que serviu de modelo a muitos outros filósofos – por exemplo Descartes, que usa esse estilo em suas *Meditações*, e Rousseau, autor de outras *Confissões*. Esse estilo pode ser contrastado com o do tratado, mais impessoal e abstrato, e não faz referência direta ao autor. O uso da primeira pessoa do singular na confissão tem como efeito fazer com que o texto funcione como um testemunho, um relato da própria experiência de pensamento dos filósofos que pretendem, desse modo, conduzir o leitor através das etapas pelas quais ele próprio passou e levá-lo assim a refletir, com base nesse exemplo, sobre sua própria experiência. É como se o pensamento se fosse fazendo ao longo do texto e o filósofo refletisse sobre o próprio processo de pensar e nos apresentasse suas reflexões.

Por exemplo, Descartes inicia a *Primeira meditação* com a seguinte afirmação:

Há já algum tempo eu me apercebi de que desde meus primeiros anos recebera muitas falsas opiniões como verdadeiras, e de que aquilo que depois eu fundei em princípios tão mal assegurados não podia ser senão muito duvidoso e incerto; de modo que me era necessário tentar seriamente, uma vez em minha vida, desfazer-me de todas as opiniões a que até então dera crédito, e começar tudo novamente desde os fundamentos, se quisesse estabelecer algo de firme e de constante nas ciências.

E no início da *Segunda meditação* afirma: “A meditação que fiz ontem encheu-me de tantas dúvidas que não está mais em meu alcance esquecê-las”, passando em seguida a retomar suas reflexões anteriores.

Rousseau enfatiza a originalidade de suas *Confissões* afirmando que “começo aqui um trabalho sem precedentes e que jamais terá imitadores”, apesar de sua clara inspiração nas *Confissões* de Santo Agostinho. Isso pode ser atribuído ao caráter de autoexame e ao estilo pessoal desses escritos de Rousseau, “um retrato de si mesmo”, segundo ele, que precisamente por isso deve ter um sentido moral.

7. A carta

As cartas ou epístolas são também uma importante forma de texto filosófico, sobretudo porque possuem um estilo mais informal, têm quase sempre também uma natureza biográfica, mas dirigem-se a um interlocutor, que pode inclusive ser imaginário. Platão escreveu cartas (das quais apenas duas, a V e a VII, são consideradas autênticas), assim como o filósofo e orador romano Cícero, tratando de questões morais e políticas de sua época. Sêneca, um influente filósofo estoico do período romano, legou-nos cartas, destacando-se suas *Cartas a Lucilius*, consideradas sua principal obra no campo da moral. Santo Agostinho, inspirado talvez em Platão e certamente em Sêneca, também escreveu cartas. Do mesmo modo, Descartes. Com frequência a correspondência de um filósofo é uma fonte relevante para a interpretação de suas ideias, na medida em que ele as expõe de modo mais informal e visa a esclarecer dúvidas de seus interlocutores e responder a seus críticos. É o caso de Descartes e sua vasta correspondência (publicada postumamente por Clerselier entre 1657 e 1667), contendo amplas discussões sobre os mais diversos temas, desde a matemática e a astronomia até questões éticas, por exemplo nas célebres cartas que trocou com a princesa Elisabete da Boêmia.

Essa variedade de estilos mostra que a filosofia não possui uma forma única de expressão e que a fronteira entre ela e a literatura é menos clara do que pode parecer. Grandes temas filosóficos são tratados na tragédia grega, no teatro de Shakespeare ou contemporaneamente nos existencialistas franceses, como Jean-Paul Sartre e Albert Camus, e em dramaturgos como o norte-americano Eugene O'Neill, que se inspirou inclusive na tragédia grega. Grandes escritores, como Herman Melville, com seu *Moby Dick*, e Machado de Assis, em *Dom Casmurro* e *Memórias póstumas de Brás Cubas*, tratam de temas profundamente filosóficos. Até mesmo os bons romances e contos policiais, como os de Edgar Allan Poe, Raymond Chandler e Conan Doyle, o criador de Sherlock Holmes, com a ideia de mistério, a necessidade de investigação, a busca da verdade e a tentativa de resolver um enigma, têm certamente um lado filosófico. E a poesia, estilo empregado por Parmênides, como vimos anteriormente, continua a ser uma forma de trabalhar temas filosóficos, embora menos por filósofos e mais por grandes poetas como, por exemplo, Fernando Pessoa. Heidegger, inclusive, desenvolve uma longa reflexão sobre a importância filosófica da obra de muitos poetas, destacando o alemão Hölderlin. No século XVII, na Inglaterra, houve

mesmo uma corrente de poetas, conhecidos como “poetas metafísicos”, que trataram de temas filosóficos, dos quais o mais importante foi John Donne, que em versos famosos diz: “Nenhum homem é uma ilha, isolado em si mesmo,/ Todo homem é parte do continente, um pedaço de um todo;/ Portanto, não perguntes por quem os signos dobram, eles dobram por ti.”

Ao mesmo tempo, a variedade de estilos mostra que o filósofo é consciente de que seu texto e sua forma de expressão são parte central das ideias que desenvolve. A escolha de como expressá-las é indissociável de sua concepção de filosofia e do modo de se fazer filosofia.

No prefácio às *Investigações filosóficas* – um texto composto por parágrafos isolados, alguns escritos em torno de um tema, outros não, seguindo-se quase como aforismos, embora em alguns casos mais longos –, diz Wittgenstein:

Redigi todos esses pensamentos como anotações, em breves parágrafos. Às vezes como longos encadeamentos sobre o mesmo tema, às vezes alternando de um domínio para o outro. Era minha intenção desde o início resumir tudo isso num livro cuja forma foi objeto de representações diferentes em diferentes épocas. Mas parecia-me essencial que os pensamentos devessem aí progredir de um tema a outro numa sequência natural e sem lacunas. Após várias tentativas fracassadas para condensar meus resultados num todo assim concebido, compreendi que nunca conseguiria isso, e que as melhores coisas que poderia escrever permaneceriam sempre anotações filosóficas; que meus pensamentos se paralisavam quando tentava, contra a tendência natural, forçá-los em uma direção. E isso coincidia na verdade com a natureza da própria investigação.

4. FIGURAS DO FILÓSOFO

HÁ QUEM SUPONHA que o sentido de “filósofo” seja perene, que se mantém até hoje idêntico, desde a sua emergência na Antiguidade grega. A história da filosofia, entretanto, mostra que, como a filosofia, também o filósofo é um fenômeno histórico, cujo sentido se transforma de acordo com as necessidades de determinados contextos igualmente históricos. Assim, em vez de pensar o filósofo, devemos pensar as variadas figuras do filósofo através da história, mesmo se encontramos nessas figuras uma série de características comuns.

Entenda-se figura não como referência a um filósofo em particular, mas a sentidos de “filósofo” que se tornaram paradigmáticos na história. Apresentamos aqui alguns desses paradigmas, dividindo-os e nomeando-os segundo o que neles se tornou o mais típico:

1. o crítico
2. o metafísico
3. o mago
4. o cientista
5. o político
6. o comentador

Mas, antes de nos dedicarmos a cada um desses paradigmas, vamos discorrer brevemente acerca da origem da palavra “filósofo”.

A origem da palavra

Para entender as transformações ocorridas no sentido do termo “filósofo”, comecemos então por sua origem. A palavra grega *philosophos* pertence a uma grande família de adjetivos, utilizados também como substantivos, formados pelo prefixo “*philo*”, que indica um interesse forte e inabitual naquilo que ele precede, no caso de “*philosophos*”, “*sophos*”, que quer dizer sábio. Em sua etimologia, portanto, filósofo pode ser entendido como designando alguém que tem um interesse particular incomum na sabedoria e em tudo o que a ela diz respeito.¹⁶

O uso do adjetivo *philosophos*, assim como o do verbo *philosophhein*, é anterior ao uso do substantivo *philosophia*, mas nem a palavra “filósofo”, nem o verbo “filosofar”, em sua origem, designavam um tipo específico de pessoa ou grupo de pessoas, ou de atividade, como parece exemplificar um fragmento apócrifo de Heráclito de Éfeso: “Segundo Heráclito, homens que amam a sabedoria (*philosophoi andres*) devem ser de fato bons investigadores (*histories*) em muitos assuntos.” Nesse fragmento, “homens que amam a sabedoria” são todos aqueles que procuram se informar acerca do maior número de coisas possíveis. Também Heródoto não parece estar pensando em filosofia no sentido que nos é familiar quando, em suas *Histórias*, faz com que Creso, rei da Lídia, diga a Sólon que sua viagem a país tão longínquo se devia a seu “amor à sabedoria” (*philosopheon*). É esse mesmo sentido, que considera sabedoria o conhecimento, por exemplo, dos costumes e das leis de outros povos, que encontramos em Tucídides, quando Péricles, em sua *Oração fúnebre* (II, 40), declara que os atenienses se distinguem dos demais gregos por seu desejo de sabedoria (*philosophoumen*).

O primeiro a se autodenominar filósofo foi Pitágoras de Samos: “Eu sou um filósofo (*philosophos*)”, respondeu ele ao ser interrogado pelo tirano Léon sobre sua profissão – introduzindo, pela primeira vez, o vocábulo *philosophos* como se referindo à atividade daqueles que desejam tornar-se verdadeiramente sábios. Mas é somente a partir de Platão que a palavra “filósofo” e suas formas cognatas (o substantivo “filosofia” e o verbo “filosofar”) serão problematizadas e ganharão o sentido que se tornou familiar para nós. “Quem é o filósofo?”, “Em que consiste essa atividade, o filosofar?”, “Que tipo de saber é a filosofia?” – são questões recorrentes na obra de Platão. Nela, o termo “filósofo” não mais designa simplesmente “aquele que ama a sabedoria” ou, no dizer de Michaël Frede, “tem um interesse inabitual” na sabedoria, mas aquele que ama um determinado sentido de sabedoria e que tem um modo específico de agir, de dizer e de pensar. O sentido pitagórico é apenas parcialmente assumido por Platão, porque o sentido de sabedoria também é modificado por ele, e, em consequência, o “filósofo” ganha novos contornos em sua filosofia. “Ninguém, exceto um deus, pode ser sábio (*sophos*)”, dirá ele no *Banquete*, excluindo ironicamente da palavra “filósofo” o sentido pitagórico de sábio. Conforme observa Monique Dixsaut, em *Le naturel philosophe*, o prefixo *philos* é acrescentado para aniquilar o caráter absoluto do *sophos* arcaico, que visava a atingir uma sabedoria completa. Opondo-se a essa sabedoria que se pretendia divina, e que por sua totalidade e perfeição era impossível e inatingível, a filosofia, em sua origem, irá se constituir como um saber possível e estritamente humano.

1. O crítico

Embora remonte a Platão a necessidade de definição do termo “filósofo” e de seus cognatos “filosofia” e “filosofar”, foi Sócrates que, pela primeira vez na história, fez da filosofia uma atividade com objetivos específicos e criou, além disso, um método para realizá-los. Foi ainda Sócrates que fez dessa atividade uma vocação, centrando toda a sua vida em torno dela, dedicando-se diariamente a ela e tendo sido, por ela e em razão dela, condenado à morte. No que consistiu essa atividade é o que veremos com base na obra de Platão, já que Sócrates ele mesmo nunca escreveu nada.

É nos primeiros diálogos de Platão, também chamados de “socráticos” ou “aporéticos” – porque terminam sempre em “aporia”, isto é, em um impasse –, que encontramos o retrato mais detalhado de Sócrates como filósofo. Outros autores antigos o descrevem: por exemplo o escritor Xenofonte, que dedicou a ele diversos livros, dentre os quais *Apologia*, *Banquete* e *Memoráveis*; e o comediógrafo Aristófanes, que o ridiculariza (especialmente em *As nuvens*) com o objetivo de provocar o riso em sua plateia – e que, portanto, não pode ser levado inteiramente a sério, embora seus contemporâneos tenham usado suas comédias para agravar as acusações contra Sócrates. Mas nenhum deles parece ter compreendido como Platão o exercício dessa atividade.

Nos diálogos platônicos, a filosofia socrática traduz-se em termos gramaticais pela pergunta “*ti esti X?*”, isto é, “o que é X?”, que Sócrates dirige não a qualquer X, mas a valores especificamente humanos, tais como a justiça, o amor, a beleza etc. A pergunta, além de inédita no âmbito da moral, traz em si uma radicalidade embaraçosa: ela quer saber o que é essencialmente cada um desses valores, e não o modo como se manifestam – embora Sócrates, à diferença de Platão, procure pela essência das coisas nas próprias coisas e não fora delas, como observa Aristóteles em sua breve história da filosofia no livro *A da Metafísica*. Ao perguntar “o que é?”, Sócrates não está perguntando se X é, no sentido de existe, ou se X é ou não o caso; tampouco está perguntando se X está aqui ou ali, ou por que X é. A pergunta “*ti esti?*” dirige-se à quididade, ao “quê” da coisa. Está implícito nela que a coisa para a qual dirigimos a pergunta possui um “quê”, em grego “*ti*”, e que esse “*ti*” responde pelo que a coisa é.

É com o intuito de responder a essa pergunta, portanto, que Sócrates percorre diariamente as ruas da Atenas do século V a.C., interrogando insistentemente os cidadãos, chamando sua atenção para a necessidade dessa interrogação, que acaba sempre por abalar as opiniões do senso comum e que, obviamente, provoca profundo incômodo naqueles que são interrogados, como ele mesmo

deixa claro, em diversos lugares da *Apologia* de Platão. Nesse diálogo, diante do povo ateniense e de um tribunal que o acusa, dentre outras coisas, de corromper a juventude, imiscuir-se em assuntos que não lhe dizem respeito, investigar tudo o que há sob a terra e o céu, tornar mais forte a razão mais débil e ensinar isso aos outros, Sócrates se defende, dizendo que todas essas coisas são calúnias e que ele se pôs a examinar as pessoas porque decidiu investigar as palavras que a pitonisa do oráculo de Delfos proferiu a seu respeito, quando afirmou que ele era o homem mais sábio do mundo, por ser o único a reconhecer que nada sabe.

Examinando todos os que considerava “sábios” – políticos, oradores, poetas, artífices etc. –, Sócrates por fim descobriu que estava enganado, pois aqueles que sabem alguma coisa específica (por exemplo, o poeta sobre poesia) tornam-se presunçosos e acreditam saber todas as coisas, quando na verdade pouco ou nada sabem. E foi o fato de revelar a esses homens sua ignorância que provocou contra ele seu ódio e as calúnias que deram origem às acusações.

Foi esse tipo de investigação, atenienses, que despertou contra mim as mais amargas e pesadas hostilidades. E dessas hostilidades é que vieram tantas calúnias e esta reputação de sábio que me criaram; pois aqueles que me ouvem sempre imaginam que sei as coisas que me fazem desmascarar a ignorância dos outros.¹⁷

Sócrates tem tanta consciência de causar incômodo às pessoas que em determinado momento compara a si mesmo a um inseto: “Eu sou o inseto que todos os dias não para nunca de vos despertar, de vos aconselhar, de repreender cada um de vós, e que encontrareis por toda parte pousado perto de vós. Um homem como eu, atenienses, não encontrareis facilmente.”¹⁸

O método socrático era o diálogo, método de perguntas e respostas (de onde Platão inclusive derivou o nome de seu próprio método, a dialética). A esse método, que Sócrates chamava de “maiêutica” – literalmente “a arte de fazer o parto”, provavelmente em homenagem à sua mãe, que era parteira –, foi dado mais tarde o nome de *elenchos*, palavra que em geral se traduz por “exame minucioso” ou “refutação”. Como observa Richard Robinson, a palavra *elenchos* tem o sentido mais amplo de examinar uma pessoa em razão de alguma proposição feita por ela, através de interrogações que a levam à formulação de outras proposições, na esperança de que estas determinem o significado e o valor de verdade da primeira. No entanto, como nos diálogos socráticos há sempre a expectativa de que o valor de verdade da proposição examinada seja “falso” e as afirmações do interlocutor sejam reprovadas, o termo *elenchos* acabou ganhando a tradução mais estreita de “refutação”.¹⁹

Normalmente o mecanismo da refutação entra em ação da seguinte maneira:

Sócrates levanta uma questão de cunho geral, que provoca uma resposta, e essa resposta é tomada como proposição a ser examinada. Ele então faz uma série de outras perguntas, as quais parecem nada ter a ver com a pergunta e a resposta iniciais. Essas perguntas secundárias são formuladas de modo a fazer com que o interrogado se sinta irracional se não responder afirmativamente. Passado um certo número de perguntas e de respostas, o que parecia desconectado e irrelevante para a pergunta e resposta iniciais é então ligado a elas, e o resultado é em geral a demonstração de que a primeira resposta entra em contradição com as respostas dadas nas perguntas secundárias. O procedimento, como observa ainda Robinson, visa à obtenção não tanto de informações quanto de acordos (*homologiai*) entre as partes que dialogam. Os acordos produzem proposições com as quais aquele que responde se sente comprometido, sendo obrigado posteriormente a admitir que elas de fato acarretam a falsidade de sua resposta inicial.

Como Sócrates afirma constantemente nada saber, a impressão que se tem, quando se observa esse mecanismo em ação, é a de que ele, ao contrário, tem absoluto domínio do assunto que está sendo tratado. Afinal, de que outro modo se explicaria a sua capacidade de conduzir com tanta astúcia o procedimento elêntico? Os próprios diálogos retratam com frequência a presença dessa desconfiança em seus interlocutores, que constantemente acusam Sócrates de fingir um não saber, quer dizer, de fingir que não tinha uma resposta para as questões que ele próprio levantava.²⁰

Uma análise detalhada, revelando a estrutura lógica dos argumentos socráticos, tal como a que fez Robinson, demonstra que essa acusação é, pelo menos até certo ponto, verdadeira. Sócrates conduz o *elenchos* com o objetivo premeditado de refutar, ou melhor, de demonstrar a falsidade da primeira resposta dada por seu interlocutor. E isso ele faz desde as primeiras perguntas, as quais já são formuladas de modo a conduzir invariavelmente à refutação. Sócrates, portanto, trapaceia quando propõe que se examine a primeira resposta do interrogado, pois a proposta de exame, por si só, sugere que haja alguma possibilidade de que se venha a descobrir que o que está sendo examinado seja verdadeiro, e isso invariavelmente não acontece.

Mas o objetivo de Sócrates não é enganar e derrubar o outro, destruindo seus argumentos. Esse é apenas um passo que poderá levar o interrogado a se dar conta da inconsistência dos argumentos que sustentam suas opiniões e crenças, estimulando-o a se envolver também na investigação. A questão é: se você lida com um problema, por que envolver o outro nesse problema? Por que o “sábio”, aquele que não ignora a própria ignorância, não se limita a examinar a si mesmo,

mas necessita envolver o não sábio no seu exame? Aqui a melhor resposta é a de Jean-Claude Fraisse: Sócrates, o sábio que reconhece a própria ignorância, necessita da adesão de outras consciências àquilo a que já aderiu, pelo fato de estar buscando um princípio incontestável lá onde os critérios empíricos não podem oferecer decisão, mas que somente a avaliação comum do que é interior à consciência de cada um pode fundamentar.²¹ O que Sócrates quer portanto não é simplesmente embaraçar o outro, mas é tornar o embaraço comum.

Nem todos os interrogados, entretanto, se sentem envolvidos em suas questões, apesar do grande poder de persuasão da palavra socrática. Muitos se ofendem ou se irritam, e, embora Sócrates possua um *daimon*, que se manifesta como uma voz interior, sinalizando que ele deve se afastar desse ou daquele interlocutor, muitas vezes o silêncio do *daimon*, que Sócrates interpreta como um sinal positivo para levar adiante a conversa, não impede que a conversa seja um fracasso.

O reconhecimento da ignorância e o consequente estado de *aporia* que ele provoca são passos fundamentais do método socrático. Mas devemos ainda nos perguntar: o que ganha aquele que se vê nessa situação? Certamente não se trata de substituir as opiniões dos não sábios pelas opiniões corretas do sábio Sócrates, mesmo porque Sócrates não tem posições definitivas acerca de nenhum assunto; ao contrário, parece estar sempre pronto a refazer suas opiniões. Sócrates refuta as opiniões porque a refutação, como Platão irá escrever bem mais tarde, é uma forma de purificação das opiniões:

Quando o homem percebe isso [que suas opiniões são contraditórias entre si] fica irritado consigo mesmo e gentil com os outros. Desse modo ele se libera das opiniões autoritárias e inflexíveis sobre si mesmo e essa liberação de todas é ao mesmo tempo a mais agradável para quem ouve e a mais segura para quem sofre os seus efeitos. Pois, cara criança, assim como os médicos do corpo acreditam que o corpo não pode se beneficiar do alimento que recebe até que os obstáculos internos sejam removidos, assim também aqueles que realizam essa purificação acreditam que a mesma coisa aconteça com a alma. Ela não pode se beneficiar do conhecimento que lhe é oferecido até que um refutador faça o refutado sentir vergonha liberando-o das opiniões que impedem os conhecimentos e o mostre purificado e pensando que ele sabe apenas o que de fato sabe, e nada mais.²²

É muito comum ver nos diálogos platônicos o dogmatismo em que estão mergulhadas as opiniões dos que pensam saber quando na verdade nada sabem. De fato, a irritação e a perplexidade causadas pelo método socrático, e mesmo a indisposição de se submeter a ele, como acontece por exemplo no *Filebo*, com a personagem de mesmo nome, são apenas demonstrações do desprezo habitual que os homens comuns têm pelo exame de suas opiniões e, em consequência, das opiniões alheias. Pois que outra razão os faria sentir-se mal ou recusar-se a entrar no drama socrático senão a de que nunca se importaram em examinar se

as suas opiniões são ou não são as mais felizes (verdadeiras) com relação a este ou àquele assunto?

Purificar, liberar as opiniões, desfazer os preconceitos, através do exame e do confronto de discursos (*logoi*), é, portanto, o objetivo final da filosofia socrática. A questão “o que é X?”, pelo menos nos primeiros diálogos, é introduzida não para detonar uma investigação do tipo pré-socrático, isto é, uma investigação que pretende chegar a uma verdade última; ela é, para Sócrates, uma questão meramente diretriz, suposição básica de uma busca, cuja prática é engendrada pelo não saber. Ela promove um exercício de lucidez, e dramaticamente revela, aos que finalmente reconhecem a própria ignorância, os limites do conhecimento humano. É a consciência do não saber que caracteriza o filósofo socrático, figura inaugural do filósofo, que influenciou muitas e muitas gerações. Sócrates fornece assim um modelo do filósofo como pensador crítico que interroga e problematiza seus interlocutores, mas que igualmente interroga e questiona a si mesmo, num exercício permanente de reflexão. Segundo sua célebre afirmação na *Apologia*, “a vida não examinada não vale a pena ser vivida”.

2. O metafísico

Ao contrário da filosofia socrática, a de Platão tem outras ambições. E é a ela que devemos o surgimento de uma nova figura do filósofo, talvez a mais influente de toda a história da filosofia. Moldado no modelo socrático, o filósofo platônico também se empenhará na busca da verdade, mas suporá que ela pode ser de fato alcançada. Atingimos aí, sem dúvida, uma nova dimensão do pensamento e da realidade: a da existência de “coisas que estão para além das coisas físicas” – metafísicas –, coisas que são em si (*kath’ hauto*), isto é, que têm uma realidade independente da realidade sensível. Tais coisas não são perceptíveis pela nossa sensibilidade, não estão sujeitas à temporalidade e são, por essa razão, eternas e imutáveis. A essas coisas, Platão deu o nome de “ideias”.²³

É esse pelo menos o modo como Aristóteles distingue a filosofia de Platão da de Sócrates, em uma célebre passagem da *Metafísica* (A, 987 a29-b14):

Após as filosofias mencionadas veio a doutrina de Platão, a qual, sob muitos aspectos, seguiu a desses pensadores [pitagóricos], embora também possuísse peculiaridades não presentes na filosofia dos itálicos. Pois desde jovem, tendo-se inicialmente familiarizado com Crátilo e as opiniões heraclíticas – segundo as quais todas as coisas sensíveis estão sempre em fluxo, não podendo acerca delas haver conhecimento (*episteme*) –, a estas permaneceu fiel também posteriormente. Sócrates, entretanto,

ocupando-se de questões éticas, e de modo algum da natureza como um todo, procurava o universal neste âmbito, e foi o primeiro a fixar o pensamento em definições. Aceitando Sócrates, e devido a isto [sua formação anterior], Platão compreendeu haver definição de coisas outras que não as sensíveis, pois lhe parecia impossível que a definição comum fosse de alguma das coisas sensíveis, uma vez que estas estão sempre em mudança. A tais coisas [não sensíveis] ele deu o nome de ideias, e disse que todas as coisas sensíveis são separadas delas e denominadas a partir delas.

Essas entidades suprassensíveis são descritas por Platão em diversos lugares de sua obra, mas, em especial, nos diálogos da maturidade, nos quais a filosofia de Platão começa a se diferenciar da de Sócrates. Dentre estes, citamos como principais para a compreensão do sentido de “ideia” os diálogos *Fédon*, *Banquete*, *República* e *Fedro*.

No *Banquete*, diálogo sobre o amor, é a ideia de belo, e não o sujeito amado, o verdadeiro objeto do amor. Depois de percorrer todos os graus da dialética erótica proposta pela sacerdotisa Diotima, o jovem amado deverá se encontrar diante de uma maravilhosa beleza, “sempre sendo, sem nascer nem perecer, sem crescer nem decrescer, e não de um jeito belo e de outro feio, nem ora sim ora não, nem quanto a isso belo e quanto àquilo feio, nem aqui belo e ali feio, como se a uns fosse belo e a outros feio” (210e-211b). E essa beleza não é, além disso, uma beleza relativa à multiplicidade das aparências ou das opiniões; tampouco é representável como os contornos visíveis que pertencem a um corpo, por exemplo a um rosto ou uma mão, nem como um discurso ou conhecimento, nem como existente em um sujeito distinto, ou em qualquer outra coisa que viva, seja na terra ou no céu. Ao contrário, ela aparecerá como ela mesma, nela mesma e por ela mesma, na eternidade e unidade de sua forma; e todas as coisas belas, às quais convêm as determinações que desta beleza se excluem, o são porque dela participam, mas de tal forma que nenhuma de suas modificações a afetam. No *Fedro*, ainda a propósito do amor, a ideia de belo é mais uma vez descrita como o mais alto objeto do mundo inteligível, mundo a que a alma nos conduz, lugar supraceleste (*hyperouranion topon*), “realidade que realmente é sem cor (*achromatos*), sem figura (*aschematistos*), intangível (*anaphes*); a que não pode ser contemplada a não ser pelo piloto da alma, o intelecto (*nous*)” (247c).

Para atingir essas realidades extrassensíveis, Platão nos oferece um método sob muitos aspectos semelhante ao de Sócrates: a dialética. Na verdade, sob o nome “dialética” estão as variadas instâncias desse método: ele denomina “dialética” também o *elenchos* socrático, por exemplo, mas são consideradas mais caracteristicamente platônicas duas outras formas da dialética: o método hipotético, que aparece nos diálogos da maturidade, e o método das divisões (*diairesis*), comum nos últimos diálogos. A forma dialógica socrática é mantida. À diferença de Sócrates, entretanto, o diálogo parece ser para Platão um

exercício preliminar, enquanto a dialética não só se distingue dele como também é a realização da própria filosofia: a dialética quer “saber o que cada coisa é”, “procurar a essência (*ousia*) de cada coisa”, “daquilo que nunca nasce ou perece, mas que é sempre identicamente o mesmo” (*República* 533b e 534b e *Filebo* 61e).

Para Platão, ambas, a dialética e a filosofia, têm objetivos idênticos mesmo lá onde a dialética poderia adquirir um sentido eminentemente técnico (em razão não só dos nomes que qualifica, por exemplo método, faculdade etc., mas porque está sendo objeto do que poderíamos propriamente chamar de uma metodologia, como é o caso no *Mênon*, *Fédon* e *República*); a identidade com a filosofia permanece. Na passagem da Linha Dividida (*República*, 509d-511e), onde é tematizado o método hipotético, por exemplo, os termos *dialektikos* e *philosophos*, assim como *dialektike* e *philosophia*, são intercambiáveis. Tanto faz aí dizer que o domínio da inteligência (*noesis*) pertence ao dialético ou ao filósofo, assim como é indiferente dizer que o procedimento em curso é dialético ou noético.

3. O mago

Ao final da Antiguidade, do século III ao V d.C., diz André-Jean Festugière, a palavra “filósofo” ganha o sentido de “doutor em ciências ocultas”. Segundo o historiador belga Franz-Valéry-Marie Cumont, esse é um título que os alquimistas adoram usar. Um grande número de filósofos se lança na teurgia (Jâmblico, Proclo), na magia (Apuleio), na alquimia (Synesios, Olimpiodoro de Alexandria o Jovem), e outros não tão relevantes na astrologia, na numerologia. Inversamente, os magos (Nigudui Figulus, Apolônio de Tyane, Máximo de Éfeso), os alquimistas (Bolos de Mendès, Zósimo de Panópolis), os herméticos do *Corpus Hermeticum* se dizem filósofos ou pitagóricos. Hermes Trismegisto, autoridade mítica dos herméticos e dos alquimistas, será chamado de “o pai dos filósofos”, “muito antigo teólogo e excelente filósofo” ou “grande filósofo, padre e rei”, e Zósimo de Panópolis, o primeiro grande alquimista, é chamado (por volta do ano 300) de “a coroa dos filósofos”.

Essa tradição, que vê no filósofo alguém que busca uma sabedoria oculta além da experiência comum e mesmo da razão humana, por meio de uma inspiração ou de um método capaz de revelar algo que não se revela ao homem comum, é retomada no Renascimento e ainda no início do período moderno (século XVII), quando da volta do interesse pelos textos da Antiguidade

Clássica. A magia, segundo essa concepção, seria capaz de revelar segredos da natureza, sendo esse o sentido de “ciência do oculto”, e dessa forma poderia vir a controlá-la e mesmo transformá-la.

Na escola florentina, em pleno Renascimento, pensadores como Marsílio Ficino e Pico de la Mirandola retomam textos da tradição hermética e da Cabala, que seriam capazes, segundo essas crenças, de revelar os segredos do universo. Esse tipo de concepção se opõe à ciência escolástica medieval, de inspiração aristotélica, para a qual o conhecimento da natureza se dava pela descrição de suas leis e pela explicação causal dos fenômenos através de causas estritamente naturais, sem nenhum recurso a forças mágicas ou ocultas. Giordano Bruno, que foi queimado na fogueira em 1600 por ordem da Inquisição, também demonstrou interesse por esses conhecimentos, tendo escrito a *Cabala do cavalo Pégaso*, um texto de caráter místico e que evoca um saber esotérico.

O hermetismo do Renascimento baseia-se em uma concepção segundo a qual quanto mais antigo o conhecimento, mais autêntico e legítimo. Assim, o saber originário do Egito Antigo teria mais autoridade que o grego, o cristão e o judaico, porque os antecede. Os textos herméticos eram atribuídos ao próprio Hermes Trismegisto, o mensageiro ou intermediário dos deuses, na verdade uma versão grega do deus egípcio Thoth – o que dá a esses textos uma origem divina ou revelada. Posteriormente, já no século XVII, descobriu-se que sua origem datava da Antiguidade tardia, possivelmente de Alexandria, combinando várias tradições, entre elas a neopitagórica.

Essa tradição permanece e mesmo se desenvolve no início da modernidade com movimentos como o dos rosa-cruzes, que se dedicavam a um saber mágico, mas ao qual pertenciam matemáticos, astrônomos e filósofos como o próprio Descartes e o grande físico e matemático Isaac Newton, que escreveu vários textos sobre astrologia e alquimia. Isso mostra como os limites entre o que consideramos um conhecimento racional, representado pela física e a matemática, e um saber esotérico nem sempre são nítidos – e como esses pensadores, em sua pretensão de desvendar os segredos do universo, estavam dispostos a usar todos os recursos.

4. O cientista

Se em seu sentido originário a filosofia pode ser entendida como busca da sabedoria, conforme vimos, uma das figuras mais centrais do filósofo a

considera em continuidade com a ciência, como se a filosofia fosse parte de um sistema mais amplo, um tipo de saber mais geral ou abstrato do qual as várias ciências específicas são uma parte mais aplicada. Encontramos essa concepção, por exemplo, em Aristóteles, cuja obra foi em grande parte dedicada às ciências naturais, desde a física e a astronomia até a biologia e a psicologia, para as quais contribuiu com uma série de tratados que tiveram uma importância e uma influência decisivas na Antiguidade, chegando até o início da ciência moderna, no século XVI. Aristóteles conclui o primeiro capítulo do primeiro livro da *Metafísica*, em que discute as diferentes formas de conhecimento, afirmando que a filosofia é a ciência das ciências:

O motivo que nos leva agora a discorrer é este: que a chamada filosofia é por todos concebida como tendo por objeto as causas primeiras e os princípios, de maneira que, como acima se notou, o empírico parece mais sábio que o ente que possui unicamente uma sensação qualquer, o homem de arte mais do que os empíricos, o mestre de obras mais do que o operário, e as ciências teóricas mais do que as práticas. Que a filosofia seja a ciência de certas causas e de certos princípios é evidente.

No início do pensamento moderno, Descartes se vê não só como filósofo, mas principalmente como cientista, dedicando-se à matemática, à física e à medicina e considerando suas reflexões filosóficas sobre o conhecimento uma preparação para sua obra científica. É significativo que uma de suas obras mais importantes, o *Discurso do método*, seja uma introdução a seus tratados científicos, a *Geometria*, a *Dióptrica* e os *Meteoros*. Na quarta parte do *Discurso*, ele diz:

E, ademais, continuava a exercitar-me no método que me prescrevera; pois não só tomava o cuidado de conduzir geralmente todos os meus pensamentos segundo as suas regras, como reservava, de tempos em tempos, algumas horas, que empregava particularmente em aplicá-lo nas dificuldades da matemática, ou mesmo também em algumas outras que eu podia tornar quase semelhantes às das matemáticas, separando-as de todos os princípios das outras ciências, que eu não achava bastante firmes, como vereis que procedi com várias que são aplicadas neste volume.

Em Kant encontramos também a ciência fornecendo um modelo para a filosofia, sendo que o papel crítico do filósofo é visto como adaptando o ideal da ciência para a filosofia. No prefácio à segunda edição da *Crítica da razão pura*, Kant se refere repetidamente à “via segura da ciência” e à “certeza da ciência”, fazendo um histórico da ciência moderna, sobretudo da matemática e da física, e lamentando que a filosofia em sua época não tivesse ainda alcançado esse grau de rigor, precisão e completude de conhecimento. Segundo ele, ainda nesse prefácio, “É nessa tentativa de mudar o método de operar até então da *Metafísica*, levando a uma revolução total, seguindo o exemplo dos geômetras e dos físicos, que consiste a obra desta crítica da razão pura especulativa. Ela é um tratado de método e não um sistema de ciência ela própria.” É significativo que

Kant aponte o exemplo dos físicos e geômetras como aquele a ser seguido pelos filósofos.

No contexto contemporâneo, os filósofos do Círculo de Viena, os assim chamados “positivistas lógicos”, muitos deles de formação científica, como Rudolf Carnap, igualmente viram nas ciências naturais uma inspiração e consideraram papel da filosofia estabelecer os fundamentos lógicos e metodológicos para o conhecimento empírico que as ciências produziriam. Em seu *A estrutura lógica do mundo*, Carnap se preocupa exatamente em estabelecer os fundamentos lógicos de uma ciência natural, tema que retoma e desenvolve em *Os fundamentos filosóficos da física*.

E um dos mais importantes filósofos da ciência do século XX, Karl Popper, que sofreu a influência do Círculo de Viena e que via estreitas relações entre o papel do filósofo e o do cientista, afirma em seu *A lógica da investigação científica*:

Um cientista, seja teórico, seja experimental, propõe enunciados, ou sistemas de enunciados, e testa-os passo a passo. No campo das ciências empíricas, constrói hipóteses ou sistemas de teorias e testa-as com a experiência por meio da observação e do experimento. ... Sugiro que é tarefa da lógica da investigação científica ou lógica do conhecimento apresentar uma análise desse procedimento, isto é, analisar o método das ciências empíricas.

5. O político

O filósofo como pensador e atuante político é uma das figuras mais importantes da tradição, tendo a política, inclusive, se tornado um ramo da própria filosofia e uma disciplina acadêmica. A tradição do filósofo político remonta aos antigos gregos, à época de Sócrates e Platão, quando as cidades-Estado experimentavam várias formas de organização política: a aristocracia, a timocracia, a oligarquia, a democracia, a tirania, a monarquia etc.^a

Embora não se possa dizer que Sócrates se tenha vinculado a partidos políticos de sua época, como deixa claro a *Carta VII* de Platão, na *Apologia* ele defende o papel crítico do filósofo como sua principal forma de atuação na pólis. Pois as decisões em assembleia só serão melhores se os cidadãos que participarem delas tiverem uma postura mais crítica e portanto menos sujeita à manipulação, como era frequente acontecer na democracia posterior à de Péricles (também conhecida por “governo das multidões”, que deixava a cargo das massas a condução do governo). A insensatez e os erros, muitas vezes irreparáveis, causados pela decisão das massas durante as assembleias foram

intensamente comentados por Tucídides, em *Guerra do Peloponeso*, e Heródoto, em *Histórias*.^b

Dentre as primeiras obras clássicas que se tornaram fundamentais para a filosofia política estão a *República* (em grego *Politeia*, que quer dizer Constituição), de Platão, livro composto provavelmente entre 380 e 370 a.C., e a *Política* e a *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, escritas posteriormente.

A *República* apresenta um modelo de cidade ideal, a cidade justa, em nome da qual se pode também fazer uma crítica à decadência política da democracia ateniense. Dividido em dez livros, tem por tema central a natureza e o valor da justiça: “Em que consiste a justiça?” (Livros II a IV), “Quais as condições de realização da justiça?” (Livros V a VII) e “Como se estabelece a injustiça na cidade e nos indivíduos?” (Livros VIII e IX), eis algumas das questões levantadas nessa obra. No Livro VII, Platão usa uma imagem para descrever a educação (*paideia*) do filósofo, na passagem conhecida por alegoria, ou mito, da caverna (514a-517d). Nela, Platão imagina a humanidade condenada à escuridão de uma caverna, aprisionada e imobilizada por correntes, de costas para a luz, que vem de fora e do alto, e vendo sombras projetadas na parede, as quais são confundidas com a realidade. O caminho em direção à luz é uma subida árdua; o prisioneiro deve primeiramente se livrar dos grilhões que o prendem, para depois seguir o seu trajeto, acostumando seus olhos pouco a pouco à luminosidade, para que sua visão não fique ofuscada. Ao fim da caverna, a luz do sol, análoga ao próprio Bem, mostra com clareza e discernimento a verdadeira realidade. É preciso que aquele que deixa de ser prisioneiro habitue sua visão, para que possa chegar a ver as coisas do alto.

Ao fim da passagem, Platão afirma que é a “ideia do Bem que deve ser contemplada para que se possa agir com sabedoria na vida privada e na pública”. É essa sabedoria que transformará o prisioneiro em filósofo, e o filósofo em político, pois os que conhecem o Bem e tudo aquilo de que ele é causa, inclusive a ideia de Justiça, é que deverão ser, segundo Platão, os guardiães, ou governantes da cidade. E é missão daqueles que chegaram ao topo retornar ao interior da caverna e tentar motivar seus companheiros a sair da situação de prisioneiros em que se encontram, mesmo correndo o risco de serem desacreditados e condenados à morte, tal como aconteceu com Sócrates. Para Platão, portanto, o filósofo não alcança apenas um saber contemplativo, mas tem uma missão política em sua cidade.

Na *Carta VII*, aos 70 anos de idade, ao fazer uma retrospectiva de sua vida, Platão sugere que a gênese de sua filosofia foi a experiência da injustiça trazida pela condenação à morte de Sócrates, “o homem mais justo de sua época”, o que

mostra que, originalmente, sua intenção foi dirigida à prática política. Convencido de que somente a filosofia seria capaz de dar aos homens o discernimento do que é a justiça, Platão diz: “As gerações humanas não verão o fim de seus males até que a classe dos verdadeiros filósofos atinja o poder político, ou que os políticos, por uma graça divina, se tornem verdadeiros filósofos” (324b-326b).

Sabemos ainda, também através da *Carta VII*, que Platão tentou aplicar suas teorias políticas em Siracusa. O objetivo era construir a cidade justa que ele havia idealizado na *República*, mas, ao invés disso, ele quase terminou seus dias como escravo dentro de um navio que seguia em direção ao Egito.

Além da *República*, duas outras obras de Platão são dedicadas à política: *Político* e *Leis*. Para Aristóteles, a ciência política não é uma investigação acerca da natureza do Estado ou dos fundamentos da autoridade política, mas é uma teoria moral. A *Política* é na verdade considerada por Aristóteles como uma continuação da *Ética a Nicômaco*; o objetivo final de sua investigação é atingir uma vida feliz, objetivo que só pode ser alcançado no contexto de uma sociedade política. De fato, Aristóteles foi o primeiro a definir o homem como um animal político (fato destacado por quase todo historiador da Grécia Antiga) e a conectar a noção de cidade (pólis) a uma filosofia da natureza, através de duas teses fundamentais: 1) a pólis existe por natureza e 2) o ser humano é um tipo de ser naturalmente adaptado para viver na pólis. Não se deve compreender a afirmação de Aristóteles como significando simplesmente que é da natureza do homem ser gregário, o que caracterizaria também outros animais. Por “político” Aristóteles não quer dizer apenas social, mas politicamente organizado. (É possível que essa confusão tenha origem na tradução latina de *zoon politikon*, animal político, por *animal socialis*, animal social.) A pólis é uma espécie de associação, e toda associação é compartilhada em nome de algum bem; um desses bens é a justiça, “pois regras de justiça são o princípio organizador do político”.

Para um grego dos séculos V ou IV a.C., o desejo de participar da vida política não corresponde ao desejo que hoje temos de ingressar numa carreira qualquer: a política não era uma carreira, ela era parte essencial da vida do cidadão. De fato a própria pólis, como observou Gustave Glotz, era considerada pelo grego do século IV um fenômeno natural, de tal forma a ideia de cidade estava arraigada em sua consciência. Quando Aristóteles, em diversas passagens da *Política* e da *Ética a Nicômaco*, define o homem como “um animal político”, expressa conceitualmente o que já é tacitamente assumido na vida real: ser um animal político é ser um membro da pólis.

Como observou Ernest Barker, a cidade-Estado grega não era um dado apenas geográfico; ela era o ambiente espiritual necessário de uma sociedade que vivia em discussão, que encontrava o seu elixir na conversação comum, e que sentia necessidade de converter a discussão e a conversa em ações concordadas através da deliberação e do governo comuns.

Com o final da pólis e da democracia grega no período do Helenismo, a atividade política entendida como participação dos cidadãos nas decisões públicas se reduz e a concepção do filósofo como tendo um papel político é então relegada ao segundo plano. Será somente no período moderno que o papel público do filósofo voltará a ser importante. Francis Bacon, por exemplo, exerceu cargos políticos na Inglaterra, chegando a lorde chanceler, e em seu *New Atlantis* imagina uma instituição em que se realizam pesquisas e se ampliam conhecimentos que visam a contribuir para o progresso da sociedade e a melhorar as condições de vida dos cidadãos.

Os filósofos iluministas, especialmente Jean-Jacques Rousseau, Voltaire, Diderot, Montesquieu, John Locke e Immanuel Kant, exerceram grande influência na Revolução Francesa, uma das mais importantes do Ocidente.

A partir da Idade Moderna, pode-se dizer que a filosofia não deixou de desempenhar um papel na política. Durante a Revolução Industrial, ainda no século XVIII, na Inglaterra, por exemplo, Adam Smith publicou *A riqueza das nações*, obra considerada uma das principais fundadoras da ciência econômica que se irá desenvolver posteriormente. No século XIX, Karl Marx escreve *O capital*, uma crítica aos modos de produção do capitalismo. Com Friedrich Engels, Marx escreveu também o *Manifesto comunista*, que deu origem ao processo revolucionário russo, no século XX.

No mundo contemporâneo, há diversos exemplos de atuação política entre os filósofos. Citamos em especial Jean-Paul Sartre, Bertrand Russell e Michel Foucault, que não chegaram a escrever teorias políticas mas foram politicamente atuantes. Sartre, cuja filosofia deu origem ao movimento existencialista na França, tendo ganhado o prêmio Nobel em 1964, recusou-se a recebê-lo. Disse que não aceitaria o prêmio que levava o nome do inventor da dinamite, uma atitude política que mostra extrema consciência de si mesmo e do mundo. O filósofo e matemático Bertrand Russell, em 1955, em plena Guerra Fria, escreveu um *Manifesto* contra a bomba atômica, no qual chamava a atenção para os perigos das armas nucleares e pedia aos líderes mundiais que buscassem soluções de paz para o conflito internacional. Russell teve o apoio de grandes intelectuais e cientistas, dentre os quais Albert Einstein, que assinou o *Manifesto* dias antes de sua morte. E Michel Foucault teve uma longa carreira como ativista

político. Envolveu-se com questões e movimentos de natureza política em vários países, como Estados Unidos, Japão, Polônia, Irã, Turquia, Argélia, entre outros. Foi também um grande crítico das instituições sociais, especialmente da psiquiatria, da medicina, das ciências humanas em geral e do sistema carcerário.

6. O comentador

Em geral, não se considera que o trabalho do historiador e do comentador deva ser dotado de originalidade, e eles por sua vez não estão preocupados em formular teorias próprias, mas em interpretar os textos dos filósofos da tradição. Contudo, se não fosse por essas figuras, os textos filosóficos possivelmente se perderiam e as ideias dos grandes filósofos não teriam sido preservadas, transmitidas e levadas adiante. Isso fica evidente quando examinamos o período do Helenismo e da Antiguidade tardia (aproximadamente dos séculos III a.C. a IV d.C.). Nesses mais de sete séculos não encontramos nenhum pensador comparável em importância, originalidade e influência a Sócrates, Platão ou Aristóteles, à exceção talvez de Plotino. Mas os filósofos dessa época deram continuidade de certa forma à filosofia da Antiguidade clássica, comentaram a obra dos grandes filósofos e desenvolveram métodos interpretativos de seus textos que permitiram que estes chegassem até nós. Porfírio, com sua *Vida de Plotino* e com o *Isagoge*, uma introdução às categorias de Aristóteles, tornou-se leitura indispensável nesse período para quem quisesse entender o pensamento desses dois filósofos. A existência, por vários séculos, da Academia, a escola fundada por Platão, foi central não só na preservação das ideias e dos textos desse filósofo, mas também na discussão em torno das diferentes interpretações de sua obra.

Durante a Idade Média, os filósofos cristãos comentaram e interpretaram os filósofos gregos à luz da doutrina cristã, usando-os para a defesa de seus interesses e para a elaboração de seus próprios argumentos, mas isso também contribuiu decisivamente para a preservação das obras antigas e para a continuidade da discussão. Merecem destaque os comentários de São Tomás de Aquino aos tratados aristotélicos. No Renascimento a renovação do interesse pelas obras da Antiguidade clássica, grega e romana, possibilitou que a filosofia fosse retomada a partir das discussões encontradas em sua origem, vistas então como pertinentes àquele novo contexto. A reedição e tradução para o latim, por Stephanus, dos diálogos de Platão, no século XVI, foi de grande importância para despertar o interesse por esse filósofo na época moderna, e para o acesso à

sua obra.

No contexto contemporâneo, quando encontramos não uma corrente predominante, mas sim um pluralismo de filosofias, o trabalho do filósofo com frequência se confunde com o do intérprete de textos e historiador da filosofia. A história da filosofia é uma das áreas que mais tem se desenvolvido atualmente, representando talvez a necessidade de um conhecimento mais amplo e profundo da tradição para a discussão efetiva das questões filosóficas.

A análise e interpretação de textos é um trabalho altamente especializado, e as traduções e edições críticas de obras clássicas têm sido de importância fundamental para o debate filosófico. Por outro lado, não excluem o desenvolvimento das ideias do próprio comentador da obra clássica, que aliás com frequência servem de ponto de partida para o desenvolvimento de seu pensamento. Um dos melhores exemplos disso é a tradução e interpretação que Martin Heidegger fez da alegoria da caverna de Platão, em “A doutrina de Platão sobre a verdade”. Mas Heidegger toma ainda textos dos pré-socráticos, de Aristóteles, Hegel, Kant e Nietzsche como pontos de partida para sua própria reflexão filosófica.

O trabalho do historiador também pode ser original e ter um significado filosófico próprio. Um exemplo contemporâneo é a *História do ceticismo de Erasmo a Spinoza*, de Richard Popkin. Nessa obra Popkin revoluciona a interpretação do início da modernidade, mostrando como a retomada do ceticismo antigo no século XVI foi uma das influências centrais na ruptura com a tradição e na crise que caracterizou o surgimento do pensamento moderno. Portanto, a história da filosofia pode ser relevante, desde que tenha como ponto de partida hipóteses interpretativas filosoficamente pertinentes, sem se limitar a ser um relato histórico da vida e da obra dos grandes filósofos.

Um exame da tradição nos mostra, assim, que existem não uma, mas várias figuras do filósofo, e também que a fronteira entre elas nem sempre é nítida, o mesmo filósofo podendo ter exercido vários papéis e influenciado vários modos de se conceber e praticar a filosofia. E isso nos traz de volta à questão inicial segundo a qual a pergunta “o que é filosofia?” tem múltiplas respostas.

^a As cinco primeiras formas de governo mencionadas são descritas por Platão no Livro VIII da *República*.

^b “As massas são um bando ineficaz; nada é menos inteligente, mais irresponsável ou violento ... O tirano, pelo menos, sabe o que faz; o povo não o sabe. E como o saberia, se nunca aprendeu o que é certo ou adequado e não possui também o discernimento natural do belo e do bom? As massas não têm um pensamento sequer em suas cabeças. Tudo o que sabem fazer é lançar-se cegamente à política, como um rio em período de enchente” (Heródoto, *Histórias*, III, 80).

5. A TRADIÇÃO FILOSÓFICA E OS DIFERENTES MODOS DE CONCEBER A FILOSOFIA

NADA É MAIS EFICAZ para que se conheça o pensamento de um filósofo do que a leitura de seus textos. Certas interpretações, entretanto, sobrevivem paralelamente a eles. Consagradas pela tradição filosófica, ganharam tamanha realidade histórica que, às vezes, confundimos suas intenções com as dos próprios autores que elas interpretam e a partir dos quais criam seus modos de conceber a filosofia – embora, invariavelmente, reduzam o pensamento dos filósofos a aspectos que, pelas mais diversas razões, consideram fundamentais.

Neste capítulo, apresentamos diferentes modos de conceber a filosofia, e usamos diversos filósofos para ilustrar essas concepções, na certeza de que tal apresentação pode ser útil àqueles que se iniciam nos estudos filosóficos. Chamamos, no entanto, a atenção do leitor para o fato de que tais modos não se excluem mutuamente; ao contrário, no mais das vezes se complementam, se implicam mutuamente, e um mesmo filósofo pode inclusive partilhar de duas ou mais concepções simultaneamente, dependendo do aspecto que é privilegiado no estudo de sua obra.

Destacamos abaixo os cinco modos tradicionais de conceber a filosofia de que trataremos:

1. Filosofia como sabedoria de vida
2. Filosofia como visão de mundo
3. Filosofia como atitude crítica e questionadora
4. Filosofia como sistema de pensamento
5. Filosofia como busca pelo autoconhecimento

No que se segue, vamos tentar explicar mais detalhadamente o que caracteriza cada um desses modos, procurando sempre que possível fornecer exemplos que possam esclarecer melhor o seu sentido.

1. Filosofia como sabedoria de vida

A filosofia como sabedoria de vida corresponde a uma visão da filosofia prática,

isto é, uma reflexão voltada para as condições e os critérios segundo os quais tomamos decisões em nossa vida concreta. Segundo essa concepção, a filosofia é importante na medida em que pode contribuir para nossa vida prática, e não enquanto discussão teórica de problemas abstratos. Essa sabedoria de vida frequentemente é vista como resultando de nossa experiência, de uma atitude mais reflexiva, que não se deixa perturbar por questões ou controvérsias menos importantes. De acordo ainda com essa concepção, a moral é o campo central da filosofia.

Exemplos dessa forma de ver a filosofia podem ser encontrados em todos os filósofos que se preocuparam com as ações morais como resultantes não de um empenho pessoal qualquer, não do acúmulo de experiências de vida quaisquer, mas de reflexões sobre os princípios morais que determinam nossas ações.

Sobre o sentido de sabedoria implicado nessa concepção filosófica, é preciso observar o seguinte: trata-se aí de uma sabedoria que depende do tempo e da experiência, entendendo-se com isso que é adquirida, conquistada, e não inata como a inteligência e a memória, por exemplo. Envelhecer, contudo, não basta para tornar alguém sábio. O envelhecer tem uma série de consequências naturais, mas a sabedoria não surge naturalmente com a idade; ela precisa ser cultivada. E isso não se dá por um conjunto de conhecimentos acumulados (como ocorre com o saber fazer bolo ou sapatos, ou com o saber dirigir um carro e falar diversas línguas), por isso nada tem a ver com a ciência, no sentido em que entendemos essa palavra hoje. Um médico, por exemplo, pelo fato de conhecer técnicas que o autorizam a operar corpos na tentativa de curá-los, não é necessariamente sábio. A sabedoria aqui em questão não é resultante do aprendizado de uma técnica, mas de reflexões e experiências que levam a pensar e agir o mais acertadamente possível na vida.

Dentre os antigos, Sócrates, Platão, Aristóteles e os filósofos helenistas de um modo geral certamente se incluem entre pensadores dessa concepção, pois todos eles dedicaram algum aspecto de sua filosofia à “filosofia do bem-viver”, cujo principal objetivo é adquirir uma sabedoria que conduza os homens à felicidade. As respostas são muito variadas, mas a pergunta “como devemos viver de modo a vivermos bem?” é essencial e comum a todas elas. É para ela que convergem todas as questões, por exemplo, acerca do sentido das virtudes – “quais são?”, “o que são?”, “como obtê-las?”, “por que e para que obtê-las?”, “quem as possui?” etc. – e também acerca das não virtudes. Para alguns, como é o caso de Sócrates, a vida virtuosa é a vida mais sábia, enquanto para Platão, no diálogo *Filebo*, a boa vida deve misturar e equilibrar sabedoria e prazer; para outros, como é o caso dos filósofos hedonistas, é uma vida puramente de prazer que irá conduzir o

homem à felicidade, e para outros ainda, como os estoicos e os epicuristas, a melhor vida é a da neutralidade, pois o verdadeiro prazer só pode ser obtido eliminando-se ao máximo a possibilidade da dor.

A sabedoria humana nesse tipo de concepção está sempre a serviço do bem-viver; ela deve dirigir as ações humanas visando à conquista do objetivo mais alto do bem-viver: a felicidade humana. O problema aqui é saber em que consiste a felicidade, que bens devemos eleger como sendo os que conduzem a ela, pois seu significado varia conforme a época e o contexto.

A palavra grega que traduzimos por “felicidade”, por exemplo, é *eudaimonia*, uma palavra cuja etimologia mostra que seu sentido nada tem a ver com o que nós entendemos atualmente por felicidade. *Eudaimonia* significa prosperidade, boa fortuna, bom destino. O homem feliz (*eudaimon*) é aquele cujo destino é afortunado, seja porque possui qualidades que lhe foram dadas por uma divindade (*daimon*) e que por essa razão conduz a vida sempre em direção ao melhor, seja porque, como querem os filósofos, adquiriu esses dons ao longo da vida. A palavra não se refere, como a nossa “felicidade”, a um estado de espírito, relativo à alegria ou ao prazer, e dificilmente se refere a algo subjetivo e momentâneo.

Foi, talvez, uma concepção de filosofia como sabedoria que levou Platão a acreditar, em determinado momento de sua vida, que a filosofia fosse o único caminho para a realização da justiça. Na *República*, ele expõe seus ideais políticos, os quais, a convite de seu amigo Dion (cunhado de Dioniso II, rei de Siracusa), tentará mais tarde, embora sem sucesso, pôr em prática. Sua tese central – aliás recorrentemente criticada por toda a tradição filosófica – é a de que a cidade justa deve ter como governante o filósofo, o mais sábio dos sábios por reconhecer a própria ignorância, e que por essa razão é o único que se esforçará em discernir o que é a justiça e, a partir desse discernimento, construir uma cidade justa.

No Livro IV da *República* (427d-434d), Platão faz um paralelo entre o Estado e os indivíduos que o compõem, a fim de demonstrar que as qualidades de uma comunidade são as mesmas que se encontram nos indivíduos. Indivíduos justos, isto é, que têm as três partes de sua alma^a em equilíbrio e sob as rédeas da razão, constroem cidades justas; se a cidade é composta por almas desequilibradas, será igualmente desequilibrada e injusta. E o caráter do filósofo é construído a partir da constatação da injustiça, o próprio Platão tendo experimentado essa injustiça com a condenação de Sócrates à morte. É portanto a partir de um *pathos*, e não de uma intuição ou de uma racionalização, que Platão concebe seu desejo de ver a cidade governada pela sabedoria do filósofo.

2. Filosofia como visão de mundo

Assim como a filosofia de tipo (1) que acabamos de ver, a filosofia como visão de mundo tem também um sentido prático, porém é mais abrangente, tem um modo global de conceber a realidade em seus aspectos cognitivo, político, estético, ou seja, uma visão mais integrada das várias questões relativas à realidade, podendo inclusive servir de base para a tomada de decisões práticas.

Para bem compreendermos o significado desse tipo de filosofia, é necessário que entendamos o que “visão de mundo” traduz: a palavra alemã *Weltanschauung* (que significa literalmente visão de mundo ou cosmovisão, ou ainda ideologia) foi regularmente adotada em diversas línguas para se referir a um tipo de filosofia cuja visão é compreensível a partir de certos pontos de partida – e nisso ela tende a se assemelhar às filosofias de tipo (4), como sistema de pensamento. As “visões de mundo” funcionam como a famosa frase de Arquimedes: “Deem-me uma alavanca e um ponto de apoio e eu moverei o mundo.” E elas de fato são, pelo menos aparentemente, “geniais”, porque conseguem orquestrar, a partir de uma única noção, todo um complexo conjunto de questões.

Embora não sendo um filósofo, Sigmund Freud pode ser lembrado para ilustrar esse modo de conceber a filosofia, pois, a partir da noção de inconsciente, a psicanálise interpreta toda a realidade humana nas suas mais diversas formas de expressão: a religião, a arte, a ciência, as relações sociais etc.

Outro exemplo de “visão de mundo” encontra-se no pensamento de Karl Marx, um dos mais importantes filósofos do século XIX. É a partir das forças produtivas e das relações de produção adotadas por uma sociedade que o marxismo avalia suas instituições sociais: jurídicas, familiares, políticas etc.

As filosofias do tipo visão de mundo foram muito criticadas por Edmund Husserl, filósofo alemão fundador da fenomenologia. Em seu ensaio “A filosofia como ciência rigorosa”, ele afirma que a filosofia deveria ter como ideal a ciência, no sentido mais rigoroso de ciência. Husserl dedicou decênios de sua vida a meditar sobre a possibilidade de provocar uma “viragem da filosofia” que “convertesse em realidade o começo radical iniciado pelos gregos de uma filosofia [capaz de] se apresentar como ciência”. Uma ciência universal e apoditicamente fundada, a “terra firme da filosofia”, como ele costumava chamá-la, que tornasse possível o desenvolvimento de uma autonomia pessoal e abrangente para a humanidade – essa era a única solução para a crise existencial que Husserl diagnosticou no homem ocidental.²⁴

Embora tenha influenciado grandes filósofos do século XX, tais como Martin

Heidegger, Jean-Paul Sartre, Maurice Merleau-Ponty, Michel Henry e Jacques Derrida, seu ideal de filosofia jamais vingou. Ao contrário, as filosofias afastaram-se radicalmente da ciência e tornaram-se cada vez mais “visões de mundo”.

3. Filosofia como atitude crítica e questionadora

Essa concepção atribui à filosofia o papel de colocar em xeque nossas opiniões e crenças habituais, perguntar sobre seu sentido e seu fundamento, problematizar o senso comum, buscar alternativas, não aceitar a primeira resposta dada, a solução aparentemente mais fácil e mais óbvia.

A atitude crítica já era um aspecto presente no pensamento dos primeiros filósofos, e não apenas em relação ao que era externo ao seu pensamento (por exemplo, o mito), pois os membros das primeiras escolas filosóficas tinham opiniões discordantes acerca das mesmas questões. É parte da atividade da filosofia, desde a sua origem, o debate.

O maior debatedor de toda a história da filosofia foi certamente Sócrates. Seu próprio método, como vimos em capítulo anterior, foi chamado de “refutação”, pois seu objetivo central era justamente contestar, não apenas as opiniões infundadas do senso comum, mas também as mais elaboradas teses da sofística.

Pode-se inclusive dizer que, de certa forma, a filosofia socrática nasceu como uma oposição radical à sofística. No *Protágoras*, para descrever essas lutas, Platão usa a palavra “pugilato”, luta a socos da Antiguidade, precursora do pugilismo, que fazia parte dos jogos olímpicos e por vezes levava os combatentes à morte – uma imagem, portanto, bastante violenta. E, de fato, no *Sofista*, diálogo que Platão escreveu com o objetivo de derrubar essa personagem-título, tem-se a noção do quão difícil era para o filósofo vencer seus ardilosos argumentos: “Esse homem é verdadeiramente um assombro e é muito difícil apanhá-lo completamente, pois ainda desta vez, lá está ele, belo e bem refugiado, em uma forma cujo mistério é indecifrável” (236c-d); e mais adiante, mostrando que eles se apoiavam em Parmênides para negar a possibilidade do discurso falso: “Que modo encontrar na realidade para dizer ou pensar que o falso é real sem que, já ao proferi-lo, nos encontremos enredados na contradição?” (236e) Para pegar o sofista, Platão precisará “matar” seu “pai” Parmênides, provando que o não-ser é e que, de certa forma, o ser não é.²⁵

O problema da filosofia com a sofística é que, para os sofistas, a todo e

qualquer argumento pode ser contraposto com efetividade outro argumento, desde que este tenha a aparência de verdadeiro. Argumentos falsos, portanto, podem ser efetivos, se o argumentador conhecer técnicas de retórica e for persuasivo. A filosofia sempre lutou contra as argumentações falaciosas. No século XIX, por exemplo, Arthur Schopenhauer deixou inconcluso o livro *Como vencer um debate sem precisar ter razão*, em que ao mesmo tempo ensina e desmascara os esquemas da argumentação falsa e maliciosa.

A atitude crítica pode resultar também de um certo distanciamento do mundo. Alguns filósofos, por exemplo, nos ensinam a suspeitar de tudo o que está à nossa volta – não apenas do que pertence ao plano da moral, isto é, aquele plano no qual formamos nossas opiniões, crenças, dogmas, desejos e ilusões, mas também ao plano da realidade física.

Talvez o primeiríssimo filósofo a demonstrar suspeitas com relação ao mundo físico tenha sido Parmênides de Eleia, quando distingue, em seu *Poema*, uma Via da Verdade (*aletheia*) e uma Via da Opinião (*doxa*). Mas é Platão que expressa claramente essa desconfiança, quando separa o mundo inteligível do sensível e faz deste último uma cópia imperfeita e fantasmagórica do primeiro. Segundo Platão, não devemos confiar em nossos sentidos, pois eles recorrentemente nos enganam. Tampouco devemos observar o mundo através dos sentidos, pois estes irão produzir julgamentos que nem sempre corresponderão à realidade. Assim, por exemplo, no Livro VII da *República*, quando é questão a educação do filósofo, Platão defende a tese de que a astronomia, na época baseada apenas na observação do céu, fosse matematizada. E no *Timeu*, cuja cosmologia é aberta com a distinção radical entre “o que é para sempre e não nasce jamais” e “o que sempre nasce e nunca é”, ele diz que acerca do mundo físico jamais se poderão produzir discursos verdadeiros, mas apenas verossimilhantes – embora o mundo seja aí descrito não como uma produção qualquer, mas como obra de um artista divino, um demiurgo, e portanto como o melhor dos mundos possíveis, mas, ainda assim, não suficientemente inteligível para que dele se possa ter mais do que opiniões verdadeiras.

Também no *Político* Platão compara o conhecimento do homem a um sonho: “Cada um de nós é como um homem que, vendo coisas em sonhos, acredita conhecê-las perfeitamente, mas que ao acordar percebe que não conhece nada” (277d).²⁶ Entretanto, em nenhum outro lugar Platão é mais firme na expressão de sua desconfiança da sensibilidade humana do que na famosa passagem da alegoria da caverna (no Livro VII da *República*).

A alegoria da caverna serve para ilustrar nosso estado de ignorância com relação ao mundo em que vivemos. Ela mostra que o que supomos ser

verdadeiro é mera ilusão, e que um esforço deve ser despendido para descobrirmos a verdade (*aletheia*). Mas a verdade jamais poderá ser contemplada através da faculdade da visão: somente os olhos da alma podem compreendê-la.^b

Mais do que Platão, é René Descartes, no século XVII, quem desqualifica os sentidos, como testemunha, por exemplo, a famosa passagem da cera, presente na segunda de suas *Meditações*. Aí, Descartes afirma perceber a cera (da vela) não por nenhum dos sentidos, nem mesmo pela faculdade de imaginar, mas pela presença no entendimento de uma noção inata, que é a de extensão, e que permite o reconhecimento da identidade entre a cera original e aquela que derreteu. Descartes introduziu, como método de conhecimento, a dúvida em relação àquilo que aparece imediatamente aos nossos sentidos. Seu método, também conhecido por ceticismo metodológico – embora nada tenha a ver com a atitude cética –, duvida de toda e qualquer ideia que não seja clara e distinta. E, como o ato de duvidar é indubitável, é a dúvida que conduzirá à verdade. E é da dúvida mais radical – a da existência do próprio eu – que surge a primeira verdade, a verdade do *cogito*.

Se um deus me engana, não há dúvida alguma de que sou; e, por mais que me engane, não poderá jamais fazer com que eu nada seja, enquanto eu pensar alguma coisa. De sorte que, após ter pensado bastante nisto e ter examinado cuidadosamente todas as coisas, cumpre enfim concluir e ter por constante que esta proposição – eu sou, eu existo – é necessariamente verdadeira todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito.²⁷

4. Filosofia como sistema de pensamento

Essa concepção é próxima à da filosofia como visão de mundo, tendo no entanto um caráter mais sistemático, mais elaborado, que visa a desenvolver um saber sistemático, isto é, integrar as várias questões da filosofia, da ciência, dos vários tipos de saber em um todo articulado em que as várias respostas são compreendidas como diferentes aspectos do mesmo tipo de problema.

Pode-se dizer que em vários pontos a filosofia como sistema aproxima filosofia e ciência. A ideia de sistema pressupõe que há uma relação entre as várias partes de um todo que, embora diferentes, se complementam e se integram, remetendo umas às outras.

Talvez a primeira concepção de filosofia como sistema se encontre em Aristóteles, cuja obra é uma espécie de enciclopédia do saber da época, indo desde as questões mais gerais sobre a natureza da realidade e de nosso

conhecimento dela, que seriam tipicamente filosóficas, isto é, de caráter mais geral e abstrato, até questões sobre o conhecimento do mundo concreto.

Aristóteles escreveu, por exemplo, muitos tratados de biologia (embora então não se usasse ainda esse nome), dedicou-se à física e à astronomia, analisou na *Poética* a tradição literária grega, tanto o teatro quanto a poesia, discutiu na *Política* as várias formas de governo e seus fundamentos, e se preocupou também com questões metodológicas no *Organon*, que reúne seus escritos lógicos. Mas, na concepção aristotélica, esses não são apenas vários tipos de conhecimento que se sucedem: eles formam parte de um todo, que é o sistema do saber, e se organizam de acordo com princípios gerais.

Aristóteles distingue, na *Metafísica* E, três grandes áreas do conhecimento: o saber teórico, que inclui todas as ciências especulativas, isto é, a física, a matemática e a teologia; o saber prático, isto é, o que estabelece os princípios segundo os quais fazemos alguma coisa e tomamos decisões, que inclui a ética, a economia e a política; e o saber produtivo, segundo o qual o ser humano produz ou cria, que inclui a retórica e a poética. Finalmente, a lógica não aparece em lugar algum desse quadro, porque não tem objeto específico, mas é considerada instrumento (*organon*) de todos esses saberes.

Um dos mais importantes exemplos de filosofia como sistema encontra-se na Idade Média, no pensamento de São Tomás de Aquino, em seu livro *Suma teológica*, composto entre 1266 e 1274 e inspirado na obra de Aristóteles. A ideia da “suma” consiste precisamente em uma síntese das grandes questões, no caso de São Tomás, filosóficas e teológicas. Ele parte do problema da existência de Deus e de como se pode provar essa existência pela razão, examina a criação do mundo por Deus e, em seguida, o mundo (discutindo, por exemplo, a causalidade), chegando até o ser humano e sua natureza. Os temas da *Suma* estão portanto concatenados em uma visão sistemática, que parte das questões mais gerais e procura encadeá-las até chegar às mais específicas, discutindo em cada parte os principais argumentos a favor e contra as teses examinadas.

No período moderno, o grande sistema filosófico é o de Hegel. A grande inovação em relação ao de Aristóteles – com quem ele partilha a preocupação de integrar diferentes formas de experiência humana, da ciência à arte e à política – é fazer uma análise histórica das várias etapas de formação da cultura humana, desde o seu surgimento com os assírios e babilônios até seu momento presente, a Europa do século XIX. Hegel busca entender esse processo como realização de um determinado objetivo, segundo o qual a consciência humana quer inicialmente conhecer o real, mas, em seguida, encontrar outras formas de alcançá-lo, como através da arte, procurando superar a separação entre a mente e

a realidade que o conhecimento parece pressupor.

A partir de Hegel, a filosofia reconheceu a importância da análise histórica de sua própria formação, considerando cada etapa como etapa de um processo mais amplo, e discutindo suas várias contribuições para a formação da tradição, salientando que esta resulta, em grande parte, de conflitos e rupturas em seus diferentes momentos.

5. Filosofia como busca pelo autoconhecimento

O objetivo principal dessa concepção de filosofia remonta às palavras do oráculo retomadas por Sócrates: “Conhece-te a ti mesmo”, isto é, reflita sobre si mesmo, entenda suas preocupações, limitações, desejos, necessidades, e, através dessa busca, chegue a um amadurecimento, a uma atitude mais reflexiva, mais equilibrada.

Pertencem a essa categoria todas as filosofias que relacionam o pensamento à experiência de vida do indivíduo. Essa é uma exigência do próprio Descartes, enquanto filósofo que, em várias de suas obras, principalmente nas *Meditações* e no *Discurso do método*, nos apresenta uma justificativa autobiográfica para as ideias que expõe, procurando explicar como e por que chegou a elas. À exceção talvez das *Cartas* de Platão e das *Confissões* de Santo Agostinho, tratava-se de algo até então inusitado na tradição filosófica, pelo menos no que diz respeito à importância e centralidade que Descartes dá a esses elementos biográficos, que nos permitem como que refazer o percurso de seu pensamento. Quando o sujeito pensante entra em cena, a autoridade da obra passa a ser dada não mais pela escola a que pertence ou pela tradição em que se encontra, mas pelo testemunho de seu autor, como um processo de reflexão e de autoconhecimento, que é para Descartes o ponto de partida do trabalho do filósofo.

Diz Descartes na primeira parte do *Discurso do método*: “Terei a satisfação de mostrar neste discurso os caminhos que segui, e de apresentar minha vida como em um quadro.” É significativo que Descartes escreva quase sempre na primeira pessoa do singular, em um estilo muito diverso do tratado clássico, abstrato e impessoal. E, em seguida, acrescenta:

Desde a infância nutri-me das letras, e, por me haver persuadido de que por meio delas se podia adquirir um conhecimento claro e seguro de tudo o que é útil à vida, sentia um imenso desejo de aprendê-las. Mas, logo que terminei todos esses anos de estudos (ao cabo dos quais se costuma ser recebido na classe dos doutos), mudei inteiramente de opinião. Achava-me com tantas dúvidas e indecisões que me parecia não ter obtido outro proveito, ao procurar instruir-me, senão o de ter revelado cada vez mais a minha

ignorância. E, no entanto, eu estudara numa das mais célebres escolas da Europa, onde pensava existir homens sábios, se é que existiam em algum lugar da Terra.

Esse é o sentido do subjetivismo de Descartes, a busca no indivíduo, no sujeito pensante, da fonte do conhecimento: “Mas depois que, por alguns anos, apliquei-me a estudar no livro do mundo, e a procurar adquirir alguma experiência, tomei um dia a decisão de estudar também a mim próprio, e de empregar todas as forças de meu espírito na escolha dos caminhos que devia seguir.” O conhecimento da natureza, a “*leitura do livro do mundo*”, só pode ter valor se for precedido e acompanhado do autoconhecimento, da reflexão sobre o sujeito do conhecimento ele próprio.

Esse processo consiste em um exame de sua própria mente, como diz Descartes a um de seus interlocutores, o padre Bourdin, na *Resposta às sétimas objeções às “Meditações metafísicas”*: “Se vós tivésseis um cesto de maçãs dentre as quais várias estivessem podres, contaminando assim as restantes, o que fazer senão esvaziá-lo todo e, tomando cada maçã, uma a uma, recolocar as boas no cesto e jogar fora as más?”

A mente é como esse cesto, e devemos portanto esvaziar-nos de todos os nossos conhecimentos e crenças, já que dentre eles há alguns que não são confiáveis, mas não sabemos quais até examiná-los todos. Vemos assim que a filosofia como autoconhecimento, nessa concepção de Descartes, se aproxima da atitude crítica e questionadora, consistindo mesmo no meio pelo qual se adquire tal atitude.

No pensamento contemporâneo temos no existencialismo uma filosofia do autoconhecimento, no sentido em que vê o ser humano como em processo de construção de sua identidade, de seu projeto de vida. Chamamos existencialistas todas as filosofias que supõem que a existência precede a essência e que valorizam a filosofia como forma de vida, como dizendo respeito à nossa existência concreta. O existencialismo nasceu no século XIX com o filósofo dinamarquês Sören Kierkegaard, porém seus mais célebres representantes foram o francês Jean-Paul Sartre, sua companheira Simone de Beauvoir e o franco-argelino Albert Camus.

Segundo Jean-Paul Sartre, não há nada de essencial ou determinante no que somos, “o importante não é o que fizeram de nós, mas o que nós fazemos daquilo que fizeram de nós”. Esse processo é uma tomada de consciência, em que devemos nos dar conta de nossa liberdade e de fazermos nossas escolhas. Por isso afirma Sartre, “o homem está condenado a ser livre”. Porém, o existencialismo não vê o autoconhecimento como uma experiência da subjetividade considerada em si mesma, como uma consciência isolada, mas vê

o homem como “lançado no mundo”, e é em sua relação com o outro, com a sua sociedade e a sua cultura que se forma seu projeto de vida. Podemos ser apenas um reflexo de nossa época, mas podemos também afirmar nossa liberdade e fazer as escolhas por meio das quais levaremos uma existência mais autêntica, ainda que isso possa ser trágico. Sartre examina a vida de vários escritores franceses célebres como grandes inovadores e também rebeldes em seu tempo para defender sua tese sobre a necessidade de fazermos as escolhas que afirmam nossa liberdade. Ficaram famosas suas biografias de Baudelaire, Jean Genet e Gustave Flaubert, como os grandes exemplos dos que desafiaram o seu tempo.

^a A alma segundo Platão é tripartida. Na *República* (IV, 427d-434d), suas partes recebem nomes diferentes: *to logistikon* (a razão), *to tymoeides* (o ímpeto) e *to epithymetikon* (o desejo ou apetite, no sentido de ânsia física ou instintiva).

^b Não é à toa que muitos conectam esse mito a um recente sucesso cinematográfico: *Matrix* (1999). No filme, entretanto, não é Platão o filósofo aludido, mas René Descartes. “Você nunca teve um sonho, Neo, que parecesse a você absolutamente real? E se você jamais conseguisse acordar desse sonho, como iria saber a diferença entre o mundo do sonho e o mundo real?” Eis as palavras que o personagem Morpheus dirige ao herói do filme, Neo, quando este descobre que o mundo não passa de uma simulação eletrônica, de uma imagem virtual criada por máquinas inteligentes para ocupar sua mente enquanto sugam seu corpo para obter a energia que ele cria. E Morpheus vai mais além, quando Neo conclui que sua vida nada teve de real, pois embora a questão seja eminentemente filosófica, a resposta de Morpheus parece ser inspirada na fisiologia moderna: “O que é real? Como você define ‘real’?” E em seguida conclui: “Se você está falando a respeito do que sente, do que cheira, do que pode provar ou ver, então real é apenas um conjunto de sinais elétricos interpretados pelo seu cérebro.”

6. A HISTÓRIA DA FILOSOFIA E SUA PERIODIZAÇÃO

PODE-SE CONSIDERAR que a primeira história da filosofia encontra-se em Aristóteles, quando, no primeiro livro da *Metafísica*, expõe cronologicamente as teorias de seus antecessores – os “pré-socráticos”, Sócrates e Platão –, mostrando que cada uma delas é o resultado de influências que recebem umas das outras, e que essa conexão temporal é responsável por seu aprimoramento. Trata-se aí, sem dúvida, de uma consciência histórica até então inédita na filosofia, pois nenhum filósofo antes de Aristóteles se preocupou em encadear historicamente essas teorias. Ao fazer uma história da filosofia, o objetivo de Aristóteles era examinar criticamente as doutrinas de seus antecessores para apontar suas insuficiências e superá-las, procurando, a partir dessas observações, formular a sua própria doutrina. Aristóteles mostra com isso duas coisas importantes: primeiro, que a filosofia faz parte de uma tradição de pensamento, e segundo, que ela se desenvolve em diálogo com essa tradição – diálogo crítico que leva à retomada dos problemas e soluções formulados pelos filósofos anteriores e à formulação de novos problemas e soluções que levem a discussão adiante, como Aristóteles faz, por exemplo, com a noção de causalidade.

Mas é apenas no contexto do humanismo renascentista (séculos XV-XVI) que a história da filosofia começa a se constituir como gênero e que o termo vem a ser empregado. Os humanistas retomam a tradição clássica greco-romana, usando-a para renovar o pensamento filosófico, que consideravam excessivamente limitado pela filosofia escolástica medieval.

Thomas Stanley publicou na Inglaterra, entre 1655 e 1661, uma *História da filosofia* em três volumes, concentrando-se sobretudo na filosofia grega, que se tornou uma obra de referência importante nesse período. Posteriormente, o alemão Johann Jakob Brucker publicou em latim, entre 1742-1744, sua *História crítica da filosofia*, desde os gregos até a sua época, enfatizando a importância da noção de sistema filosófico.

Contudo, foi G.W.F. Hegel o primeiro a discutir filosoficamente o sentido e o papel da história da filosofia, fazendo com que ela viesse a ocupar um lugar central no estudo das grandes questões filosóficas. Hegel começou a dar aulas de história da filosofia na Universidade de Iena, entre 1805-1806, no início de sua vida acadêmica, ministrando esses cursos até o final de sua carreira na Universidade de Berlim. Suas anotações das aulas em Berlim foram publicadas

postumamente sob o título de *Lições de história da filosofia* (1833).

Para Hegel, a história da filosofia deve ser entendida como história dos sistemas filosóficos, e não apenas como uma sequência de doutrinas e vidas de filósofos, como se encontrava já na Antiguidade, por exemplo em Diógenes Laércio, no século II.²⁸ Hegel considera que a filosofia deve ser entendida historicamente, isto é, situada no contexto de sua época, mas mostra também que os filósofos formulam seus conceitos e desenvolvem suas teorias tomando como ponto de partida aqueles que os precederam, e que para interpretar uma teoria filosófica é necessário, portanto, conhecer suas antecessoras, ainda que em um sentido crítico. Não se trata assim simplesmente de uma continuidade, mas de uma discussão permanente que a cada momento os filósofos travam com seus antecessores.

A história da filosofia torna-se filosoficamente relevante quando analisa a formação e o desenvolvimento do pensamento dos filósofos, não apenas em uma sequência cronológica, mas formulando hipóteses interpretativas de caráter histórico, que podem inclusive levar à revisão da leitura tradicional de determinados períodos. O problema é que toda história da filosofia se faz a partir de ênfases, dadas a determinados aspectos das filosofias anteriores, por aqueles que as interpretam. Em outras palavras, não existe uma história objetiva da filosofia; toda história é sempre interpretação. Esse é um fato que levou diversos historiadores da filosofia a colocar em questão a legitimidade da história da filosofia e a questionar sobretudo se devemos considerar real sua alegada continuidade. Por exemplo, é graças à ênfase que Aristóteles dá ao problema da causalidade que se constrói, na *Metafísica A*, uma história diacrônica do pensamento, em que posições filosóficas divergentes, uma vez observadas do ponto de vista de sua evolução no tempo, são tornadas convergentes. Ora, essa continuidade é conquistada à custa de uma descontextualização dos conteúdos de todo pensamento (e da postulação de uma falsa suposição de homogeneidade em todo pensamento), de modo a possibilitar uma articulação de sentidos que, de outra forma, seriam incompatíveis. Trata-se aí de uma história que separa o “sujeito que pensa” daquilo que dele é, na verdade, inseparável: o seu próprio pensamento. Destituído da temporalidade que lhe é garantida pela dependência mútua entre o que enuncia e o que está sendo enunciado, independentemente do tempo em que está situado e ao qual se dirige, o pensamento é tornado autônomo, isto é, não circula mais entre os homens, mas é obra de um só espírito. Em outras palavras, ele é eternizado. Nesse tipo de história, qualquer filósofo contém em si as características de um verdadeiro representante da *philosophia perennis*, quer dizer, de uma filosofia na qual o filósofo pode e deve

ser desvinculado do seu tempo, da sua cultura e das polêmicas com os seus contemporâneos, pois é justamente a capacidade de ser perene que confere grandiosidade ao pensamento de um filósofo. Fora dessa história, como disse Monique Dixsaut referindo-se especificamente à filosofia de Platão, os conteúdos – a ontologia, a epistemologia, a política etc. – não perderiam o seu relevo habitual para dar lugar a um modo de pensar?

Uma visão crítica da diacronia pode ser encontrada na obra de um grande historiador do século XIX, época em que, sob a influência do hegelianismo, desenvolveu-se uma aguçada consciência histórica: Émile Bréhier. Em “Como eu compreendo a história da filosofia”, ele conta como foi levado, pelo estudo de “epígonos em que os temas fundamentais se perdem numa infinidade de variações”, a rejeitar a ideia de uma continuidade do pensamento filosófico.

Por parte tanto dos historiadores quanto dos filósofos, eu só encontrava objeções, de ordem, além disso, muito diversa, e mesmo oposta, ao meu empreendimento. Foi a experiência das doutrinas que eu estudava que me levou a diminuir a força dessas objeções. Essas doutrinas me fizeram conhecer, ou pelo menos pressentir, fatos de ordem geral que são capitais para conhecer a natureza do pensamento filosófico.

Os estoicos Fílon de Alexandria e Plotino são citados como exemplos impressionantes de descontinuidade e renascimento que serviram para reforçar a sua tese de que o pensamento filosófico não é engendrado por uma tradição:

O estoicismo interrompia violentamente a corrente platônica, mas fazia reviver certas ideias pré-socráticas; os alexandrinos rejeitavam o materialismo estoico para retornar a Platão; descontinuidade e renascimento são complementares, a invenção filosófica não é absoluta: ela é a retomada vigorosa de uma corrente interrompida do pensamento.

Ainda no mesmo texto, Bréhier explica que o renascimento não implica uma continuação, mas uma retomada do pensamento cujo significado está muito distante daquilo que nós chamamos de tradição. Segundo ele, um renascimento pode muito bem não se prender formal e explicitamente a uma fase histórica da corrente que ele retoma, e exemplifica dizendo que o platonismo de Marsílio Ficino, que é de inspiração tradicional, não possui nada de comum com o chamado platonismo de Descartes, que retoma uma corrente de ideias que o próprio Platão não teria conseguido acompanhar, dado o nível em que se encontravam as matemáticas no seu tempo: “O renascimento, conforme nós o entendemos, nada tem de uma influência; ele é a retomada de uma intuição e não de uma tradição.”

Bréhier não chega, como fez por exemplo Monique Dixsaut, a afirmar a impossibilidade de uma verdadeira história da filosofia. A originalidade do

filósofo só existe em continuidade com a de seus predecessores, dizia ele a seus alunos, mas esta, insistia, não é uma continuidade objetiva onde se veria, por uma espécie de crença natural, um pensamento produzir o outro. O que há é uma “continuidade subjetiva onde o mesmo ideal do pensamento livre e racional se transmite de uma geração a outra, não sob a forma de hábitos que se fixam, nem de tradições cujo valor a Antiguidade não permitiria mais julgar, mas à maneira de uma reflexão que provoca outra reflexão”. As grandes filosofias, como as de Platão e Descartes, são para ele “mais um chamado [que emana da espontaneidade criativa para reativar o elã do pensamento] do que uma solução”, embora o filósofo sem dúvida reconheça que esses chamados respondem também a ecos que lhe são exteriores e às inflexões do passado. Porém, por mais atenta que seja ao seu meio e ao seu tempo, a história da filosofia existe para servir à filosofia, e não para satisfazer uma perfeita erudição.

Pouco me importa conhecer materialmente uma fonte ou uma influência, se eu não sei como ela foi recebida (pois jamais ela é apenas recebida), que profundidade ela teve (pois uma influência, mesmo quando ela é extensa, pode ser superficial) e em que ela resultou. A história da filosofia é para mim primariamente a história das iniciativas espirituais, e, secundariamente, a história das tradições; lá onde ela se fixa, ela morre.

Temos um exemplo disso na *História do ceticismo, de Erasmo a Spinoza*, de Richard Popkin. Nessa obra, Popkin mostrou como a retomada das questões do ceticismo grego antigo no início do período moderno (século XVI) influenciou fortemente a formação da filosofia moderna, por exemplo autores como Montaigne e posteriormente Descartes, Locke e Hume, levando assim a uma reavaliação de nosso entendimento desse período e da obra desses filósofos.

Um crítico radical da hermenêutica tradicional, e portanto da história diacrônica da filosofia, é Michel Foucault. Em *As palavras e as coisas*, onde analisa o surgimento das ciências humanas e do conceito de subjetividade, também no início da modernidade, ele abandona a referência do quadro temporal clássico, suporte de toda explicação causal, e propõe em seu lugar o que chama de arqueologia. Com sua arqueologia, Foucault mostra de que forma conceitos que tomamos por dados, por exemplo os de sujeito e de consciência subjetiva, se originaram em determinado período histórico, correspondem a certas discussões de uma época, respondem a certas necessidades de seu contexto e podem, mais adiante, ser problematizados e até mesmo desaparecer. Foucault mostra nesse livro, por exemplo, que a própria noção de homem é mera invenção, podendo a qualquer momento desvanecer “como um rosto de areia, na beira do mar”.

Em sua introdução à edição portuguesa de *As palavras e as coisas*, Eduardo Lourenço faz uma das melhores descrições do método tradicional a que Foucault

irá contrapor sua arqueologia:

Se nós abrimos qualquer grande história da cultura – quer seja de inspiração positivista, espiritualista ou marxista –, facilmente verificamos que as categorias, segundo as quais a compreensão dos fenômenos culturais se efetua, postulam ou decorrem já da existência de um contínuo espiritual subjacente. Obras ou ideias “seguem-se” umas às outras, têm a sua “origem” nesta ou naquela fonte, resultam de determinadas “influências”, constituem um “progresso” ou um “retrocesso”, em relação a uma trama mental supostamente homogênea, são o fruto de uma tomada de consciência sobre um fundo onipresente etc. Esta “continuidade” é, aliás, como que anterior a todo exame de conteúdo, pelo fato de procurarmos já a essência ou a inteligibilidade de uma “época”, de uma “obra”, pensadas na unicidade do conceito que as designa. Quer dizer, de antemão, projetamos uma certa figura da exigência racional sobre o objeto do nosso conhecimento, sem querer saber se a maneira como o abordamos não falseia a compreensão que visamos.

É claro que a filosofia não pode ser reduzida simplesmente à sua história, é preciso discutir seus grandes temas e conceitos centrais e examinar os argumentos que os filósofos apresentam, cuja importância e influência vão além do período histórico em que viveram. Mas a história da filosofia nos mostra que o pensamento sempre se produz em um contexto histórico determinado e em resposta a questões de sua época, e que no desenvolvimento da tradição filosófica os pensadores produziram suas teorias e formularam seus argumentos levando em conta essa tradição, ainda que, com frequência, para questioná-la e romper com ela.

O trabalho do historiador da filosofia é interpretativo – não só em relação aos textos de pensadores do passado, como também à própria história da filosofia, isto é, às articulações entre os filósofos da tradição, suas influências e controvérsias, o processo pelo qual suas teorias são retomadas e reinterpretadas na formação da tradição. Consiste portanto em reconstruir o contexto da época desses filósofos, mas inevitavelmente com base na visão do contexto do próprio historiador. Quanto mais ele tiver consciência disso, mais a sua interpretação terá a abertura necessária para ser, ela própria, retomada posteriormente.

O problema da periodização

Os filósofos que deram importância central ao estudo da história da filosofia, destacando-se Hegel, dividiram-na geralmente em períodos que têm características próprias e que quase sempre refletem mudanças na formulação e no tratamento de problemas filosóficos. Há variações nessa periodização, mas a que apresentamos a seguir tem sido consensual. A cronologia não é absolutamente precisa, e em alguns casos pode haver sobreposição dos períodos.

Destacamos os nomes apenas dos filósofos, correntes e escolas mais influentes.

I. Filosofia antiga

- Surgimento da filosofia (séculos VII e V a.C.): Deu-se nas colônias gregas da Ásia Menor (hoje na península da Anatólia, na Turquia). Os filósofos desse período foram posteriormente denominados pré-socráticos, por serem anteriores a Sócrates, ou “primeiros filósofos”. Aristóteles, no Livro A da *Metafísica*, considera Tales de Mileto o primeiro filósofo, pelo tratamento que dá à questão do conhecimento da natureza e à investigação da causalidade. Além disso, Tales teria dado início a uma escola de filosofia, a chamada escola de Mileto, e teve como discípulos Anaximandro e Anaxímenes.

Os principais pensadores desse período foram: Pitágoras de Samos, que posteriormente emigra da Ásia Menor para o sul da Itália, também de colonização grega, e funda a escola Pitagórica, Heráclito de Éfeso, Parmênides de Eleia (também no sul da Itália) e seu discípulo Zenão de Eleia, Demócrito de Abdera, Anaxágoras de Clazômeno e Empédocles de Agrigento.

- Período clássico (século V a.C. ao final do século IV a.C.): Principalmente com o declínio da monarquia tradicional na Grécia e o surgimento da democracia, abre-se um novo espaço para o pensamento filosófico e político. Atenas, a principal cidade-Estado (*pólis*) da época, será o grande centro não só filosófico, mas cultural. Lá encontramos os principais filósofos que então sistematizaram e ampliaram a discussão filosófica: Sócrates, os sofistas (principalmente Górgias de Leontini e Protágoras de Abdera), Platão (discípulo de Sócrates, fundou, em 387 a.C., sua própria escola, a Academia), Aristóteles (discípulo de Platão, fundou o Liceu, em 335 a.C.).

- Helenismo (séculos IV a.C. a I d.C.): O conceito de “helenismo”, adotado apenas na filosofia moderna, se diz com relação sobretudo às escolas fundadas após o fim da pólis na Grécia (final do século IV a.C.), e à difusão da cultura grega pelo Oriente Médio depois das conquistas de Alexandre o Grande. Destacam-se: estoicismo ou Pórtico (escola fundada por Zenão de Cítio), epicurismo ou Jardim (escola fundada por Epicuro), ceticismo pirrônico (fundado por Pirro de Élis), que, embora não seja propriamente uma escola, influenciou o ceticismo do final da Antiguidade. A Academia de Platão, a escola de Pitágoras e até certo ponto o Liceu de Aristóteles têm continuidade também nesse período.

- Antiguidade tardia (séculos I a V): Nela o pensamento filosófico de língua latina desenvolve-se em Roma e em Alexandria, e o pensamento de influência grega tem continuidade. Principais correntes: estoicismo romano, ou imperial

(com Sêneca e Marco Aurélio), epicurismo (com Lucrécio), neoplatonismo (com Plotino e seu discípulo Porfírio), filosofia (e teologia) cristã (influenciada pelo pensamento grego, sobretudo a escola de Alexandria, marcada pelo platonismo).

II. Período medieval

- Período inicial (séculos V a XII): Com o fim do Império Romano do Ocidente, em 474, devido às invasões bárbaras, e a formação de reinos bárbaros na Europa, o mundo se torna instável política e economicamente e não há produção filosófica, artística, científica expressiva durante esse período. O filósofo mais influente foi Santo Agostinho, que retomou o pensamento de Platão, principalmente através de seus intérpretes de Alexandria, marcando profundamente o desenvolvimento da filosofia medieval.
- Período final (séculos XIII a XV): Corresponde à estabilização econômica e cultural do mundo europeu, à criação das universidades e à influência do pensamento islâmico, sobretudo de sua interpretação da obra de Aristóteles. Os pensadores que se seguem foram fortemente influenciados pela filosofia de Aristóteles, desenvolvendo-a em diferentes perspectivas: Santo Alberto Magno, São Tomás de Aquino, João Duns Escoto e Guilherme de Ockham.
- Filosofia islâmica (séculos VII a XIII): Os árabes islâmicos conquistam, no início do século VII, parte do império Bizantino, incluindo Egito e Síria, onde entram em contato com a filosofia e a ciência gregas, produzindo nos séculos seguintes um pensamento filosófico deveras elaborado e original, mas essencialmente marcado pela origem grega. Quando os árabes conquistam a Península Ibérica, no século VIII, passam a desenvolver, sobretudo em Córdoba, uma filosofia de grande importância, destacando-se Averróis, cuja leitura de Aristóteles influenciará os pensadores europeus cristãos (ver “período final”, da Filosofia Medieval acima).

III. Filosofia do Renascimento (séculos XV a XVI)

Marcada pela ruptura com o pensamento medieval, que se dá sobretudo em regiões como Itália e Países Baixos, dadas as transformações políticas e econômicas do mundo da época. Afasta-se da forte influência de questões religiosas e da leitura de Aristóteles característica do período final da filosofia medieval, retoma o interesse pelos filósofos da Antiguidade, principalmente Platão, e formula um pensamento humanista. Destacam-se: Marsílio Ficino (Florença), Maquiavel (Florença), Erasmo de Rotterdam (Países Baixos), Thomas Morus (Inglaterra) e Michel de Montaigne (França).

IV. Filosofia moderna

- Período inicial (séculos XVI a XVIII): Marcado pela ruptura com o contexto anterior, sobretudo com o pensamento medieval, e pela influência das grandes transformações da época, como a descoberta do Novo Mundo, a Revolução Científica e a Reforma Protestante. Destacam-se: René Descartes, Baruch Spinoza e Gottfried Leibniz (dentre os assim chamados racionalistas), e Francis Bacon, Pierre Gassendi, Thomas Hobbes, John Locke, George Berkeley e David Hume (dentre os assim chamados empiristas). O pensamento renascentista rompe com o medieval, mas promove uma volta aos clássicos greco-romanos. O moderno, por sua vez, busca romper também com os clássicos greco-romanos, defendendo a necessidade de formular um pensamento novo (como afirmam no início desse período, por exemplo, Descartes e Bacon) que evitasse os “erros dos antigos”, como o desconhecimento do Novo Mundo e a crença aristotélica de que a Terra estava no centro do universo.
- Iluminismo (século XVIII): Também conhecido por Século das Luzes, ou Esclarecimento (do alemão *Aufklärung*), caracteriza-se pela valorização da razão como emancipadora em relação às superstições religiosas e ao absolutismo político. Os pensadores deste período valorizam a educação e a ciência, daí a importância do projeto da *Encyclopédie* na França, a primeira enciclopédia moderna. Destacam-se Immanuel Kant, Denis Diderot e Voltaire. Os iluministas assumem explicitamente sua posição e caracterizam sua filosofia como tendo esse papel, portanto não se trata apenas de um rótulo da história da filosofia.²⁹
- Idealismo alemão pós-kantiano (século XIX): Retoma o pensamento de Kant em uma perspectiva crítica. Seu principal pensador, Hegel, dá uma importância central à história, diferentemente de Kant.
- Romantismo (século XIX): Rompe com a valorização, que considera excessiva, da razão e da ciência, vigente desde o início da filosofia moderna, e busca outras formas de expressão, por exemplo na arte e na experiência estética. Destacam-se Schiller, Schlegel e Nietzsche.

V. Período contemporâneo (final do século XIX aos dias de hoje)

De um ponto de vista histórico, não temos ainda o distanciamento em relação ao final do século XIX e ao século XX que esse tipo de caracterização pressupõe. O período contemporâneo se divide em um grande número de correntes filosóficas e pensadores, alguns retomando explicitamente filósofos de períodos anteriores, como no caso do neokantismo, outros desenvolvendo uma perspectiva bastante crítica em relação à tradição racionalista moderna, por exemplo Karl Marx. Correntes contemporâneas, como a Escola de Frankfurt, procuram dar

desenvolvimento ao pensamento de Marx, buscando suas raízes filosóficas em Hegel, por exemplo, e desenvolvendo uma crítica de inspiração marxista à sociedade e à cultura de nossa época, mas levando em conta as características do mundo contemporâneo, como o assim chamado capitalismo avançado, ou tardio. Outras correntes, como o pensamento pós-moderno, inspiram-se no romantismo alemão, criticando a tradição racionalista e a valorização do conhecimento científico no mundo contemporâneo e procurando, ao contrário, desenvolver um pensamento que valorize outras formas de experiência, aproximando a filosofia da arte e dando importância central à estética.

A periodização apresentada corresponde a uma cronologia estabelecida pela tradição, mas que nem sempre equivale a uma divisão nítida entre esses períodos. Há, por exemplo, filósofos considerados pré-socráticos que são posteriores a Sócrates, como Demócrito. O espanhol Francisco Suarez foi um pensador escolástico na linha típica da filosofia medieval, contudo é praticamente contemporâneo de Descartes, considerado um dos inauguradores da modernidade.

Quando estabelecemos a história da filosofia e sua periodização, tendemos, em nosso olhar retrospectivo, a tomar certos filósofos como representativos desses períodos, marcos que servem de referência para uma determinada época, como Sócrates e Descartes nos exemplos acima. Porém nem sempre esses filósofos são efetivamente representativos do contexto em que viveram: muitas vezes são, ao contrário, pensadores que se destacaram por sua originalidade, romperam com os padrões de pensamento vigentes, inovaram a filosofia por suas ideias, fizeram críticas a seus contemporâneos. O historiador da filosofia Richard Popkin, de quem já falamos, dizia que, se quisermos entender o início do pensamento moderno no século XVII e do ceticismo, que começa a ser formulado nessa época, temos que analisar pensadores que usualmente não enfocamos, como François La Mothe Le Vayer, Simon Foucher, Joseph Glanvill e Herbert de Cherbury – e não tanto filósofos como Descartes, pois ele, diferentemente desses outros, foi um pensador original, que se destaca nesse contexto e não reflete tão bem os pressupostos e o modo de pensar de sua época.

A história da filosofia oficial faz uma escolha de pensadores que são certamente os mais expressivos, mas deixa de lado os seus interlocutores, ou os filósofos que os influenciaram. Sabemos que Kant deu grande importância ao filósofo alemão Moses Mendelssohn, que hoje, no entanto, não é mais considerado, exceto por especialistas no Iluminismo alemão. Edward Hyde, o conde de Clarendon, combateu o *Leviatã* de Hobbes, seu adversário político,

porém, enquanto o *Leviatã* se tornou um clássico, a obra de Hyde é pouco conhecida. Hoje certamente consideramos São Tomás de Aquino um dos mais importantes filósofos da Idade Média, porém em sua época ele foi um autor muito especializado, lido apenas por filósofos e teólogos, enquanto Jean Gerson, que foi chanceler da Universidade de Paris e é hoje praticamente ignorado, era um dos filósofos mais estudados e influentes.

A história da filosofia resulta, portanto, da reconstrução e reinterpretação que cada época faz da tradição a partir de suas próprias questões, prioridades e interesses, os quais nem sempre correspondem ao modo como os pensadores e suas obras foram lidos em sua própria época ou à influência que efetivamente tiveram naquele momento.

7. A QUESTÃO DA ORIGEM

A Antiguidade nos fala quando é ela que assim o deseja, e não nós.

VICTOR GOLDSCHMIDT, *Les querelles sur le platonisme*

Conta-se que Sócrates, ouvindo Platão ler seu *Lysis*, disse: “Por Héracles! Como esse jovem me faz dizer coisas que eu nunca disse!”

DIÓGENES LAÉRCIO, *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*

COM BASE NO QUE ATÉ AQUI FOI DITO, podemos afirmar que a noção de “progresso” não faz parte do universo da filosofia. As filosofias se confrontam com a intenção de superar umas às outras, mas a história mostra que, na maioria das vezes, ideias supostamente superadas podem retomar sua força originária tempos adiante, voltando a ocupar posição privilegiada no panorama filosófico. Do mesmo modo, autores e obras são enaltecidos ou esquecidos, dependendo do contexto que os acolhe. São inúmeros os exemplos, alguns já citados em capítulos anteriores, como Schopenhauer, Nietzsche e Marx, filósofos atualmente incluídos na lista dos “grandes” e que foram totalmente incompreendidos e desprezados em sua época. Durante séculos, de Platão, cujas obras eram lidas na Antiguidade, só se valorizava o *Timeu*, porque os temas desse diálogo, em torno do mundo natural, eram mais adequados ao espírito da época. Ele era inclusive o único texto de Platão acessível na Idade Média,^a até a tradução do *Mênon* e do *Fédon* por Henricus Aristippus, no século XII. Até esse século, também a obra sobrevivente de Aristóteles – pois, como se sabe, os textos exotéricos, isto é, dirigidos ao público em geral e não aos já iniciados em filosofia, do filósofo foram perdidos – não era inteiramente conhecida pelos estudiosos europeus, que a ela só tiveram acesso por intermédio dos árabes, que a preservaram, comentaram e reintroduziram no Ocidente.³⁰ Sob todos os aspectos, portanto, o pensamento filosófico se desenvolve de modo inesperado, mas, garantidamente, se for “grande”, assim se mostrará em algum momento da história, como observou Nietzsche em *Assim falou Zaratustra*:

Todo grande homem exerce uma força retroativa: toda a história é novamente posta na balança por causa dele, e milhares de segredos do passado abandonam seus esconderijos – rumo ao sol dele. Não há como ver o que ainda se tornará história. Talvez o passado esteja ainda essencialmente por descobrir!

A filosofia não progride no mesmo sentido em que progridem, por exemplo, as ciências exatas, porque os problemas levantados pelos filósofos são de natureza conceitual. Mesmo problemas matemáticos, como os paradoxos de Zenão – argumentos que demonstravam a inconsistência das teses que defendiam a multiplicidade e o movimento –, se são apresentados através de formulações filosóficas, isto é, de formulações que dizem respeito às próprias bases do conhecimento, desafiam a razão humana e permanecem sem resposta. De fato, muitos filósofos, como Aristóteles, Spinoza, Leibniz, Hegel e outros, tentaram sem sucesso solucionar esses paradoxos, embora Leibniz tenha se inspirado neles, e também nas teses de Descartes, para inventar o cálculo infinitesimal.

É uma das características da filosofia, como vimos em capítulo anterior, a propósito da filosofia socrática, a formulação de questões que são na verdade aporéticas, isto é, que nos colocam diante de uma impossibilidade objetiva de responder ou concluir e que, em consequência, não cessam de solicitar nossa reflexão. É o que parece querer dizer Kant, como também vimos em seu prefácio à *Crítica da razão pura*, quando afirma que “a razão se coloca questões que ela não pode evitar e não tem como responder”. É essa incapacidade de dar respostas definitivas a questões inevitáveis, porque essenciais, um dos principais motivos por que, em filosofia, precisamos voltar ao momento de origem, momento em que se formularam as perguntas mais radicais, no sentido de fundamentais, acerca do que quer que tenha exigido nossa reflexão e compreensão; momento em que o filósofo maravilhado se viu impelido a pensar o que o maravilhava sob a forma de um problema proposto a seu espírito,^b e não como um sinal da presença do sobrenatural ou do divino, tal como acontece nos mitos.

É resgatando esse momento, em que se formaram pela primeira vez os sentidos das mais variadas noções filosóficas, cuja pertinência se mantém ainda hoje, que compreendemos com maior clareza o que é atual e reativamos a força criativa do pensamento. Assim o fizeram diversos filósofos, não para recuperar a “verdade” dos textos originais, mas para recriá-la. Assim o fizeram, por exemplo, Hegel,^c Nietzsche e Heidegger, que trabalharam diretamente com os textos dos antigos gregos, para formular muitas de suas principais teses filosóficas. Em especial, esses três filósofos promoveram um verdadeiro *revival* da filosofia pré-socrática, porque viram em seu pensamento uma grandiosidade

que se opunha ao dualismo da filosofia platônica. A maioria dos filósofos, entretanto, remonta a origem da filosofia a Platão, e não aos pré-socráticos. O próprio Aristóteles, como já dissemos anteriormente, se refere a esses primeiros pensadores não como filósofos, mas como físicos ou fisiólogos, porque sua preocupação central era com a natureza (*physis*), e não com as questões morais. Estas só vieram a predominar no século V a.C., em Atenas, em consequência do crescente desenvolvimento da democracia nas cidades gregas, após as guerras péricas. As práticas democráticas – que se assentavam principalmente sobre dois princípios, o da *isonomia*, igualdade, e o da *eleutheria*, liberdade – viabilizaram a grande revolução, iniciada por Sócrates e os sofistas, que trará para as praças públicas, para as assembleias e tribunais, problemas que dizem respeito especificamente aos homens e às suas leis. É importante portanto que, ao tratar da origem da filosofia, os estudiosos o façam com mais detalhes em relação a esses filósofos. Mas será sobretudo através da filosofia de Platão que se irá construir uma tradição filosófica.

A influência da filosofia de Platão

Ao se considerar a influência exercida pela filosofia platônica no pensamento ocidental, nenhum comentário poderia deixar de citar a famosa afirmação de Whitehead de que a tradição filosófica europeia não passa de “uma série de notas de pé de página a Platão”. De fato, no que concerne à relevância para a filosofia, não só não há assunto que não esteja contemplado na obra de Platão, como não há assunto por ele tratado que tenha sido posteriormente superado. Ao contrário, não se superam os argumentos platônicos, mas a eles ininterruptamente voltamos, como que para vencer as indagações por ele já postas a cada tema. Seria, portanto, uma tarefa titânica dar conta de toda a herança que nos foi legada por Platão. Suficiente é abordar aquela que é a mais polêmica e ao mesmo tempo a mais interessante característica de sua filosofia: o idealismo, isto é, a concepção de que a realidade possui, para além das coisas físicas (*meta ta physika*), uma natureza abstrata que pode e deve ser alcançada pelo intelecto.

O idealismo platônico, uma consequência da famosa “teoria das ideias”, ou, como é também conhecida, “teoria dos dois mundos”,^d foi, e ainda é, objeto da crítica dos filósofos. A “teoria das ideias” aparece em diversos lugares da obra de Platão, porém é mais claramente apresentada nos Livros VI e VII da *República*, onde encontramos três passagens indispensáveis para compreendê-la:

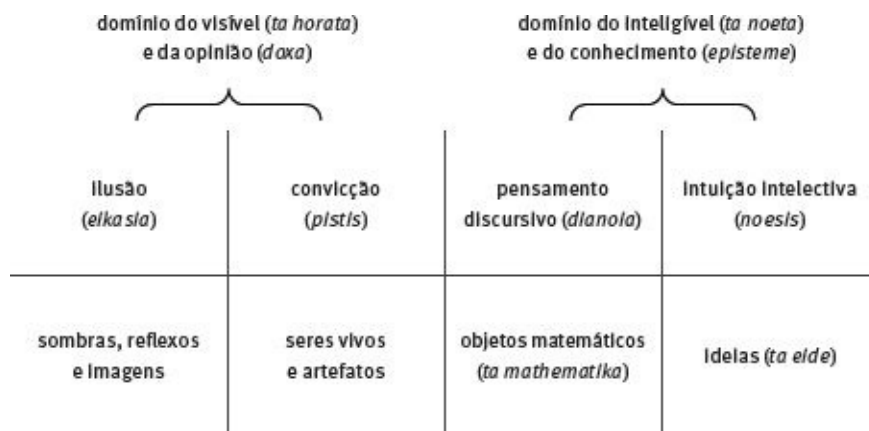
a passagem do Sol (504e-509c); o diagrama da Linha Dividida (VI, 509d-511e); e a alegoria da caverna (VII, 514a-518b).

No diagrama da linha dividida, a teoria das ideias pode ser visualizada e esquematizada. Platão estabelece uma hierarquia entre quatro tipos de objetos do conhecimento, segundo seu grau de inteligibilidade, e faz corresponder a cada um desses graus um tipo de apreensão. A linha é inicialmente dividida em duas partes desiguais: uma correspondendo ao mundo do visível, outra, ao do inteligível. Em seguida é novamente dividida na mesma proporção. Ao domínio do visível pertencem os objetos visíveis e suas imagens; ao do inteligível, as ideias e os objetos matemáticos, que poderiam ser aqui entendidos analogicamente como imagens das ideias.

O diagrama é para ser compreendido tal uma proporção. Assim como as sombras, os reflexos e as imagens são menos reais do que seus modelos – os seres vivos e os artefatos –, assim também toda a ordem do visível é menos real que a do inteligível.

O domínio do inteligível é, para Platão, o domínio da verdade (*aletheia*). Dele fazem parte os objetos matemáticos e as ideias, objetos eternos e imutáveis, que, por essa razão, são considerados ontologicamente (isto é, do ponto de vista de seus graus de realidade) *mais verdadeiros* do que os objetos visíveis e, relativamente à sua verdade, epistemologicamente (isto é, do ponto de vista da possibilidade de serem conhecidos) *mais inteligíveis*.

Abaixo uma ilustração do diagrama. Observem-se os segmentos que correspondem ao mundo visível, onde Platão distingue sombras, reflexos e imagens de seres vivos e artefatos, e os segmentos do mundo inteligível, onde aparecem os objetos matemáticos e as ideias. Acerca dos objetos do mundo visível não é possível o verdadeiro conhecimento; sobre eles só podemos formar opiniões.



Pode-se dizer que essa oposição entre o mundo visível e o inteligível não é meramente teórica. Ela vai triunfar sobre a noção pré-socrática de unidade do cosmo e atravessar toda a história da filosofia, desencadeando uma série de outras oposições dualísticas, como corpo e alma, homens e deuses, falso e verdadeiro etc., oposições que continuam a vigorar até hoje. É a teoria platônica dos dois mundos que mais será enaltecida e também criticada. Conforme observa Victor Goldschmidt, o que fundamentalmente parece incomodar e provocar a polêmica contemporânea em torno das ideias platônicas é justo a teoria dos dois mundos – talvez porque seja ela o principal obstáculo para a compreensão dos diálogos platônicos.

A crítica à teoria das ideias

O primeiro grande crítico de Platão foi sem dúvida seu maior discípulo, Aristóteles. O termo-chave da crítica aristotélica à filosofia platônica é “separação” (*chorismos*). Segundo Aristóteles, é a separação efetuada por Platão – entre os universais como substâncias (*ousiai*) e os sensíveis (*aistheta*), portanto entre a essência dos sensíveis e os próprios sensíveis – a fonte fundamental de todas as dificuldades relativas à teoria das ideias, pois ela desloca a questão original da filosofia, isto é, a busca das causas da realidade perceptível, para a esfera indesejável do suprassensível. Aristóteles atribui à separação um valor negativo e questiona a substancialidade das ideias em função de sua própria concepção de realidade.^e

Na *Metafísica* A, 9, os platonistas (dentre os quais ele próprio se inclui) são acusados de duplicar os objetos a serem explicados, “como se alguém querendo contar coisas pensasse não poder fazê-lo por serem poucas, e achasse que tornando-as mais numerosas fosse capaz de contá-las” (990b 2-3). Nesse mesmo capítulo, Aristóteles lista uma série de argumentos, usados pelos platonistas para provar a existência das ideias, que ele considera não conclusivos. Segundo ele, portanto, a tentativa platônica de determinar a causa formal para explicar a realidade substancial dos fenômenos falhou. Imaginando que o fazem, os platonistas meramente afirmam a existência de outras substâncias, e não explicam como estas podem ser substâncias de coisas perceptíveis, pois sua “participação” é uma palavra vazia. Enquanto substâncias separadas das coisas das quais elas são ditas ser as substâncias, as ideias servem apenas para estender o número de coisas a serem explicadas.

A concepção mais geral que Aristóteles tem do Platão dos diálogos aparece

também na *Metafísica* A (6, 987a 29-b 3).^f Trata-se de uma formulação bastante simplificada da teoria das ideias, que, de modo extremamente econômico e esquemático, descreve o desenvolvimento intelectual de Platão e define os traços fundamentais de sua filosofia a partir das influências recebidas de outros filósofos:

Após as filosofias mencionadas veio a doutrina de Platão, a qual, sob muitos aspectos, seguiu a desses pensadores [pitagóricos], embora também possuísse peculiaridades não presentes na filosofia dos itálicos. Pois desde jovem, tendo-se inicialmente familiarizado com Crátilo e as opiniões heraclíticas – segundo as quais todas as coisas sensíveis estão sempre em fluxo, não podendo acerca delas haver conhecimento (*episteme*) –, a estas permaneceu fiel também posteriormente. Sócrates, entretanto, ocupando-se de questões éticas, e de modo algum da natureza (*physis*) como um todo, procurava o universal nesse âmbito, e foi o primeiro a fixar o pensamento em definições. Aceitando Sócrates, e devido a isto [sua formação anterior], Platão compreendeu haver definição de coisas outras que não as sensíveis, pois lhe parecia impossível que a definição comum fosse de alguma das coisas sensíveis, uma vez que estas estão sempre em mudança. A tais coisas [não sensíveis] ele deu o nome de ideias, e disse que todas as coisas sensíveis são separadas delas e denominadas a partir delas.³¹

A teoria aristotélica dos universais – que irá repercutir em todo o grande debate travado entre os defensores do nominalismo e do realismo no período medieval, que reaparecerá nas principais discussões da lógica contemporânea (nas teses de Frege, Quine, Goodman, dentre outros), e que certamente também influenciará muito uma outra área futura do conhecimento, a linguística, ditando os fundamentos da própria gramática ocidental – tem sua origem justamente na crítica de Aristóteles às ideias platônicas.

A topografia dualista da última teoria platônica dos dois mundos, cuja complexa hierarquia nos é apresentada por Aristóteles nos livros A, M e N da *Metafísica* como sendo uma teoria dos primeiros princípios da realidade, também exercerá grande influência sobre o neoplatonismo, e, através dele, sobre as primeiras concepções filosófico-cristãs que culminam em Santo Agostinho. Nesse filósofo, além disso, a associação que Platão faz entre divino e suprassensível torna-se central para a fundação de sua teologia.

Também a filosofia cartesiana parece ter suas raízes no dualismo platônico. Construída na busca de um fundamento seguro para o raciocínio, ela sustenta a distinção entre a natureza do corpo material e a natureza imaterial da mente, cuja característica é apenas a de ser pensante. Assim, vemos reproduzir-se sobre as sensações o conjunto de desconfianças a respeito de sua capacidade de nos trazer o conhecimento.

As ideias platônicas também estarão presentes no kantismo, por exemplo quando Kant, ao criticar o modo como a metafísica tradicional compreendeu certos conceitos da razão, atribuindo-lhes realidade e autoevidência, reinterpreta

as ideias como servindo apenas ao uso regulativo da Razão. Do idealismo platônico, o que se desdobra é quase toda a história da filosofia, e os exemplos poderiam ser aqui multiplicados exaustivamente.

A teoria dos dois mundos e o idealismo que a partir dela se inaugura foram motivo também de muita polêmica na história do pensamento ocidental. Pode-se dizer que todo o antiplatonismo se dirige preferencialmente a esses aspectos da filosofia de Platão. Talvez o exemplo mais contundente seja a filosofia de Nietzsche, que, em sua “fidelidade à terra”, guarda grande hostilidade contra a filosofia do suprasensível. Mas ele de modo algum se inclui entre os muitos cujos comentários a Platão e à sua filosofia são meramente difamatórios.^g A crítica de Nietzsche, que conhecia profundamente a língua grega e a obra de Platão, possui a seriedade daqueles que criticam não para derrubar seu opositor, mas porque têm preocupações legitimamente filosóficas. Em sua esteira, muitos se opuseram com a mesma gravidade a Platão, e o século XX viu travar-se uma grande polêmica contra a teoria das Ideias.

É compreensível que o século XX, especialmente perseguido pela ideia de que forças obscuras estão sempre conspirando contra o sujeito ou seu grupo, tenha guardado um apetite especial para a crítica a Platão. Certamente não é à toa que tanto o marxismo quanto a psicanálise tenham encontrado, nesse século, um campo propício ao seu florescimento. Ambos são exemplos do espírito desmistificador que o caracteriza. O marxismo, explicando as relações sociais e de poder a partir das relações de produção, denuncia estruturas opressoras na sociedade; a psicanálise, atribuindo aos fatos da vida uma causa oculta, “inconsciente”, denuncia estruturas opressoras nos indivíduos e na cultura. Ambos conduzem à ideia de que há uma verdade que não é aparente, mas está encoberta em razão de algum interesse oculto, seja coletivo ou individual.^h O *topos* dessa verdade não se encontra, entretanto, no sentido ascendente, mas descendente, isto é, a verdade não se situa para além do homem, e sim, mais profundamente, no próprio homem e em suas relações. Como observou Victor Goldschmidt, o século XX não tem medo dos *arrières mondes*, ao contrário: o que se supõe estar ao fundo deve ser explorado e vasculhado. Trata-se de reconquistar o concreto, como disse Jean Wahl, e de substituir a transcendência pela transdescendência em sentido inverso, onde o que se alcança não é o inefável. Essa exploração, como mostra ainda Goldschmidt, torna-se necessariamente polêmica contra os interditos que antes impediam o seu acesso. Nela, a valorização de certos termos provoca a simétrica depreciação de outros. Foi esse mesmo movimento que conseguiu reabilitar autores “malditos” como Sade, Baudelaire, Blake, Rimbaud, Strindberg, e, entre os filósofos, Machiavel,

Hobbes – e antes deles “um grupo que a hipocrisia dos filósofos ‘oficiais’ procurou desacreditar pela infâmia do próprio nome que lhes foi dado: os sofistas. Nesse sombrio processo que a filosofia dominante intentou contra os heréticos e marginais, Platão, o primeiro, tem o papel pouco brilhante de promotor geral.”³² Ora, dentro desse espírito, denunciar o idealismo de Platão é não só uma manifestação que se tornou bem-vinda pela vontade desmistificadora desse século, mas, sobretudo, a arma mais eficaz, mais competente, na tarefa de desmistificação. Aqui o mal é atacado pela raiz, uma vez que a filosofia de Platão está na base das complexas estruturas desse enorme edifício que é a cultura ocidental, uma cultura que hoje olha a si mesma com muita desconfiança.

O idealismo platônico está também na raiz do elã ocidental pelo conhecimento. Ao supor a existência de realidades suprassensíveis mais reais do que as sensíveis, Platão introduz a possibilidade de um conhecimento verdadeiro ser alcançável pelo intelecto humano; e, ironicamente, o que era de início uma suposição que visava ao aprimoramento da capacidade intelectual humana, e não à ultrapassagem dos seus limites, dá origem a toda uma tradição científica que aposta na conquista do que podemos considerar não só impossível mas também absolutamente inadequado, na medida em que essa aposta exhibe um orgulho que, como se sabe, Platão desaprovava.

Por outro lado, esse idealismo, ainda que não como influência direta, mostra-se presente no fato de os físicos contemporâneos admitirem que realidades imateriais da ordem da pura inteligibilidade possam ser fundamento da matéria. Werner Heisenberg, o autor do famoso princípio da incerteza (ou da indeterminação), reconhecendo as antecipações de determinadas descobertas da física quântica no *Timeu*, chega mesmo a se perguntar se Platão não estaria correto em acreditar que a abstração é o fundamento do mundo, e confessa reverenciar o idealismo platônico em detrimento do materialismo de Demócrito. Contra a perspectiva materialista defendida pelos atomistas, Leucipo e Demócrito, segundo a qual a realidade se constituía a partir de partículas materiais mínimas e indivisíveis, a física de Platão apresenta a tese de que as menores partículas da matéria não são nem indestrutíveis nem inalteráveis, mas, “ao contrário, podem ser resolvidas em triângulos ou reconstruídas a partir de triângulos”, isto é, de figuras geométricas que não possuem dimensões espaciais ou materiais, mas que são formas matemáticas, ou meras construções intelectuais.

As áreas da filosofia

Uma outra questão que se conecta com o problema da origem são as ramificações da filosofia. No pensamento contemporâneo, ela se divide tradicionalmente em seis grandes áreas: metafísica, epistemologia ou teoria do conhecimento, ética, política, estética e lógica. Contudo, essa concepção é recente. Entre os primeiros filósofos, as questões sobre a natureza, o ser humano e sua existência e seu modo de vida na cidade eram ainda indissociáveis.

Se tomarmos Platão como exemplo, veremos que, na *República*, discute-se o conhecimento e a verdade, a arte e o papel do artista na sociedade, o método de se investigar um problema filosófico e de se educar os cidadãos, e tudo isso faz parte de um único diálogo, cuja questão central é a Justiça, e cuja proposta é definir um modelo de cidade justa para a sociedade da época, em uma crítica aberta ao processo político em Atenas. A *República* pode assim ser vista como uma obra de metafísica, de teoria do conhecimento, mas também de filosofia política e de filosofia da educação.

Por outro lado, encontramos, na *República*, no já citado diagrama da linha dividida (Livro VI), uma divisão de áreas do saber baseada no contraste entre o conhecimento ainda obscuro do homem comum, aquele que somente reconhece sombras, reflexos e imagens (como é descrito também na alegoria da caverna), e o conhecimento mais desenvolvido das artes e das ciências naturais, quando o homem sabe distinguir as sombras de objetos naturais e artefatos, e, em seguida, em etapa mais avançada, o conhecimento abstrato dos geometras do conhecimento mais elevado do dialético, que é capaz de alcançar os primeiros princípios, isto é, as ideias. Cada etapa tem seu objeto próprio e uma metodologia adequada para o conhecimento desse objeto. Talvez esse texto possa ser considerado um dos pontos de partida da divisão do saber em diferentes áreas, havendo já aí um esboço das diferenças entre a ciência natural, as ciências matemáticas e a metafísica, bem como de uma discussão metodológica, sobre a adequação do conhecimento à natureza de seu objeto.

No *Timeu*, como já mencionamos acima, Platão, ao discutir a origem do cosmo e suas leis de funcionamento, nos oferece uma teoria astronômica e uma teoria da estrutura da matéria. Mas não apenas isso: ele desenvolve também diversas teses sobre a natureza humana, incluindo referências à tradição mítica.

Aristóteles formula, em dois textos fundamentais, *Metafísica* e *Segundos analíticos*, uma distinção geral entre três tipos de saber: 1) o saber teórico (*episteme*), que consiste no conhecimento da realidade natural com base em princípios gerais, presente em obras que vão desde a própria *Metafísica* (ou melhor, os tratados posteriormente reunidos sob esse nome) até os tratados de ciência natural, desde a *Física* aos livros sobre biologia; 2) o saber prático,

discutido na *Ética a Nicômaco* e na *Ética a Eudemo* e na *Política*, que se distingue do teórico porque seu objetivo não é o conhecimento de uma realidade determinada, mas o estabelecimento das normas e critérios da boa forma de agir, isto é, da ação correta e eficaz; 3) o saber produtivo ou *poiesis*, analisado sobretudo nos estudos de estética, isto é, das artes produtivas ou criativas, como a célebre *Poética* e a *Retórica*. A lógica não faz parte da divisão inicial do sistema de saber proposto por Aristóteles. Na verdade, a lógica (o termo usado é *analytika*) constitui muito mais um saber instrumental de importância metodológica, que perpassa todos os saberes.

Também na Antiguidade encontramos a proposta dos estoicos de divisão da filosofia em três grandes áreas, formando o que ficou conhecido como “árvore do saber”: a física, a lógica e a ética. A física corresponde às raízes da árvore, a lógica ao tronco e a ética aos frutos. De certa forma, os frutos são o mais importante, mas os princípios éticos estão em última análise relacionados às leis da natureza de que a física trata e que garantem a harmonia ou equilíbrio do cosmo e do microcosmo, isto é, do ser humano.

Essa imagem perdura em grande parte da tradição e se encontra ainda, no início da modernidade, em Descartes, que usa a imagem da “árvore do conhecimento” de que falamos, pondo a metafísica como as raízes, a física como o tronco e as ciências específicas, por exemplo a medicina, a mecânica e a moral, como os ramos.

A divisão contemporânea da filosofia em várias áreas resulta do progressivo desenvolvimento e especialização dos saberes – que, ao mesmo tempo em que torna impossível ao filósofo ter um conhecimento completo de todas as áreas, tende a constituir, além das áreas tradicionais da filosofia, outras específicas, como filosofia da linguagem, filosofia do direito, filosofia da educação, que consistem em uma reflexão filosófica sobre os fundamentos desses saberes e sobre sua metodologia.

Segundo o filósofo da linguagem contemporâneo John L. Austin, “na história das investigações humanas a filosofia tem o lugar de um sol, um centro primordial, seminal e tumultuoso que, de tempos em tempos, lança para fora uma parte de si mesmo que se tornará uma ciência, um planeta mais frio e bem regulado, progredindo constantemente para um lugar final distante. Isso aconteceu há muito tempo com o nascimento da matemática, e depois com o nascimento da física.”³³

Portanto, mais do que um ponto de referência meramente histórico – o primeiro a partir do qual se teria desenvolvido essa atividade intelectual, a filosofia –, a origem da filosofia é, como sugere Pierre Aubenque, referindo-se

especificamente à “filosofia antiga”, a matéria mesma no interior da qual se constituiu esse modo específico de pensar, dizer e argumentar a que ainda hoje chamamos de filosofia. Penetrar em suas questões é, pois, penetrar no sentido do que ainda é para nós essa atividade.

^a Uma das principais razões para o predomínio do *Timeu* na Idade Média foi o fato de ele, ao contrário de outros textos, ter sido preservado e divulgado pelas primeiras traduções e comentários. O primeiro comentário parece ter sido escrito por Crantor, um membro da antiga Academia, entre a segunda metade do século IV e o início do III a.C. A primeira tradução para o latim foi feita por Cícero, no século I a.C., mas abrangia apenas uma parte do diálogo. A tradução latina mais influente foi a de Calcidius, no século IV, e o comentário mais famoso o de Proclus, no século V. Através de Galeno, que resumiu trechos não traduzidos por Cícero, o *Timeu* foi introduzido no mundo árabe, onde era considerado, ao lado da *República* e das *Leis*, o mais importante texto de Platão.

^b “Maravilhar-se (*thaumazein*): não é outra a origem da filosofia”, declara Sócrates (Platão, *Teeteto*, 155d). O mesmo é dito por Aristóteles, na *Metafísica*: “Foi com efeito pelo maravilhamento (*thauma*) que os homens foram levados a filosofar” (982b 13).

^c A famosa dialética hegeliana, noção central da filosofia de Hegel, envolve também uma crítica à separação platônica dos mundos e a consequente oposição entre Ser e Devir, oposição característica dos diálogos platônicos da maturidade e que ainda é alvo da crítica de filósofos contemporâneos. Inspirado no pensamento de Heráclito, que compreendia a realidade como puro devir, Hegel pensa o Absoluto como um processo que assimila Tempo e História. Assim como a realidade constantemente se altera, sem entretanto perder sua identidade – como o rio que flui sem deixar de ser rio, conforme exprimem diversos fragmentos de Heráclito –, ao contrário, ela se produz pelo encontro dos opostos, assim também, para Hegel, o Ser, tudo o que é, é unificado pelo princípio do devir, sendo as contradições e negações inerentes e internas às coisas.

^d Estamos usando aqui alternativamente duas expressões consagradas, “teoria das ideias” e “teoria dos dois mundos”, embora não apareçam nem em Platão, nem em Aristóteles.

^e A realidade é analisada por Aristóteles sob dois aspectos fundamentais, matéria (*hyle*) e forma (*morphe* ou *eidos*), sendo que este último ele identifica com a essência (*to ti en einai*). O composto “matéria + forma” (*synolon*) é substância (*ousia*) apenas em virtude da forma, que é a atualização da potencialidade da matéria; a substância, portanto, é estritamente a forma ou essência como atualidade anterior à potência, que é matéria, mas *inseparável* dessa matéria da qual ela é apenas o aspecto determinado.

^f Aristóteles atribui a Platão, especialmente na *Metafísica* (A, M e N), princípios metafísicos que, em sua expressão e também em seu conteúdo, diferem das lições dos diálogos. Segundo ele, oralmente Platão afirmava que não é a Ideia o fundamento do Ser, e sim dois outros princípios que a antecedem: o Um (*to hen*) e o Grande-e-o-Pequeno (*to mega e to mikron*), princípios matemáticos postulados provavelmente com o intuito de resolver o problema da participação, o qual, como se sabe, já preocupava Platão desde, pelo menos, o *Parmênides*.

^g Entre esses difamadores estão, por exemplo, Bacon, Voltaire, o poeta inglês Walter Savage Landor e o historiador britânico Thomas Macaulay. Bacon difamava o que ele próprio definia como o ambicioso modo platônico de especular. Voltaire ridicularizava Platão por ter inventado o cristianismo antes mesmo de conhecê-lo. Landor compõe um diálogo imaginário no qual Platão é duramente atacado por seu antigo detrator Diógenes e acusado de quase todos os crimes que, mais tarde, se enquadrariam na lista do calendário antiplatônico. E Macaulay, em seu ensaio sobre Bacon, substitui Verdade, Beleza e Bem por bandeiras baconianas inscritas com os lemas do progresso científico e da cura de todos os males humanos.

^h A psicanálise parece especialmente comprometida com esse espírito desmistificador, na medida em que a construção de sua teoria envolve a assunção de uma noção de sujeito em que a *psyche* humana tornou-se uma espécie de poço sem fundo para o qual remete-se infinitamente a tentativa de desvendá-la.

8. OS PRINCIPAIS CONCEITOS DA FILOSOFIA EM SUA ORIGEM

EM SUA ORIGEM, nos séculos VII-VI a.C., a filosofia é centralmente uma preocupação com a natureza (*physis*), isto é, com tudo aquilo que se apresenta fenomenologicamente no cosmo, sendo que o conjunto das coisas que formam a unidade “*kosmos*” abrange não apenas o que se manifesta materialmente, mas também psicológica, espiritual ou mesmo sobrenaturalmente. Considere-se, por exemplo, a afirmação do pré-socrático Tales de Mileto de que mesmo os seres inanimados poderiam estar vivos e de que tudo está repleto de deuses.³⁴ Mais tarde, com as transformações políticas ocorridas em Atenas, durante o período que vai de aproximadamente 480 a.C. a 390 a.C., essa preocupação se desloca para as questões humanas. No decorrer desses séculos, desenvolve-se uma série de conceitos filosóficos que irão fundamentar as teorias desses e de futuros pensadores.

Neste capítulo, preocupamo-nos em apresentar, resumidamente, alguns desses conceitos. No caso dos pré-socráticos, as noções detalhadas aqui envolvem uma “visão de mundo” bastante diversa daquela que estará ao fundo da filosofia de pensadores posteriores, mas ainda assim pertencentes ao grupo de fundadores da filosofia, como os sofistas, Sócrates e Platão, cujas reflexões abalaram e revolucionaram a Atenas dos séculos V-IV a.C. Pode-se dizer que os primeiros pensadores concebiam o mundo como uma unidade indissolúvel, abrangendo as ordens humana e divina, conforme mostram os fragmentos que nos restam de suas especulações sobre o cosmo, e que os sofistas e Sócrates foram os principais responsáveis por desviar as atenções para o problema antropológico – bem como Platão, especialmente por introduzir o que Aristóteles chamou de “separação” (*chorismos*) entre essas ordens, como já vimos no capítulo anterior.

Com relação especificamente à filosofia dos pré-socráticos, a interpretação de Aristóteles é a responsável pelas interpretações exageradamente materialistas de sua filosofia. Conforme a passagem abaixo transcrita, Aristóteles supõe que esses pensadores estivessem procurando o princípio de tudo em elementos puramente materiais – água, terra, fogo e ar etc.

Dos primeiros filósofos, a maioria considerou os princípios de natureza material como sendo os únicos princípios de tudo o que existe. Aquilo de que são constituídas todas as coisas, o primeiro elemento de

que nascem e o último em que se resolvem (persistindo a substância, mas mudando em suas determinações acidentais), a isso chamam eles o elemento e o princípio das coisas, julgando, por conseguinte, que nada é gerado ou destruído, já que essa espécie de entidade se conserva sempre, assim como não dizemos que Sócrates nasce quando se torna belo ou músico, ou que deixa de existir quando perde essas características, porque persiste o substrato em si, que é Sócrates. Da mesma forma, dizem eles que nenhuma outra coisa nasce ou deixa de existir, pois deve existir alguma entidade – uma ou mais de uma – da qual se originam todas as coisas, enquanto ela própria se conserva. Nem todos eles concordam, porém, quanto ao número e à natureza desses princípios. Tales, o fundador desse tipo de filosofia, diz que o princípio é a água (por esse motivo afirmou que a Terra repousa sobre a água), sendo talvez levado a formar essa opinião por ter observado que o alimento de todas as coisas é úmido e que o próprio calor é gerado e alimentado pela umidade: ora, aquilo de que se originam todas as coisas é o princípio delas.³⁵

Já Sócrates e Platão buscavam uma causa não material. Sócrates, por exemplo, no *Fédon*, diz ter se interessado pelo livro de Anaxágoras porque havia ouvido dizer que esse filósofo teria concebido o *nous* (a inteligência) como causa de todas as coisas, mas, ao ler o livro, se decepçiona, porque o *nous* de Anaxágoras era, ao fim e ao cabo, matéria. Por sua vez, Platão irá supor que as ideias, entidades separadas da matéria, são o princípio de tudo, tendo cometido, ainda segundo Aristóteles, um erro que Sócrates não cometeu: o de separar os universais dos particulares, isto é, o de considerar que a essência das coisas sensíveis encontra-se não nas próprias coisas, mas fora delas.

Com relação às ideias, devemos primeiro examinar a própria teoria das ideias não a conectando de modo algum com a natureza dos números, mas tomando-a conforme originalmente compreendida por aqueles que primeiro afirmaram haver ideias. Os defensores da teoria das ideias foram levados a ela pelo fato de, na questão sobre a realidade das coisas, terem aceitado os dizeres heraclíticos que descrevem todas as coisas sensíveis como sempre mudando, de modo que, se houvesse conhecimento e pensamento de algo, deveria haver certas naturezas outras duradouras, para além das naturezas sensíveis, pois não poderia haver conhecimento das coisas que fluem. Mas Sócrates estava se ocupando das virtudes morais, e com relação a elas tornou-se o primeiro a procurar defini-las de modo universal. Ele com razão investigava a essência (o *ti estin*), pois estava procurando silogizar e a essência é o princípio do silogismo Duas coisas podem ser justamente atribuídas a Sócrates – o argumento indutivo e a definição universal –, ambas conectadas com o princípio do conhecimento. Mas Sócrates não deu aos universais ou às definições uma existência independente. Aqueles pensadores, entretanto, deram a eles uma existência separada, e esse era o tipo de coisa ao qual eles chamavam de ideia.

Eles [os defensores das ideias] pensavam que os particulares no mundo sensível estavam em estado de fluxo e nenhum deles era estável, mas que o universal é independente e algo diferente destes. Sócrates deu impulso a essa teoria ... em razão de suas definições, mas ele não separou os universais dos particulares; e ele estava certo em não separá-los.³⁶

Embora sejam, sob muitos aspectos, divergentes, essas “visões de mundo” têm em comum o fato de estarem buscando uma explicação causal da realidade, distinta da que aparece nos mitos. Os mitógrafos também se preocupavam em explicar as causas dos fenômenos, mas suas explicações não são argumentativas,

isto é, não estabelecem conexões causais, segundo a necessidade e a verossimilhança, entre o fenômeno e aquilo que pode tê-lo provocado. Ao estabelecer nexos causais, as explicações filosóficas têm de ser racionalmente persuasivas, enquanto as explicações míticas podem ser apenas críveis. Na filosofia os nexos causais estabelecidos devem convencer a razão, e podem ser refutados e substituídos por outros; já os mitos explicam os fenômenos através de contos que não podemos refutar, porque são apenas “contos”, nos quais podemos acreditar ou não.

Uma vez esclarecidos os pontos que separam radicalmente essas duas abordagens surgidas no tempo em que se origina a filosofia, podemos agora passar à explicação de alguns conceitos, introduzidos por esses filósofos, que se tornaram fundamentais para a tradição filosófica.

Glossário de conceitos-chave

Aletheia

A palavra grega *aletheia* é composta de um *a-* privativo e do verbo *lanthano*, que quer dizer ser ou estar esquecido, donde verdade, no sentido de um dizer sincero, que não esconde nada, por oposição a mentira. Assim, por exemplo, em Homero: “Se és mesmo um dos homens de Aquiles, dize-me a verdade...” (*Ilíada*, canto XXIV, v.407), e também: “Sobre o notável Peleu, não te posso dizer coisa alguma, mas no que diz respeito a teu filho querido Neoptólemo, hei de contar-te a verdade...” (*Odisseia*, canto XI, v.507).

A palavra só se torna um “problema” com o *Poema* de Parmênides, onde é associada à noção de “ser”.³⁷ No poema, que se divide em duas partes, intituladas “Via da verdade” e “Via da opinião”, a verdade é por um lado aquilo que se opõe ao mundo do devir e da opinião e, por outro, aquilo que deve ser buscado pelo único caminho que a ela dá acesso: o caminho do “é”. Na via da verdade, diz Parmênides, há dois caminhos de investigação a serem pensados, “o que é e não pode não ser, o que não é e é necessário que não seja”. Do “não-é” deve se afastar aquele que deseja conhecer, diz Parmênides, pois o não-ser é “nada”, e o que nada é, é inacessível, inconcebível e indizível.³⁸

No século V, os sofistas Górgias (*Tratado do não-ser*) e Protágoras (*Discurso sobre a verdade*; também em Platão, *Teeteto*, 166) distorcem a tese de Parmênides, que identifica ser, pensar e dizer, afirmando que a verdade não é mais do que um efeito da força criativa do *logos* (isto é, palavra, discurso,

linguagem), pois, se não é possível dizer o falso, todo discurso é necessariamente sempre verdadeiro. As consequências dessa tese, que nega a possibilidade de se dizer o falso, foram bastante graves para a política ateniense, uma vez que as decisões em assembleias eram tomadas segundo a força persuasiva da palavra, e não porque se mostrassem melhores ou piores, benéficas ou prejudiciais.

Na passagem da linha dividida (*República*, 509d-511e), Platão já havia restabelecido a conexão parmenídica entre ser e *aletheia*, quando distinguiu ciência (*episteme*) de opinião (*doxa*), para mostrar que somente a ciência pode alcançar a verdade. E, contra a tese sofística da impossibilidade de se dizer o falso, ele empreende, no *Sofista*, uma verdadeira caça ao “indecifrável, misterioso e bem refugiado sofista”, na expectativa de encontrar para essa personagem uma definição que derrubasse sua pretensão. Platão parece desistir dessa difícil tarefa quando se dá conta de que as definições alcançadas não cercaram de fato a sua presa – pois o próprio filósofo, que dele deveria se distinguir, acaba se enquadrando em uma de suas definições. Encaminhando a questão de uma outra maneira, vê-se obrigado a cometer um “parricídio” e “matar” seu “pai” Parmênides, mostrando que o não ser é e que, portanto, é possível dizer o falso.

O conceito de *aletheia* foi problematizado na filosofia contemporânea por Martin Heidegger. Em *A doutrina platônica da verdade*, texto em que interpreta a alegoria da caverna (passagem da *República* que repete de maneira alegórica o conteúdo do diagrama da linha dividida), Heidegger mostra que, a partir de Platão, teria ocorrido uma transformação na natureza da verdade (*aletheia*), cuja consequência básica teria sido a subordinação do ser à correta percepção dos entes.^a Essa subordinação não é, segundo ele, uma mera troca de lugares: ela envolve uma degeneração no conceito de verdade, uma degeneração que se realizará através de muitas gerações de filósofos e que, segundo Heidegger, caracterizará a história da filosofia ocidental como metafísica.

Para ele, na alegoria da caverna a questão do significado do ser é deslocada para a questão do significado da verdade, ou melhor, a noção de verdade passa a ser mais determinante para o destino da metafísica do que a noção de ser, pois será ela que, como *paideia* (formação, palavra que Heidegger traduz para o alemão por *Bildung*), irá guiar um modo de conceber o ser. A alegoria da caverna, cujo objetivo era trazer à luz a essência da *paideia*, é na verdade a descrição de uma mudança na essência da verdade.

A palavra grega *arkhe* significa, ao mesmo tempo, “comando” e “princípio”. No sentido de “comando”, é usada no discurso histórico-político (por exemplo, como “ponto de partida” do relato de um historiador, como “magistratura” exercida na cidade); no sentido de “princípio”, a palavra é usada no discurso filosófico, significando “aquilo do qual derivam todas as coisas”, o princípio de todos os elos causais das explicações da realidade, donde princípio primordial, ou fundamento, de todas as coisas.

Para os pré-socráticos, a *arkhe* é buscada entre os elementos que se manifestam na *physis* (esse sentido, de primordialidade, às vezes faz com que a palavra equivalha à própria *physis*). Supõe-se que alguns deles, especialmente Anaximandro, tenham usado o termo para descrever o caráter do elemento ao qual se reduzem todos os demais, mas o fato de só terem restado fragmentos desses pensadores não nos autoriza a afirmar com certeza que eles assim o tenham feito. A afirmação de Aristóteles de que os pré-socráticos acreditavam que a *arkhe* de tudo fosse material parece se confirmar com relação àqueles pensadores que elegem como *arkhe* elementos da natureza (por exemplo, Tales, a água, Anaxímenes, o ar, e Empédocles, os quatro elementos). Segundo alguns pré-socráticos, entretanto, o princípio (*arkhe*) parece ser mais abstrato, por exemplo o ilimitado (*apeiron*) de Anaximandro, a inteligência (*nous*) de Anaxágoras e o número de Pitágoras (embora, segundo Aristóteles, o número pitagórico fosse materialmente concebido e, segundo Sócrates, no *Fédon* de Platão, também o *nous* de Anaxágoras).

A palavra *arkhe* desempenha um papel muito importante para o pensamento do próprio Aristóteles, que, na *Metafísica*, define a filosofia como “o conhecimento dos primeiros princípios (*arkhai*) e causas” (A 2, 982b 9) – considerando, portanto, que, sob esse aspecto, a busca dos pré-socráticos pelos princípios se inclui na história da filosofia.^b Aristóteles, entretanto, critica-os por só terem considerado as causas materiais, deixando de lado as causas formal, final e eficiente. À visão de que a realidade ou natureza das coisas que existem naturalmente é a matéria subjacente a cada uma delas – visão que ele atribui em bloco aos pré-socráticos, na *Metafísica* –, Aristóteles opõe a noção de que a forma (*morphe* ou *eidos*) é o elemento subjacente a cada uma das coisas que existem naturalmente, pois a forma é, segundo ele, mais verdadeiramente *physis* do que a matéria, uma vez que “as coisas que são, ou vêm a ser, só atingem sua natureza quando adquirem a forma que define a sua essência” (*Metafísica* D, 4, 1014b 35-1015a 5).

Nome geral dado por Platão ao método filosófico por excelência. A palavra “dialética” traduz na verdade não um substantivo, mas um adjetivo (*dialektikê*), e sob o substantivo “dialética” subsumimos tudo aquilo que esse adjetivo qualifica: arte (*techne*), faculdade (*dynamis*), ciência (*episteme*) etc. Além disso, ao adjetivo grego associam-se as vozes média e ativa do verbo *dialego*: respectivamente *dialegesthai*, que quer dizer conversar, e *dialegein*, que comumente quer dizer discriminar, separar (por exemplo, *Fedro* 226b-c; *Sofista* 253d-e).

Dialética e filosofia não têm sentidos distintos em Platão, assim como têm, por exemplo, metodologia e epistemologia, para nós, quando dizemos que a primeira é técnica, instrumental, em relação à segunda.^c Dialética e filosofia têm objetivos idênticos: “saber o que cada coisa é” (*República* 533b), “procurar a essência (*ousia*) de cada coisa” (*República* 534b), “daquilo que nunca nasce ou perece, mas que é sempre identicamente o mesmo” (*Filebo* 61e). Mesmo onde a dialética poderia adquirir um sentido eminentemente técnico, não só em razão dos nomes que qualifica (método, faculdade etc.), mas porque está sendo objeto do que poderíamos propriamente chamar de uma metodologia (no *Mênon*, *Fédon* e *República*), a identidade com a filosofia permanece. Na passagem da linha dividida (*República* 509d-511e), por exemplo, os termos *dialektikos* e *philosophos*, assim como *dialektike* e *philosophia*, são intercambiáveis. Tanto faz aí dizer que o domínio da inteligência (*noesis*) pertence ao dialético ou ao filósofo, assim como é indiferente dizer que o procedimento em curso é dialético ou noético.

O primeiro a separar o método da atividade da qual ele é método foi Aristóteles. Nos *Tópicos*, onde é questão uma teoria da dialética, esta é explicitamente transformada numa técnica que pode ser aprendida independentemente do estudo de qualquer realidade, podendo, em consequência disso, ser aplicada a qualquer ciência ou a nenhuma. Mas, enquanto para Aristóteles a dialética pode ser uma espécie de treino do pensamento, algo que precede o próprio pensamento, um procedimento mecânico para diminuir-lhe os erros, para Platão ela não pode nunca substituir o pensamento. Ao contrário, a dialética é, para ele, a mais alta forma do pensamento, “a única arte ou ciência verdadeiramente desperta” (*República* 533c), porque só ela é capaz de conhecer o que cada coisa é, na medida em que o que é realmente, só a reflexão crítica, a avaliação comum do que é interior à consciência de cada um, pode pretender conhecer e julgar.

Eidos, idea

As ideias platônicas não devem ser entendidas como “pensamento” ou “conteúdo de pensamento”, mas como algo que possui uma realidade objetiva, cuja eternidade e imutabilidade as distinguem de tudo o que é mutável no real. Platão usa uma série de imagens para descrever essas entidades. No *Fedro* elas são chamadas de “a realidade que realmente é sem cor (*achromatos*), sem figura (*aschematistos*), intangível (*anaphes*); a que não pode ser contemplada a não ser pelo piloto da alma, o intelecto (*nous*)”. No *Banquete*, a descrição da ideia de belo, feita pela sacerdotisa Diotima, chega a lembrar em alguns momentos as do ser parmenídico: ela é eterna, não está sujeita à geração ou à destruição, nem ao aumento ou à diminuição; ela não é bela sob um aspecto e feia sob outro, tampouco é ora bela e ora não; não é uma beleza relativa à multiplicidade das aparências ou das opiniões; também não é representável como os contornos visíveis que pertencem a um corpo, nem como um discurso ou conhecimento, ou como existente num sujeito distinto ou em qualquer outra coisa que viva, seja na terra ou no céu. Ela é ela mesma, nela mesma, e por ela mesma, na eternidade e unidade de sua forma; e todas as coisas belas, às quais convêm as determinações que dessa beleza se excluem, o são porque dela participam, mas de tal forma que nenhuma de suas modificações a afeta.

A expressão popular “mundo das ideias” não ocorre nos *Diálogos*, mas encontra sua razão de ser no fato de algumas vezes Platão parecer fazer uma topologia das ideias. Por exemplo, no *Fedro*, aparecem expressões que se referem a essas entidades como se elas estivessem situadas em algum lugar, embora sua natureza não permita a atribuição de localização: realidade que está no “lugar supraceleste” (*ton hyperouranion topon*), também chamado de “Planície da Verdade” (*to aletheias pedion*). Além disso, o inteligível tem uma hierarquia que, quando é mencionada, o é por meio de imagens espaciais, pois o acesso às ideias, a contemplação “do que é realmente real” (*to on ontos*), se dá através de passos ascendentes, sempre em direção a um cume onde se veria o mais alto de todos os objetos inteligíveis: o Bem (*to agathon*), ou o Belo (*to kalon*).

Kosmos

A palavra grega *kosmos* é derivada do verbo *kosmeo*, que quer dizer exatamente “ordenar”, “arrumar”, não de uma maneira qualquer, mas de um modo que

destaque a beleza do que está sendo ordenado (deriva-se de *kosmos*, por essa razão, o nosso termo “cosmético”). Segundo a tradição, o primeiro a empregar a palavra *kosmos* no sentido de “mundo” ou “universo” ordenado – por oposição ao caos (*khaos*), que seria precisamente a falta de ordem, o estado da matéria anterior à sua organização – foi Pitágoras. A ideia de que o *kosmos* possui leis e princípios que o regem e o organizam é partilhada por todos os filósofos gregos. Heráclito parece ter sido o primeiro a afirmar a eternidade do *kosmos*: “Este *kosmos* (o mesmo para todos) sempre foi e será. É um fogo sempre vivo, que se acende com medidas e com medidas se apaga.”

Para Platão, no *Timeu*, o *kosmos* é resultado da arte de um demiurgo divino que, não sendo egoísta, mas bom e generoso, quis que ele fosse o mais semelhante possível a si próprio e ao modelo imutável que contemplou para criá-lo. Por essa razão, além de vivo e eterno, o *kosmos* de Platão é o mais belo possível: ele é harmonioso, obedecendo a leis matemáticas, e é único, não havendo outros mundos para além dele.

Segundo ainda o *Timeu*, o *kosmos* possui um corpo e uma alma. A alma do mundo é composta a partir de uma substância que se divide segundo uma fórmula matemática que corresponde aos intervalos de uma progressão melódica. A intenção de Platão é que à construção da alma do mundo corresponda a construção de uma escala musical. Uma vez realizada a construção da alma, o demiurgo coloca então em seu interior tudo o que é corporal, e, fazendo coincidir o meio do corpo com o meio da alma, coloca-os em harmonia. Estendida em todas as direções, desde o centro até as extremidades do céu, e também para além dele, envolvendo-o externamente e girando sobre si mesma, a alma inicia o começo divino de sua vida inextinguível e de razão, por toda a duração do tempo.

O corpo do *kosmos* é limitado: todo o fogo, água, ar e terra – substâncias básicas de sua composição física, corpos puros e primários e que têm como paradigmas figuras geométricas que lhes conferem a possibilidade de serem arranjadas em proporção – foram usados, pelo demiurgo divino que o criou, de modo a não deixar fora dele qualquer porção ou qualidade de quaisquer desses elementos. O mundo foi assim combinado para que o todo (*holon*) fosse um ser vivo perfeito, formado de partes perfeitas, único, nada restando que pudesse dar origem a um outro ser vivo da mesma espécie, e enfim para que ele fosse também isento de velhice e de doenças.

A física e a cosmogonia aristotélicas dominaram as especulações sobre o mundo até Galileu, no século XVII. Segundo Aristóteles, o cosmo é composto por dois domínios separados: um celeste, onde predominam a ordem eterna e a

justiça plena, e cujo movimento constante e eterno é produzido pela essência divina, e um terrestre ou sublunar, onde predominam a geração e a corrupção de matérias uniformes e não uniformes. Os corpos do domínio terrestre são feitos dos quatro elementos; os do domínio celeste, onde estão o Sol, os planetas e as estrelas, são feitos de um quinto elemento incorruptível, o éter ou quintessência. Por ser o único corpo celeste que apresenta aparências variáveis, a Lua demarca a fronteira entre o mundo do que é mutável, isto é, de tudo o que está abaixo dela e sobre a Terra, e o mundo do firmamento incorruptível. Acima da Lua, tudo era perfeição; abaixo, imperfeição.

Embora a beleza e a ordem estejam presentes em todas as concepções gregas de *kosmos*, nem todos os filósofos gregos o consideraram limitado. Os atomistas Leucipo e Demócrito, por exemplo, que sustentavam que o mundo se transforma ininterruptamente, através da reorganização incessante de átomos (partículas mais ínfimas e indivisíveis da matéria) imutáveis, acreditavam que o todo fosse infinito e que houvesse mundos inumeráveis.

Em seu famoso livro *Do mundo fechado ao universo infinito*, Alexandre Koyré examina textos clássicos dos séculos XVI e XVII, de autores tais como Nicolau de Cusa, Giordano Bruno, Nicolau Copérnico, Kepler, Galileu, Descartes, Leibniz, Newton, mostrando que suas teses causaram a destruição dessa antiga noção de cosmo como um todo finito, fechado e hierarquicamente ordenado, um todo no qual a hierarquia de valor determinava a hierarquia e a estrutura do ser, erguendo-se da terra escura, pesada e imperfeita para a perfeição cada vez mais exaltada das estrelas e das esferas celestes. Segundo Koyré, a concepção grega foi substituída pela ideia de um universo infinito e sem hierarquias, supostamente coeso pela identidade de seus componentes e leis fundamentais, aqui colocados no mesmo nível de ser.

Método hipotético

O método hipotético é uma das formas de realização da dialética. É o método característico da fase da maturidade de Platão. Seu procedimento é descrito no Livro VI da *República*, no diagrama da linha dividida. A noção básica para que se compreenda no que consiste esse método é a de *hypothesis*, uma palavra cujo sentido necessita ser explicitado. Em português, o termo “hipótese” é sinônimo de “conjetura” e “suposição”; em grego, a palavra *hypothesis* pode ser traduzida por quaisquer desses termos, mas não pode significar uma conjetura ou suposição qualquer, não possui a mesma abrangência que em nossa língua. Em

português podemos hipotetizar, supor ou conjecturar qualquer coisa, o impossível, o inacreditável, o absurdo; podemos transformar o que sonhamos ou desejamos, ou o que quer que nos venha à cabeça, numa hipótese, suposição ou conjectura. Mas quando dizemos *hypothesis* no sentido platônico estamos dentro de um campo semântico mais estreito.

O exame das ocorrências, nos diálogos platônicos, dos verbos dos quais provém a palavra *hypothesis* mostra que esses verbos são usados no sentido de “afirmar” – não qualquer coisa e sim alguma coisa que deliberadamente se afirma, sabendo-se de antemão que poderá ser falsa. No sentido grego, uma hipótese não é uma suposição qualquer, algo que descompromissadamente se imagina, mas envolve, por parte de quem a afirma, a pretensão de já tê-la julgado e compreendido. As hipóteses não se definem pelo tipo de conteúdo da proposição, mas pela atitude envolvida na adoção de qualquer proposição como hipótese, a saber, de que ela é apenas um ponto de partida ou de apoio na investigação. O que se “põe” como hipótese portanto é sempre tentativo e provisório, e é algo em que reconhecemos esse caráter provisório.

As características do método hipotético se deduzem do sentido do termo “hipótese”, vindo, por sua vez, do verbo hipotetizar: 1) o método hipotético implica um adotar nossas opiniões deliberadamente, e não um resvalar nelas inconscientemente, e esse adotar opiniões é necessário; 2) é um método de dedução, por oposição não à indução, mas à intuição (cf. por exemplo *Hippias Menor* 369d); 3) envolve um prestar atenção às proposições formadas a partir da primeira hipótese a fim de rejeitar as contradições (*Górgias*, 482b-c; *Fédon*, 100a); e 4) consiste em considerar as opiniões provisoriamente, e não dogmaticamente.

On/eon, ousia

Esses termos são derivados do verbo grego *eimi*, infinitivo *einai*, vindo por sua vez do indo-europeu *asmi*, cuja raiz original *as* significa respirar, viver.³⁹ Daí a significação mais básica de *einai* como ser, estar e existir. *On*, *ousia* são formas participiais do verbo grego *einai* e traduzem-se normalmente por “realidade, substância, essência”.

Como observa Pierre Chantraîne, em *Histoire des mots*, as muitas funções do verbo *eimi*, que pode ter um sentido copulativo ou predicativo e também um sentido absoluto e impessoal,⁴⁰ não se prestam a fornecer derivados nominais, tanto que, para designar o “ser”, empregou-se o particípio substantivado *to on*,

assim como para se designar a “essência” empregou-se o particípio substantivado *he ousia*. Apesar disso, o conceito de ser tornou-se – possivelmente graças ao *Poema* de Parmênides, que problematiza o ser opondo-o ao não-ser, na via da verdade – um dos mais importantes da filosofia. Segundo Parmênides (fragmento 8), o ser tem as seguintes propriedades: é ingênito, imperecível, completo, indivisível, inabalável, imóvel, sem começo nem fim, perfeito como uma esfera. Tais propriedades do ser, que, segundo Parmênides, é o único caminho para a verdade (*aletheia*), reforçam a tese de negação do devir e da multiplicidade.

Essa tese seria mais tarde refutada por Platão, no diálogo *O sofista*. Para refutar Parmênides e provar a possibilidade de se dizer o falso, Platão, aparentemente revisando sua primeira teoria das ideias, é levado a investigar o próprio ser e acaba por defender a tese de que há uma comunhão (*koinonia*) entre os gêneros supremos – o Ser e o Não-Ser, o Mesmo e o Outro, o Movimento e o Repouso – que permita uma comunicação entre as ideias. Essa comunicação será determinante para a formação dos discursos falso e verdadeiro. As ideias, cujas características centrais nos diálogos da maturidade (por exemplo *Fédon*, *República*, *Banquete*, *Fedro*) eram idênticas às do ser de Parmênides, ganham aqui nova dimensão: “o que é” pode ao mesmo tempo não ser, pois o não ser não está em oposição ao ser; o não ser é o “outro” do ser (*Sofista* 256a; 257b). Assim, uma determinada coisa é X, não sendo A, B, C, D...

Platão utiliza também o termo *ousia*, no sentido de Ser, isto é, do que é real, por oposição a *genesis*, devir. A oposição é radical nos diálogos da maturidade, por exemplo na *República*, onde é dito que o Bem (*to agathon*) está “para além da *ousia* (*epekeina tes ousias*)”, mas é revista nos diálogos da velhice – em especial no *Filebo*, onde Platão usa a expressão “*genesis eis ousian*”, um devir em direção ao ser, dando-nos a impressão de que a antiga oposição se teria dissolvido.

Como chama a atenção Pierre Aubenque, “Aristóteles faz do ser o objeto de uma ciência, a qual ele apresenta ora como uma ontologia (*Metafísica* Gamma 1, 1003 a 21-22), ora como uma teologia (*Metafísica* E 1 1026 a 10-11)”. O Livro Gamma da *Metafísica* abre com a afirmação de que “há uma ciência do ser enquanto ser e de tudo o que a ele diz respeito”, distinta de todas as ciências que investigam partes do ser, como por exemplo as matemáticas. A ciência do ser enquanto ser busca compreender suas causas. A noção de ser não é unívoca: “o ser se diz de diversas maneiras”, mas sempre em relação a uma natureza única (*pros hen*) e segundo dez diferentes categorias: “Uns se dizem ser porque são

substâncias; outros porque são afecções da substância; outros porque são caminho para a substância, ou corrupções, ou privações, ou qualidades da substância, ou porque produzem ou geram a substância ou as coisas ditas em relação à substância, ou porque são negações de alguma dessas coisas ou da substância” (*Metafísica* Gamma 2, 1003 a 33-b 19).

Physis

Um dos conceitos mais importantes da filosofia grega. Os romanos traduziram a palavra por *natura*, donde as traduções em línguas latinas por “natureza” (português), “*naturaleza*” (espanhol) e “*nature*” (francês). O sentido moderno de natureza, entretanto, entra em conflito com a noção pré-socrática de *physis*, sobretudo quando opõe à natureza certos elementos, por exemplo espírito, arte, cidade, graça etc., que parecem estar originariamente mesclados em seu sentido.

Para os pré-socráticos, *physis* é tudo aquilo que se manifesta fenomenologicamente no *kosmos*, mas, como já dissemos, não apenas o que se manifesta materialmente.^d Conforme sugere a etimologia da palavra – que vem do verbo grego *phyomai*, que quer dizer nascer, brotar, crescer (da mesma forma que *natura* vem de *nasci*, nascer) –, o sentido de *physis* envolve um aparecer espontâneo no cosmo, sujeito à geração e à corrupção, e daí talvez a conexão mais forte com o que é material e a fundamentação para as distinções posteriores entre *physis* e *techne* (arte), *physis* e *poiesis* (produção), *physis* e *nomos* (leis humanas) etc., características também presentes no atual sentido de “natureza”.

O sentido etimológico é, como mostrou Pierre Aubenque, em verbete à palavra *physis*, “lembrado, em um tempo em que poderia parecer já esquecido”, por autores como Platão (no *Sofista* 265c) e Aristóteles (na *Metafísica*, Delta, 4, 1014b 16 e, em especial, na *Física* II, 1), mas ambos dão à palavra sentidos mais restritos. Para Platão, a natureza não traz em si mesma seu princípio ou essência, porque, segundo ele, a causa de tudo o que é no *kosmos* é divina, tese que ele desenvolve detalhadamente no *Timeu*. Para Aristóteles, ao contrário, é natural tudo aquilo que é regido por princípios próprios, o que o leva a distinguir, por exemplo, natureza e produção (*poiesis*).

O termo aparece em seu estado puro em alguns pré-socráticos, especialmente em Empédocles com o sentido de nascimento, geração. Mas ele usa o termo para dizer que não há nascimento de nada, “somente mistura, troca de coisas misturadas”. Contudo, diz Aubenque, a negação de Empédocles não nos deve iludir, pois ele é autor de um poema intitulado “Sobre a *physis*”, título usado

pela maior parte dos pensadores pré-socráticos em suas obras. “*Physis* é, portanto”, Empédocles conclui, “inicialmente o título de uma questão: ‘De onde vêm as coisas?’, ‘Como nascem e crescem?’, ‘De que forma o ente vem a ser?’”, e, nesse sentido, embora as respostas a essas questões sejam em geral divergentes, pode-se dizer que o fato de essa palavra designar a questão fundamental dos pré-socráticos, questão que valeu a todos eles o título de fisiólogos ou físicos, indica que sob o termo *physis* estão presentes algumas pressuposições comuns que irão caracterizá-los como um grupo único: se nos perguntamos de onde vêm as coisas, é porque necessariamente essas coisas estão mergulhadas em um devir; “mas a ideia de crescimento, com suas implicações biológicas, sugere que esse devir não é um qualquer, acidental, provocado por algo exterior: ele é espontâneo e ao mesmo tempo regulado por uma espécie de necessidade interna, que manifesta o dinamismo profundo e escondido, inerente tanto a cada coisa como ao conjunto organizado de todas as coisas (*kosmos*)”.⁴¹

De acordo ainda com Aubenque, é a partir desse sentido que a noção de *physis* se desenvolverá em duas direções, uma mais propriamente filosófica (ontológica) e outra moral. Do ponto de vista ontológico, o termo *physis* poderá ser entendido como se referindo à natureza profunda de uma coisa, aquilo mesmo que a constitui como tal e faz com que se mantenha a mesma através de suas variações e transformações, no sentido aristotélico de essência ou substância. Nesse sentido, *physis* equivale à *arkhe*, palavra que se traduz por “princípio” ou “fundamento”. Do ponto de vista moral, a *physis* será para cada ser o limite de seu devir, limite que não pode ser ultrapassado ou transgredido sem causar graves danos à integridade e mesmo à identidade do ser em questão: fora da *physis* não há outra coisa senão monstruosidade, na ordem biológica, e desmedida, na ordem humana. A *physis* deixa assim de ser um fato universal, uma vez que há no mundo fatos que se contrapõem a ela, e passa a ser entendida como uma norma universal, uma norma a ser seguida e que, uma vez seguida, será, segundo Pierre Aubenque, “o preceito fundamental de todas as teorias morais gregas, sem exceção”.

Teoria das ideias

Embora alguns estudiosos tenham mostrado que a expressão “teoria das ideias” não se encontra em nenhum lugar dos escritos de Platão, ela é considerada central em sua obra. Vestígios dessa teoria já estariam presentes nos diálogos da juventude – segundo David Ross, por exemplo, sua primeira aparição remonta

ao *Cármides* –, mas ela só se teria tornado inteiramente manifesta nos diálogos da maturidade (por exemplo, *Fédon*, *República*, *Banquete*, *Fedro*).

Habitualmente entendida como formulando uma oposição dogmática e radical entre o mundo visível (isto é, o nosso mundo) e o inteligível (isto é, um outro mundo) e desvalorizando um em favor do outro, é a essa teoria, e às influências que ela exerceu, que se dirige até hoje a maior parte das críticas e também dos elogios à filosofia de Platão. Sua essência reside no fato de conceber a existência de uma classe de entidades que são separadas das coisas sensíveis, embora delas sejam o fundamento. Denominadas “ideias”, essas entidades extrassensíveis, por serem eternas e imutáveis, são consideradas por Platão mais reais que as sensíveis. Acerca delas é possível ter inteligência; das sensíveis, ao contrário, só podemos produzir opiniões. Segundo Aristóteles na *Metafísica* (A, 987 a29-b14), essa teoria é o resultado de três grandes influências que se exerceram sobre o pensamento de Platão: as teses pitagóricas, que sustentam que os entes são por serem imitações dos números; as opiniões heraclíticas de que o mundo sensível está em perpétuo estado de mudança e que, em consequência, não pode ser conhecido; e a busca de Sócrates pelas definições universais.

Podemos supor que, para os antigos, fosse mais natural do que é para nós admitir a existência desses entes extrassensíveis, mas a história mostra que os defensores das ideias foram obrigados a formular uma série de argumentos para provar sua realidade, e que esses argumentos não eram aceitos com facilidade pelos estudiosos da Antiguidade, que constantemente os tomavam como objeto de sua crítica. Sabe-se, por exemplo, que Aristóteles dedicou todo um livro, intitulado *Sobre as ideias*, à crítica desses argumentos. Alexandre de Aphrodisias, única fonte de informação para o conteúdo desse livro perdido, expõe em seu *Commentarius in Metaphysica* as objeções e o conteúdo de tais argumentos, que aparecem apenas nomeados por Aristóteles na *Metafísica* A, 9: 1) o argumento das ciências, 2) o da unidade de uma multiplicidade, 3) o da eternidade das coisas perecíveis, 4) o dos relativos e 5) o do terceiro homem. Os três primeiros são chamados por Aristóteles de argumentos não conclusivos, isto é, argumentos cujas premissas não levam necessariamente às conclusões, e os dois últimos de “mais rigorosos”, porque provam a existência não das ideias, mas dos universais.

^a Heidegger distingue duas esferas, a ôntica e a ontológica. A primeira refere-se a todos os entes (reais, irreais, imaginários, ilusórios) e a última ao ser (*Sein*). O ser transcende qualquer *genus* historicamente compreendido, pois não possui as determinações genéricas que discriminam e diferenciam a esfera ôntica. Por essa razão, Heidegger considera os critérios tradicionais de universalidade, indefinibilidade e autoevidência do ser inadequados à compreensão do ser. Esses critérios são uma consequência do esforço

metafísico para compreender o ser, bem como da incapacidade de apreender o sentido primordial do ser. No fundo esses critérios são produtos de um sucesso da filosofia em aplicar o modo categorial do pensamento aos entes. Mas esse modo categorial, embora seja apropriado para a apreensão dos entes, é inapropriado para a compreensão do significado de ser. Heidegger está convencido de que a aplicação desses critérios ao ser fez com que a filosofia o tratasse como ente. Essencialmente, os critérios são categorias conceituais, as quais, enquanto categorias, tornam o ser obscuro.

^b Todavia, ao chamar os pré-socráticos de *physikoi* e *physiologoi*, Aristóteles parece estar excluindo-os dessa história. Cf., por exemplo, o verbete “*arkhe*” de Michel Narcy, em A. Jacob, (org.) *Encyclopédie philosophique universelle. Les notions philosophiques*, t. 1, Paris, PUF, 1992.

^c Embora o termo *methodos*, frequentemente usado por Platão, já tivesse um sentido técnico na época, Platão não desenvolve esse sentido no decorrer de sua obra: ele usa *hodos*, que quer dizer “caminho”, “jornada”, como metáfora de *methodos*, mas não o vemos primeiramente falando de *hodoi* ou caminhos e depois, gradualmente, cristalizando o termo técnico *methodos*. Pelo contrário, “método” significa apenas “método” desde a sua primeira aparição nos diálogos. Nenhum sentido novo lhe é conferido, justo o inverso: o seu sentido original de “técnica” parece diluído pela alternância com *hodos*.

^d Em *Introdução à metafísica*, diz Heidegger que *physis*, para os pré-socráticos, era simplesmente o emergir de tudo o que é: *physis* pode significar tanto o céu quanto a terra, as pedras e as plantas, os animais e o homem, a história do homem e a obra dos homens e dos deuses; e finalmente *physis* pode significar os próprios deuses segundo o destino. *Physis* é o poder que emerge e o permanecer que cai sob seu império; é o que vem à presença e aparece, graças ao que dela permanece oculto, no sentido do fragmento 123 (DK) de Heráclito: “A *physis* ama esconder-se.”

Anexo

Quadro cronológico da filosofia

Século VI a.C.	FILOSOFIA	OUTRAS ÁREAS
	c.640: Nasce o primeiro filósofo, Tales de Mileto (???).	640: fl. Simonidas de Amorgos, poeta jâmbico e satírista • 640-623: fl. Tirteu de Afidna, poeta elegíaco que inspirou a coragem dos espartanos na Segunda Guerra Messênica • c.640: 35ª Olimpíada. Segunda Guerra Messênica.
Século VI a.C.		639: O poeta Alcman migra para Esparta, onde compõe hinos e peças em dórico.
		37ª Olimpíada. Nasce Sólon, futuro poeta e legislador ateniense (758).
	c.620: Nasce o poeta lírico Alceu (???).	
	c.610: Nasce Anaximandro de Mileto (750).	607-606: 43ª Olimpíada. Guerra entre Atenas e Mitilene.
	c.600: fl. Tales de Mileto.	600: Início da cerâmica ática de figuras negras • c.600-570: Por ordem de Clístenes, tirano de Cício, os coros trágicos são dedicados a Dioniso.
Século VI a.C.		596: Banimento dos nobres de Lesbos: Alceu vai para o Egito (seu irmão Antímenes servia a Nabucodonosor) • Safo para a Sicília • 594-593: 46ª Olimpíada. Sólon realiza grandes reformas políticas: substitui o código de Drácon e funda a democracia em Atenas • c.592: Estésicoro de Himera aperfeiçoa a música coral com estrofe, antístrofe, epodo: escolhe temas épicos para o tratamento lírico.
	c.585: Nasce Anaxímenes de Mileto (725) • 580: Nasce a Escola Jônica, com Tales de Mileto.	585: Tales de Mileto prevê um eclipse do Sol • 580-576: Dipoeno e Scyllis, escultores cretenses, empregam mármore e ébano nas estátuas em Sicão, Cleonae e Argos • 580-540: Guerra Civil em Mileto.

	FILOSOFIA	OUTRAS ÁREAS
Século VI a.C.		572: 52ª Olimpíada. Sólon, poeta e filósofo, considerado um dos Sete Sábios (com Tales, Pitágoras, Bías de Priene, Chilon, Cleóbulo de Lindos e Míson de Chen).
		560-537: Tirania de Pisístrato.
	c.550: Pitágoras de Samos funda a Escola Pitagórica.	550: Transcrição da <i>Ilíada</i> , poema épico de Homero. O poeta lírico Estesícoro cria os cantos corais acompanhados pela lira • Meados do século VI: Construção do Teatro de Siracusa. Depois ampliado por Hieron II, é um dos maiores do mundo antigo.
	c.540: Nasce Heráclito de Éfeso (†c.480).	548: Um grande incêndio destrói o templo de Apolo, em Delfos.
		534: Pisístrato, tirano de Atenas, funda as Grandes Dionísias, festival de teatro em honra do deus Dioniso • 530: <i>fl.</i> pinturas vermelhas (vasos gregos).
		527: Hípias sucede Pisístrato no governo de Atenas • c.525: Nasce Ésquilo, tragediógrafo grego (†456). <i>fl.</i> Anacreonte, poeta lírico, fundador do estilo que leva seu nome, anacreôntico • 521: Dario I torna-se rei da Pérsia.
Século V a.C.	c.515: Nasce Parmênides de Eléia (†??).	c.518: Nasce o poeta grego Píndaro (†??) • 518: Hecateu de Mileto publica <i>Descrição da Terra</i> • 513: Expedição de Dario contra os citas • 510: Os espartanos expulsam Hípias de Atenas, pondo fim à tirania dos Pisístrátidas.
	c.504-501: <i>fl.</i> Heráclito.	508-502: Reformas de Clístenes em Atenas • 507: Sob a orientação de Clístenes, é reinstaurada a democracia ateniense • 506: Fracasso da expedição de Cleômenes, rei de Esparta, contra Atenas.
	c.500: Nasce Anaxágoras de Clazômenas (†428). Nasce o atomista Leucipo de Mileto (†??).	c.500: São publicadas as obras de Píndaro. <i>fl.</i> Simônides de Ceos, poeta lírico • 500-400: <i>fl.</i> arquitetura jônica.

c.495: Nasce Zenão de Eleia (†430) • 490: Nasce Empédocles de Agrigento (ou de Acragas) (†430)	499-494: Revolta dos gregos jônios contra a Pérsia • 498: A cidade persa de Sardes é destruída pelos gregos. Intervenção de Atenas • c.497: Nasce o poeta trágico Sófocles (†c.406) • 494: Derrota da frota jônica na ilha de Lade. Destruição de Mileto • 493: Tomada de Mileto pelos persas • 492: Os persas conquistam a Trácia e exigem a submissão da Grécia • 490: Primeira Guerra Médica (Maratona) • c.490: Nascem Fídias, considera do o maior escultor grego do período clássico, autor das estátuas do Parthenon (†430) e Heródoto de Halicarnasso, o "pai da história" (†c. 425) • c.490-456: Ésquilo compõe suas tragédias.
c.485: Nasce o sofista Górgias de Leônio (†376) • c.480: Nasce o sofista Protágoras de Abdera (†430).	487: Com as reformas constitucionais em Atenas, os arcontes passam a ser selecionados por sorteio • c.485: Nasce o poeta trágico Eurípides (†406) • 484: Ésquilo vence pela primeira vez o concurso de tragédias • 483: A descoberta de depósitos de prata em Láureo possibilita a Temístocles propor a criação da marinha ateniense • 480: Segunda Guerra Médica (Salamina). Expedição de Xerxes contra a Grécia; batalhas de Artemísio, Temópilas e Salamina. Gélion derrota a invasão cartaginesa à Sicília em Himera.
c.470: Nasce Demócrito de Abdera (†370).	479: Batalhas de Plateia e Micalé • 478: Os espartanos chamam Pausânias I de volta, deixando a liderança dos estados egeus da Grécia para Atenas • 477-465: Formação da Liga de Delos contra a Pérsia • 472: Encenação de <i>Os persas</i>, de Ésquilo.
469: Nasce Sócrates (†399) • 460: Nasce o sofista Hípias de Elis (†c.400)	469-405: Sófocles compõe suas tragédias • 468: Ésquilo perde para Sófocles no concurso de tragédias • 467: Encenação de <i>Sete contra Tebas</i>, de Ésquilo • 463?: Encenação de <i>As suplicantes</i>, de Ésquilo • 462: Reformas de Efialtes (antecessor de Péricles) resultam na diminuição do poder aristocrático do Areópago • 461-445: Guerra entre Atenas e Esparta • 461-429: A democracia ateniense atinge seu ápice • 460-425: Heródoto escreve <i>Histórias</i> • 460: Nasce o médico Hipócrates de Cós (†377).

FILOSOFIA	OUTRAS ÁREAS
c.450: Nasce Euclides de Megara, matemático e filósofo, fundador da escola megárica (†380) • 450-400: fl. sofistas.	458: Encenação da <i>Orestéia</i> , de Ésquilo • 455: Miron cria <i>O Disco de bolo</i> , sua mais famosa escultura • c.455-406: Tragédias de Eurípides começam a ser escritas e encenadas • 454: Processo de Anaxágoras de Clazômenas, acusado de traição e impiedade por ter declarado que o Sol era apenas uma massa incandescente de metal.
444: Nasce o sofista Antístenes de Atenas (†336) • c.440 ou 430: Leucipo funda a escola de Abdera, à qual seu discípulo Demócrito se associa.	449-429: Péricles governa Atenas • 448: Atenas domina oficialmente a Liga de Delos e começa um período imperialista • 447-432: Construção do Parthenon. A pogeia da arquitetura dórica • 445: Encenação de <i>Ajax</i> , de Sófocles. Empédocles desenvolve sua teoria dos quatro elementos. Leucipo desenvolve a primeira teoria atômica. Lei das Doze Tábuas em Roma • c.445: Nasce o poeta cômico Aristófanes (†c.385) • 442: Encenação de <i>Antígona</i> , de Sófocles • c.440-c.432: Fídias esculpe a estátua de Zeus em Olímpia, a quinta maravilha do mundo antigo.
436: Nasce o sofista Isócrates (†338) • c.435: Nasce Aristipo de Cirene, discípulo de Sócrates e fundador da escola cirenaica (†?).	438: Encenação de <i>Alceste</i> , de Eurípides • 431: Encenação de <i>Medeia</i> , de Eurípides • 431-404: Guerra do Peloponeso.
427: Nasce Platão (†347).	429: Péricles é infectado com a peste e morre. Queda da antiga democracia ateniense, substituída pela oclocracia (governo das multidões) • c.429: Encenação de <i>Édipo-Rei</i> , de Sófocles • 428: Encenação de <i>Hipólito</i> , de Eurípides • c.428: Nasce o escritor e historiador Xenofonte (†c. 354) • 427-388: Aristófanes compõe suas comédias • 424: Tucídides começa a escrever <i>Guerra do Peloponeso</i> • 423: Encenação de <i>As nuvens</i> , de Aristófanes • 422: Encenação de <i>As vespas</i> , de Aristófanes.

Século V a.C.	c.412 ou 404: Nasce Diógenes de Sinope, o principal representante do cínismo (†323).	415: Encenação de <i>As troianas</i>, de Eurípides • 415-413: Expedição ateniense à Sicília • 414: Encenação de <i>As aves</i>, de Aristófanes • 412: Encenação de <i>Helena</i>, de Eurípides • 411: Encenação de <i>Lisístrata</i> ou <i>A greve do sexo</i>, de Aristófanes. Poder dos Quatrocentos • 410: Encenação de <i>As fenícias</i>, de Eurípides. 409: Encenação de <i>Filóctetes</i>, de Sófocles • 408: Encenação de <i>Orestes</i>, de Eurípides • 408-355: O matemático jônico Eudoxo explica o movimento dos planetas como movimentos de esferas de cristal • 406-405: Encenação de <i>As rãs</i>, de Aristófanes • 405: Encenação de <i>As bacantes</i>, de Eurípides. Esparta derrota Atenas na batalha naval de Aegos-Pótamoi • 404: Morte de Dario, rei da Pérsia. A ssassinato de Alcibiades, em Melissa, na Frígia. Esparta vence a Guerra do Peloponeso, segue-se o golpe oligárquico conhecido como Tirania dos Trinta • 403: Discurso forense <i>Contra Eratóstenes</i>, do logógrafo Lysias. Restauração da democracia ateniense • 401: Encenação de <i>Édipo em Colono</i>, de Sófocles.
Século IV a.C.	c.400: fl. o matemático pitagórico Arquitas de Tarento, fundador da mecânica matemática. 399: Sócrates é julgado e condenado à morte • 398: Platão começa a escrever seus <i>Diálogos</i> • 396: Platão publica a <i>Apologia</i> de Sócrates • 393: Isócrates abre sua escola. 387: Platão funda a Academia; escreve o <i>Banquete</i> e o <i>Fédon</i> • 384 ou 383: Nasce Aristóteles (†322).	400-300: fl. a arquitetura coríntia • Declínio da democracia grega. Expedição dos Dez Mil com Ciro, filho de Dario. 399-394: Guerra entre Esparta e a Pérsia • 398: Encenação de <i>Plutus</i>, de Aristófanes • 395-387: Guerra de Corinto • 392: Encenação de <i>Assembleia de mulheres</i>, de Aristófanes • c.390: Nasce o escultor grego Praxíteles (†17). 387: Os persas dominam a Grécia; dissolve-se a Liga de Delos. Roma é incendiada e saqueada pelos gauleses • 384: Nasce o orador Demóstenes (†322).

FILOSOFIA	OUTRAS ÁREAS
c.365: Nasce Pirro de Élis, o fundador do ceticismo (fc.275).	379-371: Xenofonte escreve seu mais famoso livro, <i>Anábase</i> • 377: Nova Liga Marítima ateniense; a Paz é feita com Esparta • 371: Vitória dos tebanos sobre os espartanos em Leutras. Fim da hegemonia espartana • 371-362: Supremacia tebana na Grécia. 360: Filipe II torna-se rei da Macedônia.
347-339: Espeusipo sucede Platão na Academia • 343: Aristóteles torna-se tutor de Alexandre o Grande • 341: Nasce Epicuro de Samos, fundador do epicurismo (f.271).	356: Nasce Alexandre o Grande (f.323) • 351-340: Demóstenes compõe <i>As Filipicas</i> , um conjunto de discursos contra Filipe II da Macedônia • 350: Heraclides de Ponto, aluno de Platão, para explicar as anomalias dos movimentos de Mercúrio e Vênus, afirma que esses dois planetas giram em torno do Sol, e que o Sol e os demais planetas (incluindo a Lua) giram em torno da Terra, que se move em torno de seu eixo. 340-320: Os historiadores Éforo de Cime e Teopompo de Quios escrevem <i>História</i> , obra que não sobreviveu, mas influenciou os historiadores subsequentes.
339-334: Xenócrates de Calcedon dirige a Academia de Platão • 335: Aristóteles funda o Liceu • c.333: Nasce Zenão de Cítio, fundador do estoicismo (f.262) • c.331: Cleantes de Assos, um dos fundadores do estoicismo (fc.232) • c.330: Aristóteles escreve a <i>Poética</i> , o primeiro tratado sobre poesia.	338: Batalha de Queroneia. Filipe II torna-se soberano dos gregos • 337: Filipe II declara guerra à Pérsia • 336: Filipe II é assassinado por um de seus generais; sobe ao trono seu filho, Alexandre o Grande • 335-327: Alexandre conquista o Egito, a Pérsia e a Índia • 330-262: Pl. Nova Comédia grega, cujo representante mais conhecido é Menandro.
323-288: Teofrasto de Eresus, aluno de Aristóteles, dirige o Liceu.	323: Alexandre morre em decorrência de uma febre, na Babilônia • 322: O Império de Alexandre é dividido entre seus generais e governado separadamente.

Século IV a.C.	315: Nasce o cético Arcesilau de Pitane (†242).	310-230: Aristarco de Samos escreve <i>Sobre os tamanhos e distâncias entre o Sol e a Lua</i> e defende a hipótese heliocêntrica.
	306: Epikuro funda o Jardim.	
	300: Zenão funda o Pórtico. 288-268: Estratão de Lâmpsaco, um dos maiores físicos da Antiguidade, dirige o Liceu de Aristóteles • c.280: Nasce Crisipo de Solis, líder do estoicismo (†207).	300: O matemático Euclides escreve seu tratado de geometria <i>Elementos</i> . Início do século III a.C.: Ptolomeu II, um dos herdeiros do Império de Alexandre, manda construir a Biblioteca de Alexandria para "reunir os livros de todos os povos da Terra" • 287: Lei Hortênsia dá status de lei a qualquer resolução tomada pelo plebêscito, em Roma • c.287: Nasce o físico Arquimedes de Siracusa (†212) • 285: Ptolomeu II assume o trono do Egito • 280-272: Batalha de Héracleia, travada entre os romanos e as forças aliadas gregas. Roma conquista a Sicília e o Épiro. 273-192: Eratóstenes de Cirene, bibliotecário em Alexandria, escreve sobre numerosos tópicos, calcula a circunferência da Terra e desenvolve mapas • 270: Herófilo da Calcedônia faz pela primeira vez dissecações em público. 264-250: Apogeu da República Romana • 264-241: Primeira Guerra Púnica.
Século III a.C.	268-241: Arcesilau de Pitane dirige a Academia de Platão.	
	c.250: fl. o filósofo cético Timon de Flunte.	254: Nasce o poeta cômico romano Tito Mácio Plauto (†17?) • 250-240: Apolônio de Rodas escreve o poema épico <i>Os argonautas</i> • 250-200: Arquimedes realiza pesquisas sobre estática e hidrostática, leis da alavanca etc. e desenvolve fortificações e armas para ajudar Hierão, rei de Siracusa, a lutar contra os romanos. 220-190: O matemático e astrônomo grego Apolônio de Pérgamo escreve seu mais famoso livro, <i>Sobre as cônicas</i> .
	c.213: Nasce o filósofo cético Carneades de Cirene (†129)	218-201: Segunda Guerra Púnica.

	FILOSOFIA	OUTRAS ÁREAS
Século I a.C.	180: Nasce Panécio de Rodas, filósofo grego do estoicismo médio, mestre de Posidônio (†110).	200: Primeira Guerra da Macedônia.
	156-159: Carneades dirige a Academia de Platão.	168-148: Segunda Guerra da Macedônia • 166-160: Terêncio compõe suas comédias • 161-127: O astrônomo grego Hiparco obtém posições de latitude e longitude na eclíptica de cerca de 850 estrelas; suas observações formam a base para o <i>Almagesto</i> de Ptolomeu.
	c.135: Nasce Posidônio de Apameia, um dos grandes representantes do estoicismo médio (†50).	150-120: O geógrafo e historiador grego Políbio escreve e publica <i>Histórias</i> , obra composta de 40 livros, dos quais restaram apenas os primeiros cinco.
		149: Terceira Guerra Púnica • 148: Macedônia torna-se província romana • 146: Destruição de Cartago. Roma conquista a Grécia.
Século I a.C.		133-121: Os Gracos, antiga família da República Romana, fazem votar leis que favorecem os pobres (distribuição do <i>ager publicus</i> etc.).
	98: Nasce Lucrécio, autor de <i>De rerum natura</i> (†50).	106: Nasce o grande orador, escritor e político romano Marco Túlio Cícero (†50) • 102-101: Vitória de Caio Mário, general romano, sobre os cimbrós e os teutões.
		100: Nasce Júlio César (†44).
		c.75-69: Nasce o escritor latino Caio Suetônio Tranquilo (†c.130) • 70: Nasce o poeta Virgílio (†19).

Século a.C.	46-44: Cícero escreve a maior parte de suas exposições sobre a filosofia helenística: <i>De Finibus</i> , <i>De Officiis</i> , <i>De natura deorum</i> , <i>De divinatione</i> , <i>Academica</i> etc.	68: Nasce Cleópatra, futura rainha do Egito (†30) • 65: Nasce o poeta romano Horácio (†8) • 63: Nasce o primeiro imperador romano Caio Otávio (†13 d.C.).
		59: Aliança política entre Júlio César, Pompeu o Grande e Marco Crasso dá início ao Primeiro Triunvirato romano • 58-52: Júlio César escreve <i>Sobre as guerras na Gália</i> , relatando suas campanhas na região.
		49: César invade a Itália • 48: Incêndio da Biblioteca Real de Alexandria. César derrota Pompeu na Grécia, para onde ele havia fugido. Pompeu foge para o Egito, onde é assassinado • 47: Terêncio Varrão escreve <i>As antiguidades divinas e humanas</i> . César invade o Egito. Gera um filho com Cleópatra: Ptolomeu XV do Egito (Cesário) • 46: César volta a Roma e põe fim à República, instituindo-se cônsul vitalício e ditador perpétuo • 44: César é assassinado por um grupo de senadores, dentre os quais seu filho adotivo, Brutus • 43: Segundo Triunvirato: Roma governada por Otávio, Marco Antônio e Lépido • 43-35: Salústio Crispo escreve <i>Histórias</i> • 42: Batalha de Filipo, com vitória de Marco Antônio sobre os assassinos de César.
Ano Zero		36-31: O poeta lírico Tibulo escreve <i>Elegias</i> • 35: O biógrafo Cornélio Nepos escreve <i>Excellentium imperatorum Vitae</i> , biografia de governantes gregos e reis persas, como Amílcar, Aníbal, Catão e Atíco • 35-13: Horácio escreve <i>Poemas</i> • 31: Batalha de Actio, com vitória de Otaviano (mais tarde imperador César Augusto) sobre Marco Antônio.
		29 ou 28: Publicado o primeiro livro de <i>Elegias</i> de Propércio • 27: Otávio recebe o título de Augusto • 27-9 d.C.: Tito Lívio escreve <i>História de Roma</i> (composta de 142 livros) • 23: Horácio escreve <i>Odes</i> I-III • 20: Primeira edição de <i>Amores</i> , de Ovídio.
		Nasce Jesus de Nazaré (†c.33).*

* Como não há nenhuma evidência que demonstre a data exata do nascimento de Jesus Cristo, optamos por seguir o calendário gregoriano, no qual o mundo ocidental ainda hoje se baseia, que supõe o ano zero como início da Era Cristã.

FILOSOFIA	OUTRAS ÁREAS
4: Nasce Sêneca, filósofo do estoicismo romano e autor de <i>Questões naturais</i> (†55).	14: Tibério à frente do Império romano • c.14-37: Celso (Aulus Cornelius Celsus) escreve seu <i>Tratado de medicina</i> • 187: Estrabão escreve <i>Geografia universal</i> .
39-40: Filon de Alexandria, filósofo de origem judaica que faz uma aproximação entre a tradição judaica e a filosofia grega, parte em uma expedição para Roma, a fim de conseguir isentar os judeus da obrigação de venerar o Imperador de Roma, na época Calígula.	c.33: Crucificação de Jesus de Nazaré • 37: Calígula à frente do Império romano.
46: Nasce o historiador neoplatónico Plutarco (†120).	41: Cláudio à frente do Império romano.
55: Nasce o filósofo estoico Epiteto (†135).	54: Nero à frente do Império romano • c.55: Petrónio, frequentador da corte de Nero, escreve <i>Satyricon</i> • 58: Vespasiano à frente do Império romano.
	62: Heron de Alexandria, geômetra e engenheiro grego, inventa um mecanismo para provar a pressão do ar sobre os corpos, conhecido como o primeiro motor a vapor documentado, a eolípila.
	75: Construção do Templo da Paz pelo Imperador Vespasiano, em Roma • Plínio o Velho escreve <i>História natural</i> • 79: Tito à frente do Império romano.

Século I d.C.	100: Nasce Justino Mártir, primeiro grande apologista cristão; estudou filosofia (estoicismo, aristotelismo, platonismo, pitagorismo) e se converteu ao cristianismo (†165).	100: Começam as migrações germânicas em territórios do Império romano.
		117: Adriano à frente do Império romano.
Século II d.C.		121: Suetônio escreve <i>A vida dos doze césares</i> , biografia dos doze primeiros imperadores romanos • 127-141: Claudio Ptolomeu escreve o <i>Almagesto</i> , uma das mais importantes e influentes obras de astronomia da Antiguidade.
		138: Antonio Pio à frente do Império romano.
	c.150: Nasce Clemente de Alexandria, filósofo e teólogo cristão (†c.215) • 155: Nasce Tertuliano de Cartago, teólogo cristão contrário ao recurso à filosofia grega (†220).	146: fl. Claudio Galeno, célebre médico-cirurgião romano que desenvolveu importantes estudos de anatomia e fisiologia humanas.
	160: Nasce Sexto Empírico, filósofo cético que, inspirado em Pirro de Élis, escreve <i>Hipóteses pirrônicas</i> e <i>Adversus mathematicos</i> , principais fontes sobre o ceticismo antigo (†210).	161: fl. O escritor semita Luciano de Samósata, grande crítico dos costumes e da sociedade de sua época.

	FILOSOFIA	OUTRAS ÁREAS
Século II d.C.	c.171-175: O imperador Marco Aurélio, simpático ao estoicismo, dedica-se à filosofia e escreve <i>Meditações</i> ● c.177: O filósofo grego Celso publica <i>A palavra verdadeira</i>, primeira objeção filosófica ao cristianismo de que se tem conhecimento. c.185: Nasce Orígenes de Alexandria, filósofo cristão que dedica um de seus livros à refutação das teorias de Celso contrárias ao cristianismo: <i>Contra Celso</i> (1253).	
	século III: fl. Diógenes Laércio, historiador e biógrafo dos filósofos gregos, autor de <i>Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres</i>, importante fonte sobre os filósofos antigos ● 205: Nasce Plotino, filósofo neoplatônico autor de <i>As enéadas</i> que tinha o projeto de fundar a cidade de Platonópolis, baseada nos ensinamentos de <i>A República</i> (1270).	Início do século III: O romancista grego Longo escreve <i>Daphnis e Chloé</i> ● Entre os séculos II-IV: fl. Diofanto de Alexandria o maior algebrista latino. Sua principal obra é <i>Aritmética</i>.
Século III d.C.	233: Nasce Porfírio, filósofo neoplatônico, discípulo de Plotino, autor de <i>A vida de Plotino</i>, <i>A vida de Pitágoras e Iságora</i>, onde comenta as categorias de Aristóteles (1c-3o s).	212: Constituição de Caracala concede a cidadania romana a todos os súditos do Império.

Século III d.C.		292: O Império romano é reorganizado por Diocleciano e dividido em uma tetrarquia.
Século IV d.C.		300-400: Invasões bárbaras • 306: Constantino I é proclamado augusto e governa parte do Império romano.
		313: Edito de Milão põe fim às perseguições religiosas no Império romano.
		323: Conversão de Constantino ao cristianismo • 324: Licínio, coimperador de Roma, dispensa o exército e o serviço civil da observância do Edito de Milão. Constantino domina todo o Império e ordena a execução de Licínio, por traição • 325: Primeiro Concílio de Niceia.
	c.330: Nasce o filósofo assírio Jâmblico, um dos principais representantes das correntes "orientais" de natureza mística e mágica do neoplatonismo, autor, entre outras obras, de <i>Do mistérios</i>, coleção de doutrinas pitagóricas, da qual restou apenas um livro: <i>Vida de Pitágoras</i> (†??).	330: Fundação de Constantinopla, nova capital do Império romano.
	340: Nasce Ambrósio, bispo de Milão, cuja obra irá influenciar Santo Agostinho (†397).	
	354: Nasce Agostinho de Hipona (†430).	meados do séc. IV? Floresce Gaius Julius Solinus, gramático latino, autor de <i>As maravilhas do mundo</i>, obra que circulava também com o título de <i>Coleção de curiosidades e Polyhistor</i>.
	360: Nasce Pelágio da Bretanha, teólogo cristão considerado herético e combatido por Santo Agostinho (†422).	361: Juliano Apóstata, o último imperador pagão de Roma, à frente do Império.

	FILOSOFIA	OUTRAS ÁREAS
Século IV d.C.	387: Conversão de Santo Agostinho.	380: Teodósio decreta o cristianismo a única religião do Império romano • 381: Concílio de Constantinopla • c.386: Nasce Nestório, arcebispo de Constantinopla e fundador do nestorianismo (tc. 451) • 384-404: A pedido do papa Dámaso I, a Bíblia é traduzida para o latim por Jerônimo de Strídon (São Jerônimo). A versão é conhecida como <i>Vulgata</i> .
	400: Santo Agostinho escreve suas <i>Confissões</i> .	395: O Império romano é dividido em dois: Império do Oriente (bizantino) e Império do Ocidente.
Século V d.C.	412: Nasce Proclo Lício Diácono, filósofo neoplatônico, autor de uma <i>Teologia</i> baseada em Platão e de comentários sobre vários diálogos e ao primeiro livro dos <i>Elementos</i> de Euclides. Mudou-se de Constantinopla para Atenas para frequentar a famosa Academia (†485) • 413-427: Agostinho escreve <i>A cidade de Deus</i> • 415: Paulo Orósio escreve <i>Contra os pagãos</i> .	410: Tomada de Roma pelos visigodos.
		430: O nestorianismo deixa de ser doutrina e é reconhecido como uma seita • 431: Concílio de Éfeso: condenação do nestorianismo. 440: Leão o Grande é eleito papa.

Século V d.C.	450-565: Movimento monofisita, que considera que Cristo tem apenas uma natureza (<i>monophysis</i>), a divina • Entre séculos V-VI: O filósofo e teólogo Pseudo-Dionísio o Areopagita escreve obra que irá influenciar o neoplatonismo cristão. 490: Nasce João Filopono, físico e filósofo, grande crítico da <i>Física</i> de Aristóteles e que influenciou os pensadores islâmicos. Escreveu <i>Sobre a criação do mundo</i>, onde desenvolve uma cosmologia. Converteu-se ao cristianismo no final de sua vida (†566).	450: Introdução das Sete Artes Liberais no currículo universitário: gramática, retórica, dialética (<i>o trivium</i>) e geometria, astronomia, aritmética e música (<i>o quadrivium</i>), bases do ensino medieval. 476: Fim do Império do Ocidente: o bárbaro Odoacro destrona Rômulo Augusto. Fragmentação da Europa Ocidental em uma série de reinos bárbaros. 481: Invasão da Gália pelos francos • 481-751: Dinastia merovíngia na França. 493-553: Domínio ostrogodo na Itália • 496: Batismo de Clóvis I, primeiro rei dos francos a unir totalmente a nação bárbara.
Século VI d.C.	523: O filósofo latino Boécio, tradutor para o latim de alguns tratados lógicos de Aristóteles, escreve <i>Consolação do filósofo</i> na prisão, enquanto aguarda sua execução, a cusado de magia por ser um helenista e por seus estudos de astrologia • 529: O imperador Justiniano fecha a Escola de Atenas (Academia de Platão) e proíbe o ensinamento de doutrinas pagãs.	Século VI: Início da arquitetura românica • 527-535: Revisão e codificação das leis romanas • 527-565: Construção da Igreja de Santa Sofia, em Constantinopla. Justiniano I à frente do Império bizantino.

	FILOSOFIA	OUTRAS ÁREAS
Século VI d.C.	538: Simplicio de Cilícia, um dos últimos filósofos do neoplatonismo, escreve <i>Comentários</i> , importante fonte para o estudo da filosofia antiga, sobretudo a de Aristóteles.	535-552: O general bizantino Belisário vence uma série de batalhas, expandindo seu império.
		568: Invasão da Itália pelos lombardos.
		596: Evangelização da Inglaterra.
Século VII d.C.		610: Nascimento do islamismo, com a revelação das palavras do Alcorão a Maomé pelo arcanjo Gabriel.
		633: Isidoro de Sevilha escreve <i>Etimologías</i> , tratado científico resumindo os principais conhecimentos da época.
		711-712: Conquista islâmica da península Ibérica por Tarik.
Século VIII d.C.		730-804: Alcuíno de York organiza a Escola Palatina, a pedido de Carlos Magno, iniciando uma retomada dos estudos clássicos fora do âmbito dos mosteiros.
	754: João Damasceno traduz obras gregas para o siríaco e o árabe.	
	c.800 a 1150: "Movimento de tradução" de textos da filosofia antiga para o árabe.	800: Carlos Magno é coroado imperador romano pelo papa Leão III.
Século IX d.C.		c.860: João Escoto Erígenha escreve o <i>Periphyseon</i> , tratado de ciência natural.
	c.873: Nasce al-Farabi, primeiro grande filósofo árabe de influência grega (1990).	

Século IX d.C.		891: Fôcio, patriarca de Constantinopla, escreve <i>Tapeçarias</i> , antologia comentada de textos gregos antigos.
Século X d.C.	c.980: Nasce Avicena, importante filósofo persa (†1137).	
Séculos XI d.C.	1033: Nasce Anselmo de Canterbury, autor do <i>Proslogion</i> (†1109).	
	1079: Nasce o filósofo e teólogo francês Abelardo (†1142).	1066: Os normandos tomam a Inglaterra aos saxões, na Batalha de Hastings.
	c.1093: al Ghazali escreve <i>A Incoerência dos filósofos</i> .	1085: Início da reconquista da península Ibérica aos mouros pelos cristãos e 1088: Fundação da Universidade de Bolonha, primeira universidade medieval europeia.
	1130: Pedro Abelardo escreve a <i>Logica ingredientibus</i> , primeira contribuição importante à lógica no período medieval.	1095-1099: Primeira Cruzada e tomada de Jerusalém aos islâmicos pelos cristãos.
Séculos XII d.C.		século XI: Início da arquitetura gótica na Europa cristã.
	c.1150: Introdução na Europa dos textos de filosofia antiga traduzidos por Avicena e al Farabi.	1147-1150: Segunda Cruzada.

FILOSOFIA	OUTRAS ÁREAS
Século XII d.C.	1168: Nasce Roberto Grosseteste, figura central do importante movimento intelectual da primeira metade do século XIII na Inglaterra e autor de inúmeros tratados científicos. Seus estudos sobre espelhos e lentes, com os de seu mais renomado discípulo, Roger Bacon, possibilitaram a confecção dos óculos (†1253).
	1187: Saladino retoma Jerusalém aos cristãos.
	1191: Terceira Cruzada.
	1200: Filipe II da França aprova a criação da Universidade de Paris • 1202: A Quarta Cruzada toma Constantinopla • 1209: Criação da Universidade de Oxford, Inglaterra. Fundação da Ordem dos Franciscanos.
Século XII d.C.	1216: Fundação da Ordem dos Dominicanos.
Século XII d.C.	1182-1193: Averróes escreve seus <i>Comentários</i> à obra de Aristóteles, que influenciarão a retomada desse pensador na Europa cristã, inclusive por São Tomás de Aquino.
	1190: Maimônides, filósofo judeu de influência platônica, escreve o <i>Guia dos perplexos</i> .
	1210: Proibição do ensino de Aristóteles em Paris, por ser conhecido através das leituras islâmicas de Averróes.
	c.1265: Nasce o filósofo escocês João Duns Escoto, importante representante da retomada do aristotelismo na Idade Média (†1308) • 1266-1273: Tomás de Aquino escreve a <i>Suma teológica</i> , abrindo caminho para o aristotelismo cristão.

Século XII d.C.	1277: Condenação de teses aristotélicas pelo bispo de Paris.	
Séculos XIII e XIV d.C.		c.1301: Dante começa a escrever <i>A divina comédia</i> • 1304: Nasce o poeta Francesco Petrarca, um dos iniciadores do humanismo e de grande influência no Renascimento (†1374) • 1309: A sede da Igreja católica é transferida para Avignon.
	1323: Guilherme de Ockham escreve a <i>Summa lógica</i> .	
		1337: Início da Guerra dos Cem Anos entre Inglaterra e França. 1347-1350: A peste negra assola a Europa.
Século XV d.C.	1401: Nasce Nicolau de Cusa, cardeal e autor neoplatónico, autor de <i>De docta ignorantia</i> (†1464).	
		1440: Fundação da Academia Platónica em Florença, importante centro do humanismo • 1445: Nasce o pintor italiano Sandro Botticelli (†1510).
		1452: Nasce o arquiteto, pintor, escultor e inventor italiano Leonardo da Vinci (†1519) • 1453: Tomada de Constantinopla pelos turcos. Fim do Império bizantino. Parte do acervo de obras clássicas gregas é levada para o Ocidente, influenciando a retomada dos clássicos durante o Renascimento • Meados do século XV: O uso de instrumentos como o astrolábio, a bússola e o quadrante revolucionam a navegação.
	1469: Marsílio Ficino escreve comentário sobre <i>O Banquete</i> de Platão, dando início ao platonismo renascentista.	

FILOSOFIA	OUTRAS ÁREAS
Século XV d.C.	1475: Nasce o pintor, escultor, poeta e arquiteto italiano Michelangelo Buonarroti (†1564).
	1483: Nasce o pintor e arquiteto italiano Rafael Sanzio (†1520) • 1487: O navegador português Bartolomeu Dias dobra o cabo da Boa Esperança.
	1492: O humanista espanhol António de Nebrija publica a primeira gramática de uma língua vernácula, a <i>Gramática de la lengua castellana</i> . Os mouros são expulsos da Espanha pelos reis católicos. Cristóvão Colombo descobre a América • 1494: Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha • 1498: O navegador e explorador português Vasco da Gama chega à Índia.
Século XVI d.C.	1500: O navegador português Pedro Álvares Cabral descobre o Brasil
	1501: Américo Vespúcio, navegador florentino, explora a costa do Brasil • 1503: Leonardo da Vinci pinta a <i>Mona Lisa</i> .
	1512-1517: Nicolau Maquiavel escreve suas obras mais conhecidas: <i>O Príncipe</i> e <i>Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio</i> .
Século XVII d.C.	1513: O espanhol Vasco Núñez de Balboa cruza o Panamá e descobre o Oceano Pacífico • 1516: Navegadores portugueses chegam à China • 1517: Martinho Lutero publica as "95 Teses" contra o catolicismo • 1519: Cortez subjuga os astecas no México. O navegador português Fernão de Magalhães dá início à primeira viagem de circunavegação.
	1520: fl. Ticiano Vecellio, um dos principais representantes da escola veneziana no Renascimento, antecipando diversas características do Barroco e até do Modernismo • 1521: Reforma Protestante. Guerra civil na França • 1524-25: Inspirados por Martinho Lutero, camponeses se revoltam na Alemanha • 1525: Nasce Pieter Bruegel o Velho (†1569) • 1527: Henrique VIII, da Inglaterra, querendo se divorciar de sua primeira esposa, Catarina de Aragão, rompe com a Igreja católica. Carlos V, da Espanha, saqueia Roma, anunciando o fim de seu domínio.

1533: Nasce o escritor ensaísta francês Michel de Montaigne, considerado inventor do estilo literário ensaio (†1592).	1532: Rabelais publica <i>Pantagruel</i> . Francisco Pizarro conquista o Peru • 1533-84: Ivan o Terrível governa a Rússia • 1534: Rabelais publica <i>Gargântua</i> . Henrique VIII funda a Igreja anglicana e confisca as propriedades da Igreja católica. Inácio de Loyola funda a Companhia de Jesus (Jesuítas) • 1537: O astrônomo polonês Nicolau Copérnico começa a divulgar um modelo cosmológico heliocêntrico, abalando o tradicional geocentrismo.
1548: Nasce o filósofo e teólogo Giordano Bruno (†1600).	1541: Calvino leva a Reforma para Genebra • 1542: O papa Paulo II restabelece a Inquisição • 1543: Morre Copérnico, em Frauenburgo, no mesmo dia da publicação de sua obra <i>Da revolução das esferas celestes</i> • 1545: Concílio de Trento • 1546: Publicação de <i>Sobre a metalurgia</i> , de Georgius Agricola.
	1550: O pintor e arquiteto italiano Giorgio Vasari publica <i>Vidas dos mais eminentes pintores, escultores e arquitetos italianos</i> • 1555: A Paz de Augsburg determina que cada soberano decida a religião de seus súditos • 1556-1598: Filipe II assume o trono da Espanha • 1558-1603: Reinado de Elizabeth I na Inglaterra.
1561: Nasce em Londres o político, filósofo e ensaísta inglês Francis Bacon (†1626) • 1568: Nasce Tommaso Campanella (†1639).	1560: O pastor escocês John Knox funda o presbiterianismo • 1562-98: Henrique IV persegue os protestantes na França • 1564: Nascem Galileu Galilei (†1642) e os poetas e dramaturgos ingleses William Shakespeare (†1616) e Christopher Marlowe (†1593), que introduziu no teatro os “versos brancos”, estrutura que será usada por Shakespeare • 1568-1648: Revolução holandesa contra a Espanha • 1569: Gerhard Mercator consegue projetar corretamente as coordenadas espaciais relativas às três dimensões da Terra em um planisfério de apenas duas dimensões, tornando possível a composição de mapas de navegação apurados.

FILOSOFIA	OUTRAS ÁREAS
1588: Nasce o teórico político e filósofo inglês Thomas Hobbes, autor de <i>Leviatã</i> e <i>Do cidadão</i> (1679). Michel de Montaigne publica seus <i>Ensaíos</i>. Teresa d'Ávila escreve o texto visionário <i>Castelo Interior</i>. 1596: Nasce o filósofo, físico e matemático francês René Descartes, figura-chave da Revolução Científica, considerado o fundador da filosofia e da matemática modernas (1650). 1600: Giordano Bruno é condenado e morto na fogueira, pela Inquisição romana.	1571: Nasce o pintor italiano Caravaggio, considerado o primeiro grande representante do Barroco (1610), e Johannes Kepler, astrônomo alemão que descobriu as órbitas elípticas dos planetas (1630). Batalha de Lepanto, na costa grega, marca o início do declínio do poder naval da Turquia no Mediterrâneo • 1572: O poeta português Luís de Camões publica <i>Os Lusíadas</i>. Massacre da Noite de São Bartolomeu, episódio sangrento na repressão dos huguenotes pelos reis franceses, católicos • 1573: Nasce o poeta jacobino inglês John Donne, considerado o maior representante dos poetas metafísicos da época (1631) • c.1575: A Europa começa a importar batatas, tabaco, cacau, milho e café das Américas • 1577: Nasce o pintor flamenco Peter Paul Rubens (1640) • 1579: União de Utrecht afirma a unificação dos Países Baixos. 1581: Holanda independente do domínio espanhol • 1588: A Invencível Armada, espanhola, é derrotada pela armada inglesa. 1590: O poeta inglês Edmund Spenser publica o épico <i>The Faerie Queene</i> • 1598: Editado de Nantes concede garantia de tolerância aos huguenotes • 1599: Nasce o pintor espanhol Velázquez, o principal artista da corte do rei Filipe IV, autor de <i>As meninas</i> (1660). c.1600: Invenção do telescópio e do microscópio.

	1605: Miguel de Cervantes publica <i>Dom Quixote</i>, considerado o primeiro romance moderno • 1606: Nasce o pintor e gravador holandês Rembrandt (†1669) • 1607: Performance de <i>Orfeu</i>, de Claudio Monteverdi, uma das primeiras óperas. Fundada a Colônia de Jamestown na Virgínia, primeiro estabelecimento permanente dos ingleses na América do Norte • Século XVII: Apogeu da arte barroca. 1610: Galileu Galilei usa pela primeira vez o telescópio para ver estrelas e planetas. Suas conclusões ratificam o sistema copernicano e são banidas pela igreja católica em 1633 • 1613: Início da dinastia Romanov na Rússia • 1618-1648: Guerra dos Trinta Anos. 1622: Nasce o dramaturgo Jean-Baptiste Poquelin, conhecido como Molière, considerado um dos mestres da comédia satírica e fundador indireto da Comédie-Française (†1693) • 1625: Carlos I assume o trono da Inglaterra • 1628: O médico inglês William Harvey descreve a circulação do sangue. 1630-42: Emigração em grande escala dos ingleses para as colônias norte-americanas • 1632: Nasce o pintor holandês Johannes Vermeer (†1675) • 1636: O dramaturgo francês Pierre Corneille escreve <i>O Cid</i> • 1637: Descartes publica <i>Geometria</i>, intensificando o movimento de algebrização da geometria • 1639: Nasce o dramaturgo francês Jean Baptiste Racine (†1699). Japoneses decretam política de isolamento contra toda a Europa. 1640: Publicações de Cornelius Jansenius conduzem a conflito teológico no catolicismo • 1642: Blaise Pascal inventa a primeira máquina de somar • 1642-1649: Guerra civil na Inglaterra • 1643: Nasce o cientista inglês Isaac Newton (†1727) • 1644: Nasce Antonio Stradivari, famoso desenhista de instrumentos de corda, conhecido sobretudo pela construção de seus violinos (†1737) • 1648: Fundada em Paris a Real Academia de Pintura e Escultura. Tratado de Westfália põe fim à Guerra dos Trinta Anos; a Espanha reconhece a soberania da Holanda • 1649: Carlos I da Inglaterra é condenado e decapitado. Fundação do Parlamento, sob a liderança de Oliver Cromwell, e início do liberalismo político.
1623: Nasce o filósofo, teólogo, físico e matemático Blaise Pascal (†1662).	
1632: Nascem o filósofo holandês Baruch de Spinoza (†1677) e o filósofo inglês John Locke, fundador do empirismo (†1704) • 1637: René Descartes escreve <i>O discurso sobre o método</i> • 1638: Nasce o filósofo francês Nicolas de Malebranche (†1715).	
1646: Nasce o filósofo, dentista, matemático, diplomata e bibliotecário alemão Gottfried W. von Leibniz (†1716).	

	FILOSOFIA	OUTRAS ÁREAS
Século XVIII d.C.		1654: Pascal e Pierre de Fermat estabelecem as bases da teoria das probabilidades e da análise combinatória • 1659: Luís XIV de França casa-se com Maria Teresa, da Espanha.
		1660: O Parlamento restaura a monarquia inglesa, com Carlos II • 1667: O poeta e escritor inglês John Milton escreve <i>O paraíso perdido</i> .
		1672-78: França e Inglaterra em guerra contra a Holanda.
	1685: Nasce o filósofo empirista irlandês George Berkeley (†1753) • 1689: Nasce o político, filósofo e escritor francês Montesquieu, famoso por sua Teoria da Separação dos Três Poderes, atualmente consagrada em muitas constituições modernas internacionais (†1755).	1682: Luís XIV eleva o poder secular acima da autoridade religiosa, dando assim início ao absolutismo na França • 1685: Luís XIV revoga o Edito de Nantes. Na Inglaterra Jaime II sobe ao trono e tenta restaurar o catolicismo • 1687: Isaac Newton publica <i>Principios matemáticos da filosofia natural</i> • 1688: Revolução Gloriosa derruba Jaime II. Declaração de Direitos do Parlamento limita o poder da monarquia • 1689: Maria II e Guilherme de Orange, ambos protestantes, sobem ao trono da Inglaterra. Novas leis protegem a liberdade de religião e individual.
Século XVIII d.C.	1694: Nasce o filósofo iluminista francês François-Marie Arouet, mais conhecido pelo pseudônimo Voltaire, cuja obra influenciou pensadores importantes tanto da Revolução Francesa quanto da Americana (†1778).	1692: Julgamento das “bruxas” de Salém, em Massachusetts • 1697: Nasce o pintor, gravador e ilustrador inglês William Hogarth (†1764).
		1701: Frederico III sobe ao trono da Prússia, que ganha poder internacional através da força militar • 1702-13: Guerra de Sucessão espanhola. Início da dinastia Bourbon, com Filipe V • 1703: Nasce o pintor francês François Boucher (†1770), considerado por muitos o maior artista decorativo do Setecentos europeu • 1707: União da Inglaterra e da Escócia como Reino Unido da Grã-Bretanha.

1711: Nasce o filósofo escocês David Hume, ao lado de Adam Smith e Thomas Reid, uma das figuras mais importantes do Iluminismo escocês. Fundador do empirismo moderno (com Locke e Berkeley) e, por seu ceticismo, o mais radical entre os empiristas (1776) • 1712: Nasce o filósofo, escritor e teórico político Jean-Jacques Rousseau, uma das figuras mais marcantes do Iluminismo francês (1778) • 1714: Nasce o filósofo alemão Alexander Gottlieb Baumgarten, o primeiro a introduzir o termo "estética" no sentido de ciência do conhecimento sensorial (1762).	1715-1716: Luís XV, rei da França, consolida o poder absoluto da monarquia.
1724: Nasce o filósofo Immanuel Kant (1804).	
1744: Nasce o filósofo alemão Johann Gottfried von Herder (1803) • 1748: Nasce o filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham (1832).	1746: Nasce o pintor espanhol Francisco de Goya (1828) • 1749: Nasce o escritor alemão Johann Wolfgang von Goethe, uma das mais importantes figuras da literatura alemã e do Romantismo europeu (1832).
1759: Nasce o filósofo, historiador e poeta alemão Johann Christoph Friedrich von Schiller (1805).	1756-63: Guerra dos Sete Anos • 1757: Nasce o poeta e pintor inglês William Blake (1827) • Meados do século XVIII-XIX: Revolução Industrial.
1762: Nasce o filósofo alemão Johann Gottlieb Fichte, uma das principais figuras do idealismo alemão (1814) • 1768: Nasce o filósofo alemão Friedrich Schleiermacher (1834).	1760-1780: Movimento Sturm und Drang ("Tempestade e Impeto"), na Alemanha, cujos principais representantes são Wolfgang von Goethe e Friedrich Schiller • 1766: John Dalton introduz a teoria atômica na química • 1769: Invenção da máquina a vapor. Nasce Napoleão Bonaparte (1821).

	FILOSOFIA	OUTRAS ÁREAS
Século XVIII d.C.	1770: Nasce o filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel, principal figura do idealismo alemão do século XIX (†1831) • 1775: Nasce o filósofo alemão Friedrich W. von Schelling (†1854).	1770: Nascem o poeta alemão Johann Christian Friedrich Hölderlin (†1843) e o compositor alemão Ludwig van Beethoven (†1827) • 1772: Daniel Rutherford e Joseph Priestley descobrem (independentemente) o nitrogênio • 1774: Nasce o pintor, gravurista, desenhista e escultor romântico alemão Caspar David Friedrich (†1840). Goethe publica <i>Os sofrimentos do jovem Werther</i> • 1775: Nasce o pintor inglês Joseph Mallord William Turner, considerado por alguns um dos precursores do Impressionismo (†1851) • 1776: Nasce o pintor romântico inglês John Constable (†1837). Início do sistema fabril.
	1788: Nasce o filósofo alemão Arthur Schopenhauer (†1860).	1789-1799: Revolução Francesa.
	1798: Nasce o filósofo francês Isidore Auguste Marie François Xavier Comte, fundador da sociologia e do positivismo (†1857).	1793: Publicação de <i>Casamento do céu e do inferno</i> , de William Blake • 1795: Nasce o poeta lírico John Keats (†1821) • 1797: Nasce o compositor austríaco Franz Peter Schubert (†1828) • 1798: Nasce o pintor francês Eugène Delacroix (†1863). Edward Jenner descobre a vacina contra a varíola • 1799: Napoleão governa a França.
Século XIX d.C.	1804: Nasce o filósofo alemão Ludwig Feuerbach (†1872) • 1806: Nasce o filósofo e economista inglês John Stuart Mill (†1873).	1800-1900: Romantismo • 1804-1815: Napoleão I, imperador da França • 1805: Primeira fábrica de latas abre após a descoberta do doceiro francês Nicholas Appert de que o calor em recipientes fechados interrompe o desenvolvimento de bactérias nos alimentos • 1809: Nascem o compositor alemão Felix Mendelssohn (†1847) e o dentista inglês Charles Darwin (†1882).
	1813: Nasce o filósofo dinamarquês Søren Kierkegaard (†1855) • 1818: Nasce o filósofo e economista alemão Karl Heinrich Marx, fundador da doutrina comunista moderna (†1883).	1810: Nascem o compositor polonês Fryderyk Chopin (†1849) e o compositor alemão Robert Schumann (†1856). O médico saxão Samuel Hahnemann publica <i>Organon da medicina racional</i> e introduz a homeopatia no Ocidente • 1811: Nasce o compositor e pianista húngaro Franz Liszt (†1886) • 1813: Nasce o compositor alemão Richard Wagner (†1883) • 1815: Batalha de Waterloo: ingleses e prussianos derrotam Napoleão • 1818: Gericault pinta <i>A balsa da Medusa</i> • 1819: Byron publica <i>Don Juan</i> .

1820: Nasce o filósofo alemão Friedrich Engels (†1895).	1821: Nasce o escritor russo Fiódor Dostoiévski (†1881) • 1826: De la croix termina seu quadro <i>A morte de Sardanápalo</i> , marco no romantismo do século XIX • 1829: Nasce o pintor alemão Anselm Feuerbach (†1880).
1833: Nasce o filósofo, psicólogo e pedagogo alemão Wilhelm Dilthey (†1911) • 1839: Nasce o filósofo, cientista e matemático americano Charles Sanders Peirce, fundador do pragmatismo e da semiótica (†1914).	1830-1914: Realismo nas Artes • 1832: Nasce o pintor francês Edouard Manet (†1883). Goethe publica <i>Fauzão</i> • 1833: Nasce o compositor alemão Johannes Brahms (†1897), uma das mais importantes figuras do romantismo musical europeu do século XIX • 1835: Publicação de <i>Père Goriot</i> , de Balzac, marco do romance realista • 1837: Charles Dickens publica <i>The Pickwick Papers</i> • 1837-1901: Rainha Vitória governa a Inglaterra • 1839: Nasce o pintor francês Paul Cézanne (†1906).
1844: Nasce o filósofo e filólogo Friedrich Wilhelm Nietzsche (†1900) • 1848: Nasce o filósofo e matemático alemão Friedrich Ludwig Gottlob Frege (†1925).	1840: Nascem o compositor romântico russo Piotr Ilitch Tchaikovsky (†1893) e o pintor francês Claude Monet (†1926) • 1843: O americano Samuel Morse inventa o código morse e o telégrafo com fios • 1848: Nasce o pintor francês Paul Gauguin (†1903).
1859: Nascem o filósofo alemão Edmund Gustav Albrecht Husserl, fundador da fenomenologia (†1938), e o filósofo e diplomata francês Henri Bergson (†1941).	1853: Nasce o pintor holandês Vincent van Gogh (†1890) • 1855: Walt Whitman publica o poema "Folhas de relva" • 1856: Nasce o médico austríaco Sigmund Freud, fundador da psicanálise (†1939) • 1857: Gustave Flaubert publica o romance <i>Madame Bovary</i> . Nasce o linguista suíço Ferdinand de Saussure (†1913) • 1858: Nasce o físico alemão Max Planck, o pai da física quântica (†1947) • 1859: Darwin publica <i>A origem das espécies</i> .
	1861: Início da Guerra Civil americana • 1866: Nasce o pintor russo Wassily Wassilyevich Kandinsky (†1944). Alfred Nobel patenteia a dinamite • 1869: Nasce o pintor, desenhista, gravurista e escultor francês Henri Matisse (†1954).
1872: Nasce o filósofo e matemático inglês Bertrand Russell, um dos iniciadores da filosofia analítica (†1970) • 1874: Nasce o filósofo alemão Max Scheler (†1928).	1870-1890: Impressionismo • 1872: Nasce o pintor holandês Piet Mondrian (†1944) • 1876: Alexander Graham Bell inventa o telefone • 1879: Dostoiévski escreve <i>Os irmãos Karamazov</i> . Nascem o pintor e poeta suíço Paul Klee (†1940) e o físico alemão Albert Einstein, que revolucionou a física moderna com sua teoria da relatividade (†1955).

FILOSOFIA	OUTRAS ÁREAS
1883: Nasce o filósofo e ensaísta espanhol José Ortega y Gasset (†1955) • 1884: Nasce o filósofo francês Gaston Bachelard (†1962) • 1889: Nascem o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (†1951) e o filósofo alemão Martin Heidegger (†1976).	1880: Nasce o escritor e crítico de arte francês Guillaume Apollinaire (†1918) • 1880-1905: Movimento Art Nouveau • 1881: Nasce o pintor espanhol Pablo Picasso (†1973). Renoir pinta <i>O almoço dos remadores</i> • 1882: Nascem o pintor e escultor francês Georges Braque, fundador do cubismo (†1963), e o escritor irlandês James Joyce (†1941) • 1885: Nascem o poeta, americano Ezra Pound (†1972) e o físico dinamarquês Niels Bohr (†1962) • c.1885-1905: Pós-impressionismo • 1887: Nascem o pintor espanhol Juan Gris (†1927), o pintor, escultor e poeta francês Marcel Duchamp (†1968), inventor do <i>ready made</i> e um dos precursores da arte conceitual, e o físico austríaco Erwin Schrödinger (†1961) • 1889: Van Gogh pinta <i>Noite estrelada</i> . Nasce o escritor norte-americano Ernest Hemingway (†1961).
1891: Nasce o filósofo alemão Rudolf Carnap, um dos fundadores do Círculo de Viena (†1970) • 1892: Nasce o filósofo alemão Walter Benjamin (†1940) • 1895: Nasce o filósofo alemão Max Horkheimer (†1973) • 1898: Nasce o filósofo alemão Herbert Marcuse (†1979) • 1900: Nascem o filósofo alemão Hans-Georg Gadamer (†2002) e o filósofo inglês Gilbert Ryle (†1976).	1890: Nasce o fotógrafo e pintor norte-americano Man Ray (†1976) • 1891: Nasce o pintor alemão Max Ernst (†1976) • 1893: Nasce o pintor catalão Joan Miró (†1983) • 1895: Os irmãos Auguste Marie Louis Nicholas e Louis Jean Lumière patentam a invenção do cinematógrafo, máquina de filmar e projetor de cinema • 1896: Nasce André Breton, poeta surrealista francês (†1966) • 1897: Nasce o pintor surrealista belga Paul Delvaux (†1994) • 1898: Nasce o pintor surrealista belga René Magritte (†1967) • 1900: Descoberta da lei da radiação térmica por Max Planck marca o início da física quântica.

1902: Nasce o filósofo inglês Karl Popper (†1994) • 1903: Nasce o filósofo e músico alemão Theodor Adorno (†1969) • 1905: Nasce Jean-Paul Sartre, filósofo, romancista e dramaturgo francês, um dos criadores do existencialismo (†1980) • 1906: Nasce a filósofa alemã Hannah Arendt (†1975) • 1908: Nascem o filósofo francês Maurice Merleau-Ponty (†1961) e o filósofo americano Willard Van Orman Quine (†2000). 1911: Nasce o filósofo inglês John Langshaw Austin (†1959).	1900-1920: Monet pinta sua série de <i>Ninféias</i> • 1901: Freud publica <i>A interpretação dos sonhos</i>. Nasce o físico alemão Werner Heisenberg, um dos fundadores da mecânica quântica (†1976) • 1903: Os irmãos Wright constroem o primeiro avião nos EUA • 1904: Nasce o pintor espanhol Salvador Dalí (†1989). Cézanne pinta <i>O monte de Sainte-Victoire</i>. Joseph Conrad publica <i>Coração das trevas</i> • 1905: Einstein divulga a teoria da relatividade • 1905-1910: Fauvismo • c.1905-1925: Expressionismo, especialmente associado aos alemães • 1906: O aeronauta e inventor brasileiro Alberto Santos Dumont constrói e testa em Paris o aeroplano <i>14-Bis</i> • 1907: Picasso pinta <i>Les Femmes d'Alger</i> • c.1907 em diante: Arte abstrata • 1908: Lançamento do automóvel Modelo T da Ford • 1908-1920: Cubismo • c.1909-1914: Futurismo. 1912: Nasce o pintor norte-americano Jackson Pollock (†1956) • c.1913-1930: Construtivismo • 1914-1918: Primeira Guerra Mundial • 1915: Kafka publica <i>A metamorfose</i> • 1916: James Joyce publica <i>Retrato do artista quando jovem</i> • 1916-1924: Dadaísmo na poesia • 1918: Planck é agraciado com o Nobel de física • 1918-20: Movimento pelo direito de voto das mulheres na Inglaterra • 1919: W.B. Yeats escreve o poema "The second coming" • 1919-1933: Fundada em Weimar a Bauhaus, escola de design e arquitetura por Walter Gropius. 1921: Einstein recebe o Nobel de física e a medalha Matteucci • c.1924-1939: Surrealismo • 1927: Charles Lindbergh cruza o Atlântico no primeiro voo solo • 1928: Alexander Fleming descobre o primeiro antibiótico: a penicilina • 1928-1968: Martin Luther King lidera o movimento antirracista nos EUA.
1922: Nasce o físico e filósofo americano Thomas Samuel Kuhn (†1996) • 1925: Nasce o filósofo francês Gilles Deleuze (†1995) • 1926: Nasce o filósofo francês Michel Foucault (†1984) • 1927: Henri Bergson recebe o Nobel de literatura • 1929: Nasce o filósofo alemão Jürgen Habermas.	

FILOSOFIA	OUTRAS ÁREAS
1930: Nasce o filósofo francês Jacques Derrida (†2004) • 1931: Nasce o filósofo e ensaísta norte-americano Richard Rorty (†2007).	1931: Salvador Dalí, pintor surrealista espanhol, pinta <i>Persistência da memória</i> • 1939: James Joyce publica <i>Finnegans Wake</i> , marco da literatura moderna em língua inglesa • 1939-1945: Segunda Guerra Mundial
	1940: Hemingway publica o romance <i>Por quem os sinos do bram</i> • 1948: Pollock começa a desenvolver a Action Painting. Cientistas no Bell Labs inventam o transistor. Criação do Estado de Israel.
	1953: Descoberta da estrutura do DNA • 1957: Com o lançamento do <i>Sputnik</i> , o primeiro satélite artificial na órbita da Terra, a União Soviética inaugura a era espacial • 1959: Revolução Cubana, sob a liderança de Fidel Castro.
1964: Sartre recusa o prêmio Nobel de Literatura.	1960: FDA aprova o uso da pílula anticoncepcional • 1962: Crise dos mísseis em Cuba. Confronto EUA-URSS • 1963: Assassinato de Kennedy em Dallas • 1965-1975: Guerra do Vietnã • 1968: Movimento estudantil na França, EUA e Alemanha. Primavera de Praga. Assassinato de Martin Luther King • 1969: Chegada do homem à Lua.
1979: O filósofo francês Jean François Lyotard publica <i>A condição pós-moderna</i> .	1974: Richard Nixon, presidente dos EUA, renuncia após o escândalo Watergate.
	1980: Identificado o vírus da Aids • 1986: Explosão nuclear em Chernobyl • 1989: Queda do muro de Berlim.
	1990: O engenheiro inglês Tim Bernes-Lee desenvolve a WWW (World Wide Web) e revoluciona a Internet • 1991: Colapso da URSS.
	2001: Ataque terrorista às torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York.

Século XX d.C.

Século XXI d.C.

Notas

1. J. Locke, *Ensaio sobre o entendimento humano*, II, 1.
2. K. Jaspers, *Introdução ao pensamento filosófico*.
3. Tradução nossa.
4. Aristóteles, *Metafísica* A 982a. Tradução nossa.
5. G.F. Hegel, *Curso de 1822*. Tradução nossa.
6. F. Nietzsche, *Para além do bem e do mal*, aforismo 289.
7. F. Nietzsche, *Ecce homo*, “Por que sou um destino?”.
8. W.J. Durant, “Essay: What (if anything) to expect from today’s philosophers?”.
9. O esquete pode ser visto em <http://www.youtube.com/watch?v=wrtKc1ZtrGQ>
10. Cf. também o capítulo 7 deste livro.
11. Cf. p.15 deste livro.
12. Platão, *Fedro*, 275a-276a. Tradução nossa.
13. Tradução nossa.
14. Cf. G. S. Kirk, J.E. Raven e M. Schofield, *Os filósofos pré-socráticos*.
15. Cf. R. Machado, *Zaratustra: tragédia nietzschiana*.
16. Cf. a esse respeito M. Frede, “Figures du philosophe”.
17. Platão, *Apologia*, 23a.
18. Ibid., 30e-31a.
19. Cf. R. Robinson. *Plato’s Earlier Dialectic*.
20. Vide, por exemplo, Platão, *Cármides*, 165b; *Apologia* 23a; e *República* 336e-337a.
21. J.-C. Fraisse. *Philia. La notion d’amitié dans la Philosophie Antique*.
22. Platão, *Sofista*, 230b-e.
23. A mesma distinção também em M 1078b 9-32; 1086 a37-b5.
24. Traduções nossas.
25. Traduções nossas.
26. Tradução nossa.
27. In *Primeira meditação*. Tradução nossa.
28. Cf. Diógenes Laércio, *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*.
29. É significativo a esse respeito o texto de Kant “Resposta à pergunta ‘Que é Iluminismo?’”.
30. Sobre a história dos textos de Aristóteles, ver W.K. Guthrie, *História da filosofia grega*.
31. Aristóteles, *Metafísica* A, 987 a29-b14.
32. V. Goldschmidt. “Les querelles sur le Platonisme”, p.179.
33. J.L. Austin, *How to Do Things with Words*.
34. Cf. Aristóteles, *De anima*, A 5, 411a7.
35. Aristóteles, *Metafísica* A, 3 983b6. Tradução nossa.
36. Aristóteles, *Metafísica* M, 1078b 9-32 e 1086 a37-b5, respectivamente. Traduções nossas.
37. Conforme comenta Monique Dixsaut no verbete “*aletheia*” da *Encyclopédie philosophique universelle*, t.1. Paris, PUF, 1992.
38. Para uma visão geral do pensamento de Parmênides, G.S. Kirk, J.E. Raven, M. Schofield, *Os filósofos pré-socráticos*. Ainda em português, ver o volume *Os pré-socráticos* da coleção *Os Pensadores*. Para um estudo detalhado do *Poema*, Pierre Aubenque (org.), *Études sur Parménide*.

39. Cf. Pierre Chantraîne. *La formation des noms en Grec ancien* e *Dictionnaire étymologique de la langue grecque*. Cf. também Pierre Aubenque, no verbete a “*on, ousia, huperousios, einai, epekeina tes ousias*”, em *Encyclopédie Philosophique Universelle*.
40. Para uma visão mais detalhada acerca dos muitos sentidos e usos do verbo grego ser e do conceito de ser, ver a coletânea de artigos de Charles H. Kahn, *Sobre o verbo grego ser e o conceito de Ser*.
41. *Dictionnaire de la philosophie*, p.1.641-7.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor. *Mínima moralia*. Trad. de Luiz Bicca. São Paulo, Ática, 1992.
- AGOSTINHO. *Confissões*. Trad. de Frei Agostinho Belmonte, O.A.R. São Paulo, Paulus, 1994.
- AQUINO, Tomás de. *Suma teológica*. Trad. sob coordenação geral de Carlos-Josaphat Pinto de Oliveira, OP et alii. Tomos I-IX. São Paulo, Loyola, 2001-2006.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Trad. de Giovanni Reale. São Paulo, Loyola, 2002, 3 vols. Disponível também em <http://www.perseus.tufts.edu/>
- _____. *Segundos analíticos*, in Jonathan Barnes (org.), *Aristotle, Analytica Posteriora*. Oxford, Clarendon Press, 2002.
- _____. *De anima*. Apresentação, trad. e notas de Maria Cecília Gomes do Reis. São Paulo, Editora 34, 2006.
- _____. *Física*, Livros I-II. Trad. de Lucas Angioni. Campinas, Unicamp, 1999.
- _____. *Política*. Trad. de Mário da Gama Kury. Brasília, UnB, 1985.
- AUBENQUE, Pierre (org.). *Études sur Parménide*. Paris, Vrin, 1987.
- AUSTIN, John L. *How to Do Things with Words*. Oxford, Oxford University Press, 1962.
- BACON, Francis. *Ensaio*. Trad. de Alan Neil Ditchfield. Petrópolis, Vozes, 2007.
- _____. *The New Atlantis*. In www.gutenberg.org/etext/2434
- BARKER, Ernest. *Teoria política grega*. Trad. de Sérgio Fernando Guarischi Bath. Brasília, UnB, 1978.
- BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. Trad. de Davi Arrigucci Jr. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- BRÉHIER, Émile. *Études de philosophie antique*. Paris, PUF, 1955.
- BRUCKER, J. Jakob. *Historia critica philosophiae*. Whitefish, MT, Kessinger, 2010.
- BRUNO, Giordano. *Cabala del cavalo Pegaseo*. Disponível em inglês em ebookey.org/Giordano-Bruno-Sidney-L-Sondergard-Madison-U-Sowell-The-Cabala-of-Pegasus_398128.html
- CARNAP, Rudolf. *Der logische Aufbau der Welt*. Berlim, Weltkreis, 1928.
- _____. *Philosophical Foundations of Physics*. Nova York, Basic Books, 1966.
- CHANTRAÎNE, Pierre. *La formation des noms en Grec ancien*. Paris, Champion, 1933.
- _____. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque*. Paris, Klincksieck, 1968.
- COPENHAVER, Brian. *Hermetica: The Greek Corpus Hermeticum and the Latin Asclepius*. Cambridge, Cambridge University Press, 1993.
- COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. Trad. de Fernando de Aguiar. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- CUMONT, Franz-Valérie-Marie. *L'Égypte des astrologues*. Bruxelas, Culture et Civilisation, 1937, reed. 1982.
- DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Trad. de Ruth Joffily Dias e Edmundo Fernandes Dias. Rio de Janeiro, Editora Rio, 1976.
- DELEUZE, Gilles e Félix Guattari. *O que é filosofia?* Trad. de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munoz. São Paulo, Editora 34, 1992.
- DESCARTES, René. *Princípios da filosofia*. Trad. de João Gama. Lisboa, Edições 70, 2006.
- _____. *Discurso do método*. Trad. de Elza Moreira Marcelina. São Paulo/Brasília, Ática/UnB, 1989.
- _____. *Meditações metafísicas*. Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- _____. *Tratado do mundo ou da luz*. Trad. de César Augusto Battisti. Campinas, Unicamp, 2009.
- Dictionnaire de la philosophie*. Paris, Encyclopaedia Universalis/Albin Michel, 2006. Disponível também on-line: <http://www.universalis.fr/encyclopedie/physics/>
- DIÓGENES Laércio. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Trad., introdução e notas de Mario da Gama

- Kury. Brasília, UnB, 1987.
- DIXSAUT, Monique. *Le naturel philosophe: Essai sur les Dialogues de Platon*. Paris, Vrin, 2001.
- DONNE, John. *Meditações*. Trad. de Fabio Cyrino. São Paulo, Landmark, 2007.
- DUESO, Solana J. *Protágoras de Abdera. Dissoi Logoi. Textos relativistas*. Madri, Akal, 1996.
- DURANT, William James. "Essay: What (if anything) to expect from today's philosophers?", *Time Magazine*, vol. 87, 1966.
- FERRATER MORA, José. *Diccionario de filosofia*. Madri, Alianza, 3ª ed. 1981.
- FESTUGIÈRE, André-Jean. *La révélation d'Hermès Trimegiste*. Paris, Les Belles Lettres, 1944, reed. 1981.
- FINK, Eugen. *Nietzsches Philosophie*. Stuttgart, Kohlhammer, 1960.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. Coleção Estudos (dir. J. Guinsburg). Trad. de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo, Perspectiva, 1997.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. de Roberto Machado e Eduardo Jardim. *Cadernos da PUC-Rio*, n. 16, Série Letras e Artes, 1974; Rio de Janeiro, Nau, 1999.
- _____. *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. Prefácio de Eduardo Lourenço e Vergílio Ferreira. Trad. de Antonio Ramos Rosa. Lisboa, Portugal, 1968.
- FRAISSE, Jean-Claude. *Philia: La notion d'amitié dans la philosophie antique. Essai sur un problème perdu et retrouvé*. Paris, Vrin, 1974.
- FREDE, Michael. "Figures du philosophe", in J. Brunswig e G. Lloyd (orgs.), *Le savoir grec. Dictionnaire critique*. Paris, Flammarion, 1996.
- GLOTZ, Gustave. *A cidade grega*. Trad. de Henrique de Araújo Mesquita e Roberto Cortes de Lacerda. São Paulo, Difel, 1980.
- GOLDSCHMIDT, Victor. *Platonisme et pensée contemporaine*. Paris, Vrin, 1970.
- GUTHRIE, W.K. *A History of Greek Philosophy*. Cambridge, Cambridge University Press, 1969.
- HEGEL, Friedrich Georg. *Curso de 1822*, in *Werke*. Frankfurt, Suhrkamp, 1970.
- HEIDEGGER, Martin. "La doctrine de Platon sur la vérité", in *Questions II*. Paris, Gallimard, 1968.
- _____. *Introdução à metafísica*. Trad. de Emmanuel Carneiro Leão. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1987.
- _____. *Nietzsche*. Trad. de Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro, Forense, 2007.
- _____. *Ensaio e conferências*. Trad. de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel e Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis, Vozes, 2002.
- HEISENBERG, Werner, "A descoberta de Planck e os problemas filosóficos da física atômica", in Max Born, Pierre Auger e Erwin Schrödinger. *Problemas da física moderna*. Trad. de Gita K. Guinsburg. São Paulo, Perspectiva, 2ª ed. 1990.
- HERÓDOTO. *Histórias*. Trad. de Mário da Gama Kury. Brasília, UnB, 1997.
- HOBBS, Thomas. *O Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Coleção Os Pensadores. Trad. de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silveira. São Paulo, Abril Cultural, 1984; 4ª ed. Nova Cultural, 1998; disponível também em www.dhnet.org.br/direitos/.../hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf
- HOMERO. *Ilíada*. Trad. de Haroldo de Campos, São Paulo, ARX, 2004.
- HUME, David. *Tratado da natureza humana*. Trad. de Deborah Danowsky. São Paulo, Unesp, 2ª ed. 2009.
- HUSSERL, Edmund. *A filosofia como ciência do rigor*. Prefácio de Joaquim de Carvalho. Trad. de Albin Beau. Coimbra, Atlântida, 2ª ed. 1965.
- JASPERS, Karl. *Introdução ao pensamento filosófico*. Trad. de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo, Cultrix, 1965.
- KAHN, Charles, *O verbo grego ser e o conceito de ser*. Trad. de Maura Iglesias. *Cadernos de Tradução*. Série Filosofia Antiga, n. 1. Publicação do Núcleo de Estudos de Filosofia Antiga da PUC-Rio, 1997.
- _____. "Retrospectiva do verbo ser e do conceito de ser". Trad. de Irley F. Franco. *Cadernos de Tradução*. Série Filosofia Antiga, n. 1. Publicação do Núcleo de Estudos de Filosofia Antiga da PUC-Rio, 1997.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Trad. de A.F. Morujão e M.P. Santos. Lisboa, Fundação Calouste

- Gulbenkian, 2ª ed. 1989.
- _____. “Resposta à pergunta: Que é ‘Esclarecimento’”, in *Textos seletos*. Edição bilíngue. Trad. de Raimundo Vier. Petrópolis, Vozes, 1974.
- KIRK, G.S., J.E. Raven e M. Schofield. *Os filósofos pré-socráticos*. Trad. de Carlos A.L. Fonseca. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- KOYRÉ, Alexandre. *Do mundo fechado ao universo infinito*. Trad. de Donaldson M. Garschagen. Apresentação e revisão técnica Manoel B. da Motta. Forense Universitária, 2006. Rio de Janeiro, Forense, 4ª ed., 2006.
- LA BRUYÈRE, Jean de. *Os caracteres*. Seleção, introdução, trad. e notas de Alcântara Silveira. São Paulo, Cultrix, 1965.
- LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. Trad. de Anuar Aiex. São Paulo, Nova Cultural, 5ª ed. 1991.
- _____. *Dois tratados do governo civil*. Trad., introdução e notas de Miguel Morgado. Lisboa, Edições 70, 2006.
- LOURENÇO, Eduardo. “Michel Foucault, ou O fim do Humanismo”, prefácio a Michel Foucault, *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa, Portugal, 1968.
- LUCRÉCIO. *De rerum natura (Da natureza)*. Trad. de Agostinho da Silva. São Paulo, Ediouro, 1986.
- MACHADO, Roberto. *Zaratustra: Tragédia nietzschiana*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Trad. de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*, in *A ideologia alemã*. Trad. de João Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, Hucitec, 1986. Disponível também em www.ebooksbrasil.org/eLibris/feuerbach.html
- MARX, Karl e Friedrich Engels. *O manifesto comunista*, in David Boyle, *O “Manifesto comunista” de Marx e Engels*. Trad. do manifesto por Regina Lúcia F. de Moraes. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital*. Prefácio de Ricardo Antunes. Trad. de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo, Boitempo, 2002.
- MONTAIGNE, Michel de. *Ensaaios*. Trad. de Rosemary Costhek Abílio. São Paulo, Martins Fontes, 2000-2001, 3 vols.
- NARCY, Michel. *Encyclopédie philosophique universelle*, vol.1, *Les notions philosophiques*. Paris, L’Harmattan, 2003.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. Trad., notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Além do Bem e do Mal. Prelúdio a uma filosofia do futuro*. Trad., notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- _____. *Ecce homo. Como alguém se torna o que é*. Trad., notas e posfácio de Paulo César de Souza, São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- _____. *Assim falou Zaratustra: Um livro para todos e para ninguém*. Trad. de Mario da Silva. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- _____. *Crepúsculo dos ídolos ou Como se filosofa com o martelo*. Trad., notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- _____. *A gaia ciência*. Trad., notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- _____. *Humano, demasiado humano: Um livro para espíritos livres*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- PARMÊNIDES. *Poema*, in G.S. Kirk, J.E. Raven e M. Schofield. *Os filósofos pré-socráticos*. Trad. de Carlos A.L. Fonseca, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- PESSANHA, José Américo. “O teatro das ideias”, *O que nos faz pensar – Cadernos do Departamento de Filosofia da PUC-Rio*, n.11, vol.1, 1997.
- PLATÃO. *Diálogos*. Trad. de Carlos Alberto Nunes. Belém, Universidade Federal do Pará, 1975.
- POPKIN, Richard H. *A história do ceticismo de Erasmo a Spinoza*. Trad. de Danilo Marcondes. Rio de

- Janeiro, Francisco Alves, 2000.
- POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. Trad. de Leônidas Hegenberg e Octanny S. da Motta. São Paulo, Cultrix, 1972.
- PORFÍRIO. *Isagoge*. Trad. de Bento S. Santos. São Paulo, Attar, 2002.
- _____. *Vida de Plotino*. Madri, Gredos, 1996.
- RESCHER, Nicholas. *American Philosophy Today and Other Studies*. Londres, Rowman and Littlefield, 1994.
- REXROTH, Kenneth. "The Meditations of Marcus Aurelius", *The Saturday Review*, 29, 1966.
- ROBINSON, Richard. *Plato's Earlier Dialectic*. Oxford, Clarendon Press, 1966.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Confissões*. Trad. de Raquel de Queiroz e José Benedicto Pinto. Bauru, Edipro, 2008.
- RUSSELL, Bertrand. *Os problemas da filosofia*. Trad. de Jaimir Conte. Florianópolis, UFSC, 2005.
- _____. *The Russell-Einstein Manifesto*. Londres, Spokesman Books, 2005. Disponível também em www.spokesmanbooks.com/Spokesman/PDF/85russein.pdf
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre o fundamento da moral*. Trad. de Maria Lúcia Cacciola. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- SÊNECA. *Cartas a Lucílio*. Trad. de J.A. Segurado e Campos. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Trad. de Teodora Cardoso e Luís Cristóvão de Aguiar. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002-2003.
- STANLEY, Thomas. *The History of Philosophy*. Berkeley, Apocryphile Press, 2006.
- TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Trad. de Mário da Gama Kury. Brasília, UnB, 1982.
- WAHL, Jean. *Vers le concret*. Paris, Vrin, 1932.
- WHIBLEY, Leonard. *A Companion to Greek Studies*. Cambridge, Cambridge University Press, 1968.
- WHITEHEAD, A.N. *Process and Reality: An Essay in Cosmology*. Nova York, The Free Press, 1978.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Culture and Value*. Trad. de Peter Winch. Chicago, University of Chicago Press, 1980.
- _____. *Tractatus logico-philosophicus*. Trad. de Luiz Henrique Santos. São Paulo, Edusp, 1993.
- _____. *Investigações filosóficas*. Trad. de João Carlos Bruni. São Paulo, Nova Cultural, 1999.

Copyright © 2011, Danilo Marcondes e Irley F. Franco

Copyright desta edição © 2011:

Jorge Zahar Editor Ltda.

rua Marquês de São Vicente 99 1º andar | 22451-041 Rio de Janeiro, RJ

tel (21) 2529-4750 | fax (21) 2529-4787

editora@zahar.com.br | www.zahar.com.br



Reitor: Pe. Josafá Carlos de Siqueira, S.J.; Vice-Reitor: Pe. Francisco Ivern Simó, S.J.; Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos: Prof. José Ricardo Bergmann; Vice-Reitor para Assuntos Administrativos: Prof. Luiz Carlos Scavarda do Carmo; Vice-Reitor para Assuntos Comunitários: Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio; Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento: Prof. Sérgio Bruni; Decanos: Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade (CTCH), Prof. Luiz Roberto A. Cunha (CCS), Prof. Reinaldo Calixto de Campos (CTC), Prof. Hilton Augusto Koch (CCBM)

Editora PUC-Rio

Conselho editorial: Augusto Sampaio, Cesar Romero Jacob, Fernando Sá, José Ricardo Bergmann, Luiz Roberto Cunha, Maria Clara Lucchetti Bingemer, Miguel Pereira e Reinaldo Calixto de Campos

rua Marquês de S. Vicente, 225, casa da Editora PUC-Rio | Gávea 22451-900 Rio de Janeiro, RJ

tels (21) 3527-1838 | (21) 3527-1760

edpucrio@puc-rio.br | www.puc-rio.br/editorapucrio

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo

ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Grafia atualizada respeitando o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Salvo indicação em contrário, as citações deste livro foram extraídas das edições indicadas nas referências bibliográficas.

Revisão: Michelle Mitie Sudoh, Clara Diamant

Capa: Dupla Design

ISBN: 978-85-378-0714-9

Edição digital: julho 2011

Arquivo ePub produzido pela **Simplíssimo Livros**
